

# ENTRE O VELAME E A MACAMBIRA:

*diretrizes para uma intervenção urbana  
na periferia de Campina Grande*





AMANDA RENALE CAVALCANTE PINTO

ENTRE O VELAME E A MACAMBIRA:  
DIRETRIZES PARA UMA INTERVENÇÃO URBANA NA PERIFERIA DE CAMPINA GRANDE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Centro de Tecnologias e Recursos Naturais na Universidade Federal de Campina Grande, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Professa Dra. Lívia Izabel Bezerra De Miranda

CAMPINA GRANDE  
2023





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CNPJ nº 05.055.128/0001-76

COORDENACAO DE GRADUACAO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900  
Telefone: (83) 2101-1400  
Site: <http://ctrn.ufcg.edu.br> - E-mail: [ctrn@ufcg.edu.br](mailto:ctrn@ufcg.edu.br)

## DECLARAÇÃO

Processo nº 23096.027069/2024-40

O Trabalho de Conclusão de Curso “ENTRE O VELAME E A MACAMBIRA: DIRETRIZES PARA UMA INTERVENÇÃO URBANA NA PERIFERIA DE CAMPINA GRANDE PB”, foi defendido pela(o) aluna(o): **AMANDA RENALE CAVALCANTE PINTO**, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo outorgado pela Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Unidade Acadêmica de Engenharia Civil, Curso de Arquitetura e Urbanismo foi **APROVADO EM: 07 DE JUNHO DE 2024**.

### COMISSÃO EXAMINADORA:

PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup> **LÍVIA IZABEL BEZERRA DE MIRANDA** (PRESIDENTE);  
PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. **KAINARA LIRA DOS ANJOS** (EXAMINADORA INTERNA);  
**ME MATHEUS BATISTA SIMÕES** (EXAMINADOR EXTERNO).



Documento assinado eletronicamente por **LIVIA IZABEL BEZERRA DE MIRANDA, PROFESSOR 3 GRAU**, em 07/06/2024, às 20:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **KAINARA LIRA DOS ANJOS, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 07/06/2024, às 20:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **4496803** e o código CRC **F058001F**.

Referência: Processo nº 23096.027069/2024-40

SEI nº 4496803











## AGRADECIMENTOS

Concluir este ciclo é mais do que finalizar uma etapa, mas me reafirmar enquanto pessoa capaz de fazê-lo. A jornada da graduação não é simples e colocar sua própria capacidade em questão torna-se algo comum. Por isso, serei eternamente grata àqueles que me acolheram durante essa fase.

À minha família, os moradores do Velame mais importantes para mim: obrigada por serem minha rede de apoio durante a vida, com destaque para esses 5 anos e tantos meses de curso. À minha vó Vera, pelas comidas gostosas e quentinhas que me serviram de conforto durante a vida toda, mas em especial na elaboração deste trabalho. Ao meu avô João Bosco pela disposição de sempre me ajudar nas tarefas do dia-a-dia e por ter me auxiliado na coleta de informações para esse trabalho. À Vito, meu tio, que desde o início da graduação me apoiou e cedeu seu computador diversas vezes para eu fazer os trabalhos da universidade. À Jean, meu tio, que por sua vez se encarregou de manter meu computador sempre na melhor condição. À Juan, pela escuta e pelas piadas que tornaram esses anos mais leves. À Kira Maria, minha bolinha de pêlos que irracionalmente me ensina todos os dias sobre companheirismo. À minha mãe, Jac, que viabilizou que tudo isso acontecesse, quem sonhou com esse momento, que garantiu minha educação e que sempre acreditou fielmente que eu conseguiria. Muito obrigada, eu amo vocês.

À minha bisá Socorro e à minha tia Iolanda que partiram nos últimos meses: lembrarei com carinho dos nossos momentos, das caminhadas por essas ruas e dos almoços com ovo 'estalado'. Obrigada por terem cuidado de mim e contribuído, da maneira que podiam para que eu tivesse uma infância mais feliz. Saudades eternas.

Aos meus amigos que tanto tiveram paciência e perseveraram comigo. Sou muito grata de tê-los e compartilharmos nossas vidas. Levarei vocês sempre comigo.

Aos meus amigos da escola que trago comigo até hoje: à Laura, Lohanny,

Nathália, Emmely, Igor e João. Obrigada por todos os momentos que compartilhamos e por terem sido meus pontos de apoio durante a vida.

Aos meus primeiros amigos da graduação, Gustavo e Lívia, que me acompanharam desde Design: que bom que pude ter vocês comigo por todo esse tempo e que pudemos contar uns com os outros lá no início, quando tudo parecia mais difícil. A Adjmir, que esteve comigo do início ao fim dessa graduação: não tenho palavras suficientes para demonstrar a gratidão por toda ajuda. Sou muito feliz de ter vocês comigo.

Aos colegas com quem já dividi os extensos e cansativos (mas divertidos) trabalhos em grupo: Ana Clara, Mirella, Gabi, Letícia, Rebeca, Bya e Lucas. Obrigada pela partilha e pelos aprendizados.

Aos amigos que o estágio me trouxe: Carol, Bianca, Sofia, Camila Lüders e Túlio. Vocês tornaram e tornam meus dias mais leves. Obrigada pela companhia e pelas trocas.

À Camila, Drey, Mica e Mari pela paciência de acolherem sempre meus desabafos. Perdão pelas ausências em momentos importantes e obrigada por não desistirem de mim. À Gabs, meu amor, que foi minha âncora nesse processo: obrigada por todo amor, apoio e ajuda.

Ao Observatório das Metrópoles que me acolheu durante poucos meses, mas que muito contribuiu para minha formação e a execução desse trabalho. À Lívia, que me recebeu de portas abertas e aceitou me orientar. Sou grata pela paciência, pelos incentivos e por acreditar que eu conseguiria. À Demóstenes, que acreditou no tema dessa pesquisa e muito me ensinou sobre urbanismo.

Ao CACAU, que tanto me ensinou sobre política, movimento estudantil e o viver em comunidade. Que foi ponto de apoio e de descanso e que me trouxe pessoas muito especiais. À Val, que por sua vez foi a maior aliada



do movimento estudantil no CW. Obrigada por todo o zelo e carinho.

Ao Seu Zé Humberto e sua esposa Socorro, por pacientemente me ensinar sobre a história do nosso bairro e por tirarem todas as minhas dúvidas.

A todas as pessoas que me acompanharam e me apoiaram nesse longo processo, muito obrigada. Eu não teria conseguido sem vocês.



## RESUMO

O trabalho tem como propósito desenvolver um estudo de diretrizes para intervenções urbanas no Bairro do Velame, na cidade de Campina Grande (PB), abordando a temática de qualificação urbana em áreas periféricas. A presente pesquisa utilizou o método quali-quantitativo e se baseou, também, em uma dinâmica colaborativa com a população local, através de levantamentos de informações em conversas informais com a população local, além de um diagnóstico técnico com cartogramas e fotografias da área, que devem contribuir para o diagnóstico das necessidades do bairro. Como fundamentação teórica, foram utilizadas fontes bibliográficas de autores que abordaram os temas de requalificação urbana e intervenções urbanas em áreas periféricas. A partir disso, foram abordadas as maneiras ideais de intervir na área de estudo, buscando trazer alternativas viáveis com enfoque na requalificação urbana da região.

**Palavras-chave:** habitabilidade, infraestrutura urbana, assentamentos, qualificação urbana.

## ABSTRACT

The purpose of this study is to develop guidelines for urban interventions in the Velame neighborhood, in the city of Campina Grande (PB), addressing the theme of urban qualification in underprivileged urban areas. This research utilized a quali-quantitative method and also relied on a collaborative dynamic with the local population through informal conversations to gather information, as well as a technical diagnosis using cartograms and photographs of the area, which should contribute to the assessment of the neighborhood's needs. As a theoretical basis, bibliographic sources from authors who discussed themes of urban requalification and urban interventions in underprivileged urban areas were used. From this, the ideal ways of intervening in the study area were discussed, aiming to bring viable alternatives addressing the urban requalification of the region.

**Keywords:** habitability, urban infrastructure, settlements, urban requalification.



## LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: REQUISITOS DE MORADIA E INFLUÊNCIA DA CIDADE	23
QUADRO 02: EQUIPAMENTOS URBANOS: GRUPOS HIERÁRQUICOS, PARÂMETROS DE LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS GERAIS	41
QUADRO 03: EQUIPAMENTOS URBANOS DO VELAME	41
QUADRO 04: CRITÉRIOS PARA CONSOLIDAÇÃO DE SUBÁREAS, COM BASE NA LEI Nº 12.651/2012 E EM DENALDI (2009)	61
QUADRO 05: PROBLEMAS E POTENCIALIDADES DO VELAME	64

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: LOCALIZAÇÃO DO VELAME	15
FIGURA 02: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	32
FIGURA 03: EVOLUÇÃO URBANA DO VELAME ENTRE 2005 E 2016	33
FIGURA 04: EVOLUÇÃO URBANA DO VELAME ENTRE 2017 E 2022	59
FIGURA 05: INTERVENÇÃO DA PROPOSTA EM ERECHIM, RS	60
FIGURA 06: PROPOSTA DE EQUIPAMENTO URBANO PARA A FAVELINHA	67
FIGURA 07: DIRETRIZES GERAIS E ESPECÍFICAS PARA INTERVIR NO VELAME	70
FIGURA 08: PROPOSTA DE VIAS DE PEDESTRE	71
FIGURA 09: PROPOSTA DE VIAS COMPARTILHADAS	72
FIGURA 10: PERSPECTIVAS DAS VIAS COMPARTILHADAS	73
FIGURA 11: PROPOSTA PARA A JUSCELINO KUBITSCHKE	74
FIGURA 12: IMPLANTAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS URBANOS	XX



## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01: PROBABILIDADE DE FREQUENTAR A ESCOLA NA PARAÍBA, SEGUNDO CONTEXTO FAMILIAR	35
GRÁFICO 02: POPULAÇÃO RESIDENTE - SEXO - PIRÂMIDE ETÁRIA	36
GRÁFICO 03: POPULAÇÃO RESIDENTE - COR OU RAÇA	36
GRÁFICO 04: POPULAÇÃO RESIDENTE DE 5 ANOS OU MAIS - COR OU RAÇA - ALFABETIZADAS	36
GRÁFICO 05: RENDA, GÊNERO, COR OU RAÇA	37

## LISTA DE SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas  
CAGEPA - Companhia de Água e Esgotos da Paraíba  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
NBR - Norma Brasileira  
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua  
PNE - Plano Nacional de Educação  
SAB - Sociedade de Amigos do Bairro  
SESUMA - Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente  
SMS - Secretaria Municipal de Saúde  
STTP - Superintendência de Trânsito e Transporte Público  
UBS - Unidade Básica de Saúde  
UPA - Unidade de Pronto Atendimento



## LISTA DE CARTOGRAMAS

CARTOGRAMA 01: BAIRROS LINDEIROS DO VELAME	15
CARTOGRAMA 02: MACROZONA URBANA DE CAMPINA GRANDE	25
CARTOGRAMA 03: EXPANSÃO URBANA DE CAMPINA GRANDE (1992)	28
CARTOGRAMA 04: PRIMEIRAS OCUPAÇÕES E DIFERENTES DELIMITAÇÕES DO VELAME	29
CARTOGRAMA 05: LOTEAMENTOS DO VELAME	30
CARTOGRAMA 06: EXPANSÃO URBANA DE CAMPINA GRANDE (1943)	31
CARTOGRAMA 07: CHEIOS E VAZIOS DO VELAME	37
CARTOGRAMA 08: DENSIDADE HABITACIONAL DO VELAME EM 2022	38
CARTOGRAMA 09: RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL (R\$)	39
CARTOGRAMA 10: EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO	43
CARTOGRAMA 11: EQUIPAMENTOS DE SAÚDE	44
CARTOGRAMA 12: USO AGROPECUÁRIO	46
CARTOGRAMA 13: OUTRAS FINALIDADES, USO RELIGIOSO E FUTURAS EDIFICAÇÕES	47
CARTOGRAMA 14: ABASTECIMENTO DE ÁGUA	50
CARTOGRAMA 15: ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM	51
CARTOGRAMA 16: LINHAS E PONTOS DE ÔNIBUS	52
CARTOGRAMA 17: REDES DE ENERGIA ELÉTRICA	53
CARTOGRAMA 18: CONSOLIDAÇÃO DE SUBÁREAS DO VELAME	63
CARTOGRAMA 19: SÍNTESE DE PROBLEMAS E POTENCIALIDADES DO VELAME	65
CARTOGRAMA 20: REASSENTAMENTOS E REPARCELAMENTOS DO SOLO	69

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 01: RUA GERALDO RIBEIRO DIAS	20
FOTOGRAFIA 02: RUA SEBASTIAN PEREIRA BRANDÃO	26
FOTOGRAFIA 03: FINAIS DE SEMANA NO VELAME	42
FOTOGRAFIA 04: NOVOS CONDOMÍNIOS EM CONSTRUÇÃO NO BAIRRO DO VELAME	45
FOTOGRAFIA 05: REIVINDICAÇÃO DOS MORADORES POR PAVIMENTAÇÃO DE VIAS	56



# SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	13
CAPÍTULO 1.....	17
PARTE 1: METODOLOGIA.....	18
CAPÍTULO 2.....	21
PARTE 1: O BAIRRO.....	22
PARTE 2: CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE URBANA E REQUALIFICAÇÃO.....	23
2.1. A HABITABILIDADE.....	23
2.2. A REQUALIFICAÇÃO.....	24
CAPÍTULO 3.....	27
PARTE 1: UM RESGATE HISTÓRICO DO VELAME.....	28
PARTE 2: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA.....	35
PARTE 3: EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS.....	40
PARTE 4: INFRAESTRUTURA URBANA.....	48
PARTE 5: SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO.....	54
CAPÍTULO 4.....	57
PARTE 1: ESTUDOS DE CASO.....	58
PARTE 2: CONSOLIDAÇÃO DE SUBÁREAS.....	61
PARTE 3: PROBLEMAS E POTENCIALIDADES.....	64
PARTE 4: PROPOSTA DE DIRETRIZES.....	67
PARTE 5: INTERVENÇÕES.....	68
5.1. REASSENTAMENTOS E REPARCELAMENTOS.....	68
5.2. VIAS DE PEDESTRE.....	70
5.3. VIAS COMPARTILHADAS.....	71
5.4. AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK.....	73
5.5. EQUIPAMENTOS URBANOS.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	76



# CONSIDERAÇÕES INICIAIS



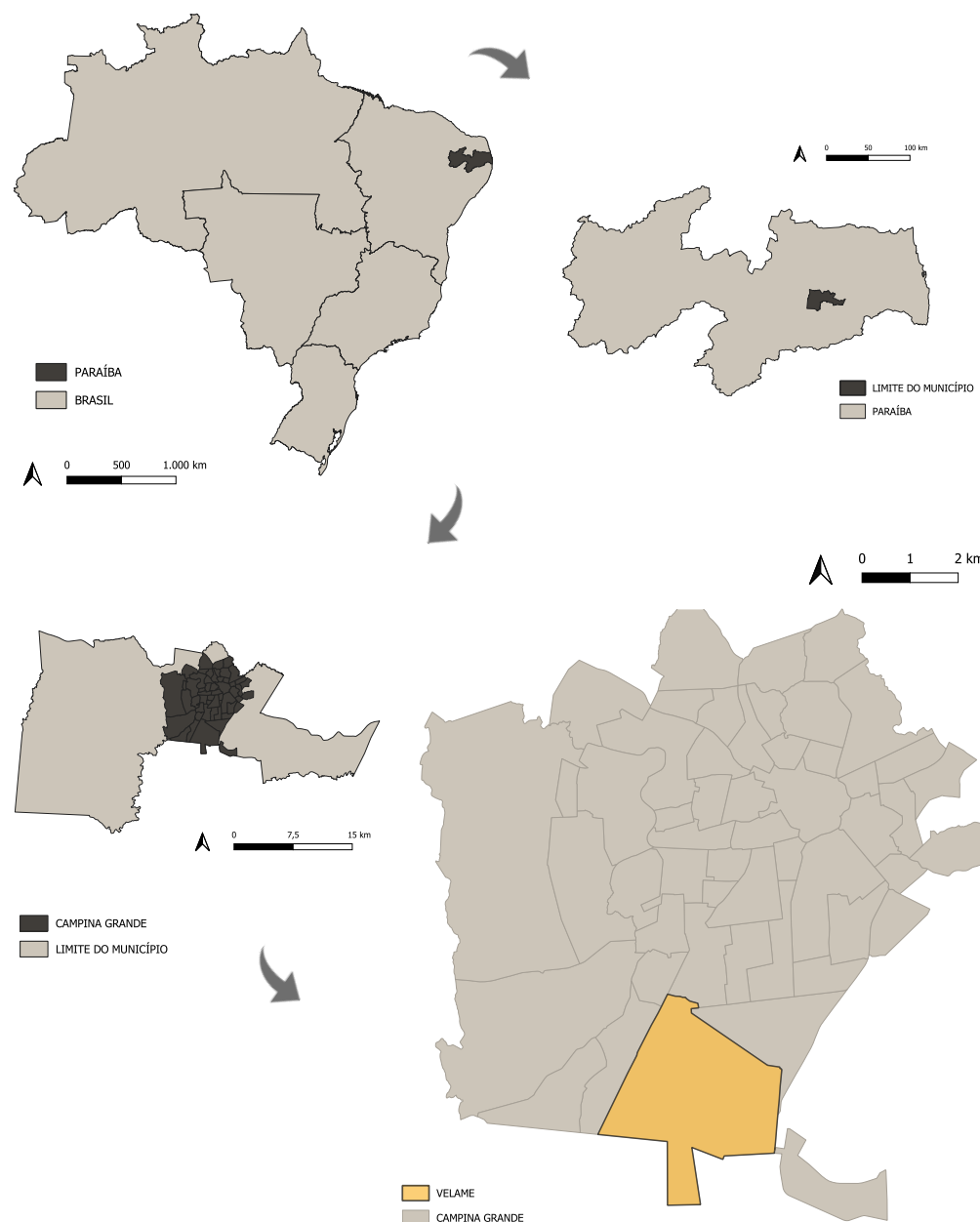
Apesar da discussão sobre expansão urbana na Cidade de Campina Grande ser bastante frequente, no campo do urbanismo pouco se estuda e se debate sobre as periferias mais antigas da Zona Sul da cidade. Ainda que o surgimento dessas áreas esteja atrelado ao desenvolvimento do município, o debate com enfoque nas áreas periféricas ainda é muito recente, e, quando se trata da Zona Sul, é praticamente inexistente.

Um exemplo de bairro periférico não contemplado pelas discussões urbanas é o Bairro do Velame. A comunidade que ali habita há mais de 30 anos relata pouca provisão em termos de políticas públicas para a região: os problemas ainda são muito semelhantes, se não os mesmos, de três décadas atrás. A infraestrutura urbana, de modo geral, é insuficiente em diversos aspectos: desde a ausência de equipamentos públicos até a carência de saneamento básico em determinadas áreas, o que consequentemente impacta negativamente nas condições de habitabilidade do bairro.

O Velame está localizado na área urbana de Campina Grande - Paraíba, Brasil (Figura 01). O bairro está ladeado de outros cinco bairros, sendo eles o Acácio Figueiredo, o Presidente Médici, o Cruzeiro, o Distrito Industrial e o Aluizio Campos e do Município de Queimadas, localizado na microrregião de Campina Grande, como indica o Cartograma 01.

O bairro, que possui cerca de 7.380 habitantes (IBGE, 2022), passa despercebido ao olhar do poder público: não é contemplado pelas melhorias trazidas aos bairros lindeiros mais urbanizados. Ainda que cerca de 1/4 dos domicílios próprios existentes abriguem famílias na faixa de extrema pobreza, nenhuma política pública foi pensada para reverter esse quadro ou trazer as condições mínimas de habitabilidade para essa parcela da população. Além disso, com o crescimento de conjuntos habitacionais nos arredores, toda a infraestrutura e investimentos promovidos não abarcam o Velame, mesmo que, em termos geográficos, ele conecte a cidade aos novos empreendimentos.

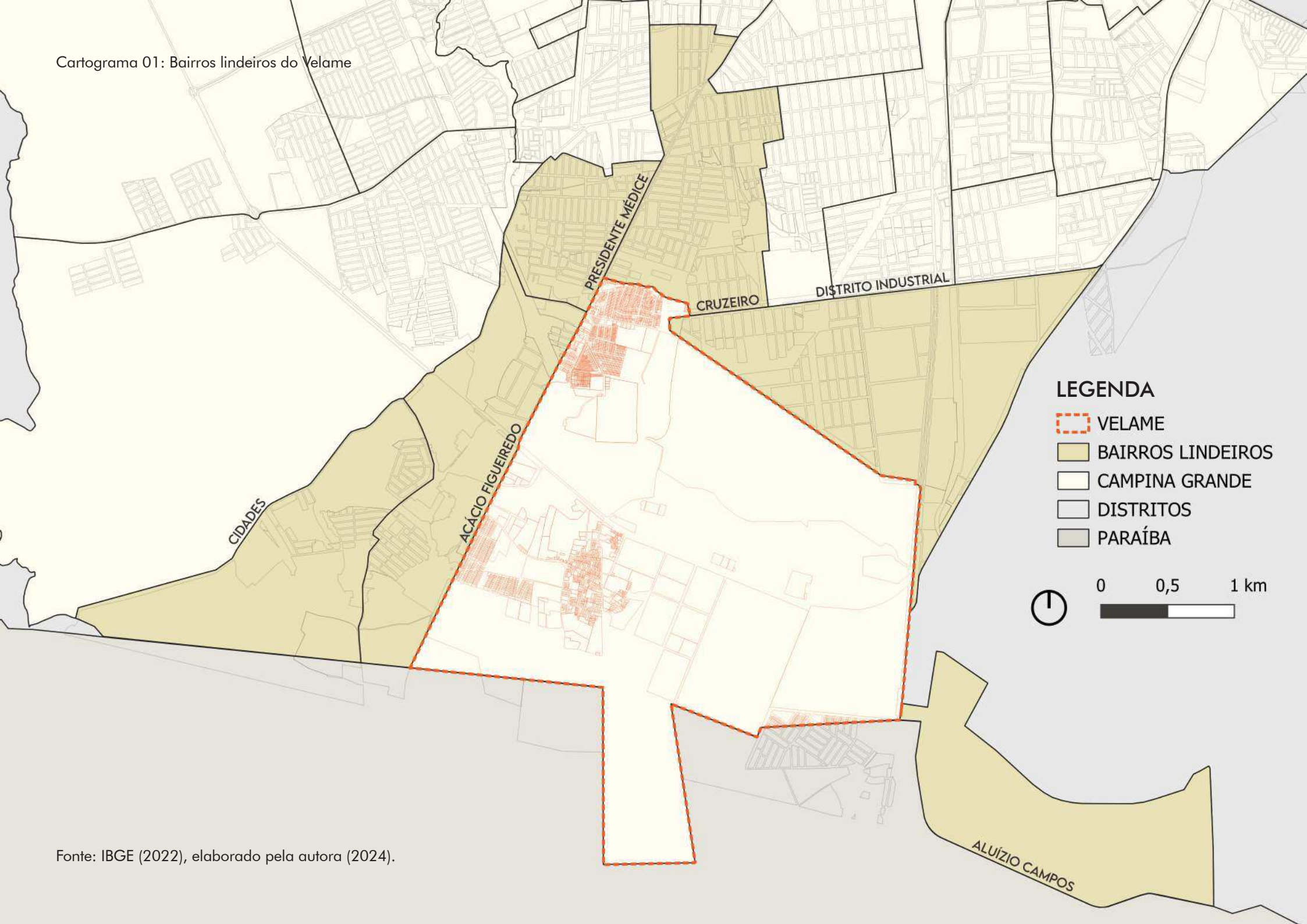
Figura 01: Localização do Velame



Fonte: IBGE (2010), alterado pela autora.



Cartograma 01: Bairros lindeiros do Velame



Fonte: IBGE (2022), elaborado pela autora (2024).



Mediante o exposto, o presente trabalho tem como propósito entender as necessidades dessa comunidade e desse território e assim, propor diretrizes e soluções por meio de estudos e desenhos de um plano de bairro para a área. O Plano visa indicar possibilidades de qualificação urbanística para o Bairro do Velame, para resolver as principais inadequações encontradas.

Portanto, entende-se a importância de realizar o presente trabalho, em primeiro lugar, pela necessidade de se tratar mais frequentemente sobre o Bairro do Velame nas discussões urbanas de Campina Grande. Além disso, pela importância de documentar, estudar e coletar dados acerca do bairro e da população. Apesar de ser um bairro de extensão significativa e de características específicas, atualmente não existe investimento acadêmico e/ou intelectual em elaborar um diagnóstico da região, com a finalidade de registrar determinadas informações acerca dessa área.

Damesma maneira, justifica-se também pela carência de projetos de políticas públicas voltadas para esse bairro que consigam atender às necessidades da população e, também, a impulsionar a enxergar as potencialidades da área e a lutar por melhorias, fortalecendo assim o enfraquecido movimento social da região. Outro fator argumentativo é o caráter pessoal e afetivo de buscar estreitar ainda mais a minha relação pessoal com o bairro em que cresci, morei e moro até hoje, descobrindo sua história, entendendo as questões atuais do território e vislumbrando um cenário de progresso.

O presente trabalho tem como objetivo geral elaborar um estudo de diretrizes para uma intervenção urbana que promova a qualificação das condições de urbanização do Bairro do Velame. Para isso, são também objetivos: elaborar diagnóstico urbanístico da área, construir diretrizes de intervenção de forma participativa com a comunidade e explorar alternativas e propor soluções viáveis para a reabilitação da área.



# CAPÍTULO 01



## METODOLOGIA

O presente trabalho tem natureza analítica e propositiva, com o intuito de explorar os dados levantados, diagnosticar a área de pesquisa e propor diretrizes urbanas de intervenção. A pesquisa a ser desenvolvida classifica-se como quali-quantitativa, tendo em vista a amplitude de informações a serem coletadas através deste método. Para além disso, foram utilizados procedimentos de revisão bibliográfica, análise de estudos correlatos, execução do diagnóstico técnico da área e então, elaboração das diretrizes de intervenção urbana como produto final.

A pesquisa inicia com a revisão bibliográfica, etapa essencial para o desenvolvimento do estudo. Esse processo foi definido com o propósito de adquirir conhecimentos acerca dos temas de relevância para o desdobramento dessa pesquisa. Eles são: a definição de bairro e de habitabilidade e de qualificação urbana.

O conceito de bairro é bastante debatido dentre as discussões urbanas e renomados autores já o abordaram como tema de seus estudos. Dentre eles, Lamas (2004), que defendeu que a identificação do bairro se faz a partir da análise das formas, e para isso, é necessário realizar movimentos e percursos; e Lynch (1960), quando apontou que o bairro é uma área da cidade capaz de ser diferenciada do resto do tecido urbano através de critérios visuais. Além deles, o conceito também foi apresentado por Corona e Lemos (1972), que definiram os bairros como as principais zonas de divisão de uma cidade ou uma fração de território próximo a um núcleo urbano.

Sobre a habitabilidade, o dicionário Oxford Languages (2024) define o substantivo feminino como “qualidade, estado ou condição do que é habitável”, partindo de uma perspectiva totalmente entrelaçada às condições que as edificações oferecem, assim como também é tratado no Comentário Geral nº 4 do Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1991). Entretanto, o comentário traz um interessante ponto de vista acerca do direito à habitação adequada,

correlacionando-o a outros direitos humanos básicos, sendo eles: a segurança quanto ao direito de propriedade, a disponibilidade de serviços, os equipamentos e infraestrutura, a disponibilidade a preços acessíveis (affordability), a habitabilidade; a acessibilidade a todos os grupos sociais, a localização (acesso a emprego, saúde e equipamentos sociais) e, adequação cultural. (United Nations, 1945, apud Spink, M. J. P.; Silva, L. A. S.; Martins, M. H. M.; Silva, S. B., p 6).

Tal compreensão muito se assemelha ao que traz Saldarriaga (1981), que por sua vez identifica a habitabilidade como um conjunto de circunstâncias que possibilitam ou não a permanência humana em determinado local. Esses são aspectos relacionados à moradia e à qualidade de vida no território, podendo ser abordados o material de construção utilizado, a área construída, infraestrutura urbana, o saneamento básico, o transporte, as áreas comunitárias, entre outros. (Nascimento, 2009)

Já partindo de uma concepção distinta, Reis (2020) adota a habitabilidade urbana como a relação da moradia e a influência que a mesma gera na cidade, trazendo os Requisitos de Moradia definidos pela ABNT (2013), sendo eles: o conforto antropodinâmico, o conforto acústico, o conforto luminoso, o conforto térmico, a estanqueidade, a funcionalidade e acessibilidade, a saúde, higiene e qualidade do ar. A autora correlaciona-os com aspectos urbanos, como o acesso à moradia a partir da declividade de vias e calçadas, acessibilidade, sombreamento, ausência de vegetação, adensamento urbano, entre outros.

Quanto à definição sobre requalificação urbana, Sotratti (2015) aponta que há o resgate do debate entre os profissionais envolvidos com o planejamento urbano sobre a diferenciação entre “revitalização urbana” e “requalificação urbana”. Já Paes e Silva (2016) tratam da requalificação urbana com enfoque na recuperação de áreas abandonadas e Duarte (2005), trata do tema como um processo de modificação em uma área urbana a fim de atribuí-la a novas funções. No entanto, é importante

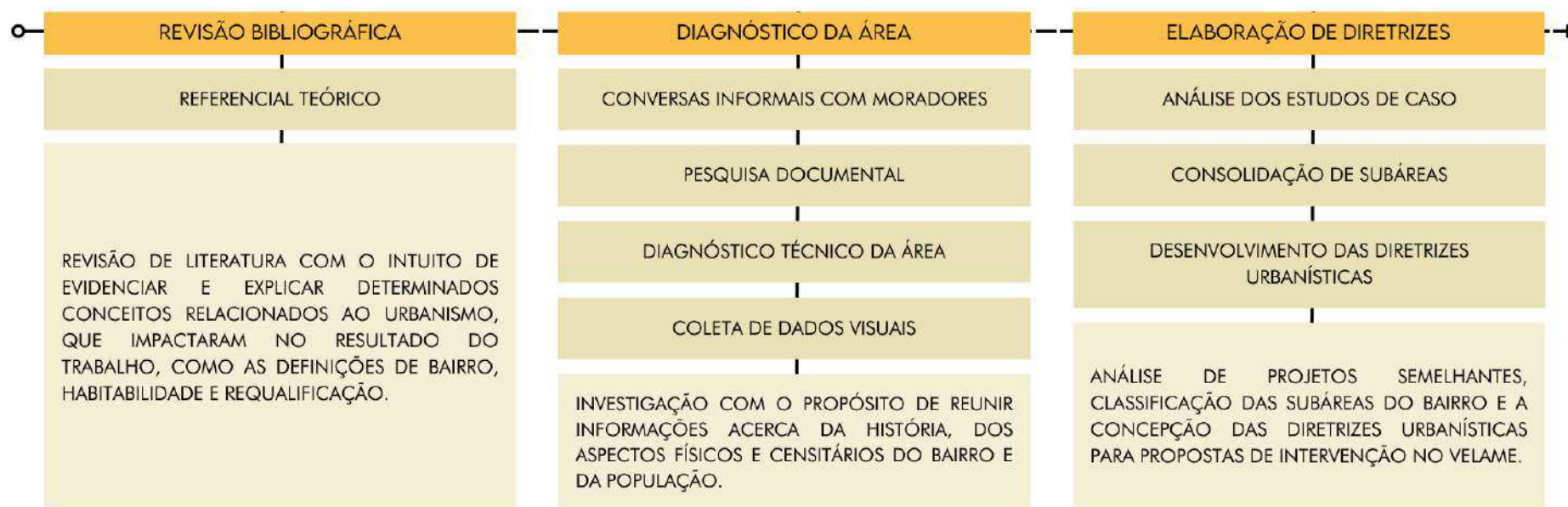


ressaltar que como o bairro em estudo, o Velame, em nenhum momento do seu processo de produção encontrou-se qualificado, a questão da qualificação é aqui aplicada visando a sua recuperação. Ele se encontra em uma Zona de Requalificação Urbana, definida pelo Plano Diretor do Municipal de Campina Grande (Lei nº 003/2006).

Ademais, torna-se também uma necessidade pesquisar e entender a trajetória histórica e como se deu a formação territorial do Bairro do Velame, a fim de compreender as atuais dinâmicas sociais, culturais, econômicas e territoriais do bairro. Para tal, foram levantadas as informações através de conversas informais com moradores do bairro e realizadas observações comportamentais, que auxiliaram na etapa seguinte de diagnóstico técnico do bairro. Tal etapa é composta pela pesquisa documental, coleta de dados visuais, dados censitários e mapeamento urbanístico da região. Assim, foram realizadas a sistematização e a análise das informações coletadas, encerrando essa etapa.

Para concluir o capítulo, foram analisados os estudos de caso. Estes, abordaram de maneira geral, a requalificação urbana, como o projeto Diversidade e vitalidade: desenho urbano para os bairros Aeroporto e Progresso, em Erechim - RS. Além disso, modelos que trazem uma reflexão com enfoque em intervenções e possibilidades de qualificar áreas periféricas, a exemplo do Parklet da Lá da Favelinha e o Plano de Bairro do Jardim Lapenna: implementação de direitos e o fazer em comunidade. A partir disso, foram filtradas as mais adequadas concepções, com o intuito de criar as referências projetuais que irão compor a proposta que realizar-se-á na etapa final do estudo de diretrizes.

Figura 02: Procedimentos metodológicos



Fonte: elaborado pela autora.



Para compor as diretrizes, é essencial entender as particularidades do território do Bairro, que apresenta diferentes necessidades, a partir da localidade em questão. Portanto, o bairro foi dividido em subáreas: área consolidada, área consolidável e área não consolidável. Os parâmetros para a consolidação de subáreas utilizados foram os da Lei n. 12.651/2012, que define as características físicas da área consolidada, e os abordados por Denaldi (2009), que classifica as subáreas a partir do tipo de intervenção que é possível de ser realizada no local.

O estudo de diretrizes urbanísticas é responsável por reunir todas as concepções e apresentá-las de maneira esquemática e propositiva. Nessa fase, foram elaboradas as diretrizes urbanísticas como produto final do trabalho, a partir do diagnóstico obtido nas etapas anteriores. As diretrizes urbanísticas têm como objetivo guiar e estabelecer critérios urbanísticos para a formulação de projetos de parcelamento de terrenos, edificações, movimentações de terras e outras atividades.

Por fim, foram realizadas propostas de intervenção com base no estudo de diretrizes, para exemplificar a forma como as mesmas podem ser aplicadas. As intervenções se concentraram em vias de pedestre, vias compartilhadas, na Avenida Juscelino Kubitschek e na implantação de equipamentos urbanos.

Fotografia 01: Rua Geraldo Ribeiro Dias



Fonte: Amanda Renale (2024)



# CAPÍTULO 02



## PARTE 1: O BAIRRO

Entende-se por bairro determinada subdivisão da cidade que agrega vias que cortam o tecido citadino e que interligam essas subdivisões. Esse é o conceito de bairro popularmente conhecido, semeado pelo senso comum. Corona e Lemos (1972) entendem como verdade tal concepção e afirmam que os bairros são as principais zonas de divisão de uma cidade ou uma fração de território próximo a um núcleo urbano. Apesar dessa ser uma versão popular e bastante difundida, não necessariamente abrange toda a complexidade do termo.

Para Lynch (1960), o bairro é um elemento que os indivíduos utilizam de maneira a estruturar a imagem da cidade: uma área relativamente homogênea capaz de ser diferenciada do resto do tecido urbano através de critérios visuais ou perceptivos, não se tratando de um limite administrativo. A abordagem de Lynch debate a identificação a partir de critérios diversos: desde os de natureza material — texturas, topografia, edificações, formas — até os fatores sociais — relações, habitantes, atividades e usos. Por isso, é bastante comum que os moradores se orientem e se reconheçam dentro da cidade a partir das suas próprias experiências como habitantes, por vezes desconhecendo quais as subdivisões espaciais determinadas pela prefeitura.

Lamas (2004) por sua vez não se distancia tanto da abordagem da percepção trazida por Lynch décadas atrás. Entretanto, agrega uma noção mais física e tangível à essa identificação do lugar-bairro: classifica a escala do bairro como uma estrutura de ruas, praças ou formas de escalas menores em relação à cidade. Entretanto, atribui a percepção do bairro à análise dessas formas, que só se torna exequível a partir de movimentação e realização de vários percursos por entre elas. Cita, também, que os elementos morfológicos identificáveis mediante percepção são compostos de traçados, jardins, áreas verdes, quarteirões, entre outros.

Hoje, o Município de Campina Grande está subdividido institucionalmente entre Macrozona Urbana e Macrozona Rural, pelo Plano Diretor

de Campina Grande (2006). No entanto, o tecido urbano cresceu consideravelmente nos últimos anos e a antiga delimitação agora encontra-se defasada. Na demarcação do mapa não é possível observar o território de novos bairros e loteamentos que surgiram na última década. Atualmente o Plano Diretor de Campina Grande encontra-se em revisão, após um longo período de atraso de 8 anos.

**Art. 40.** O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

§ 3º A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos (Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257/2001).

Mediante a revisão citada anteriormente, estima-se que a nova subdivisão da cidade agregue os territórios mais recentes. Atualmente, a cidade se divide entre 70 bairros (Observatório de Campina Grande, 2021) e recentemente foram reconhecidos 49 assentamentos populares pelo Observatório das Metrópoles Núcleo Paraíba (2024).

Para além do surgimento de novos territórios, com a expansão urbana ocorrida na última década na cidade de Campina Grande, os bairros já existentes também passaram a crescer. No caso do bairro do Velame, quantificar novos loteamentos e condomínios foram construídos dentro do perímetro do bairro.



## PARTE 2: CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE URBANA E REQUALIFICAÇÃO

### A HABITABILIDADE

De acordo com o dicionário Oxford Languages (2024), o substantivo feminino “habitabilidade” tem por definição “qualidade, estado ou condição do que é habitável”. O conceito é amplamente aplicado às discussões referentes à habitação e direito à moradia, garantido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), na escala global, e pelo artigo 6º da Constituição brasileira (1988), no contexto nacional. Entretanto, a concepção de habitabilidade ultrapassa os limites do domicílio e abrange, também, o lugar de inserção do mesmo.

“A habitabilidade é um conjunto de condições físicas e não físicas que permitem a permanência humana em um lugar, sua sobrevivência e certo grau de gratificação de existência” (Saldarriaga, 1981, apud Nogueira, T. B.; Gonsales, C. H. C.; Durante, J., p. 1). Portanto, tomando esse parâmetro, entende-se que morar com qualidade de vida está intrinsecamente relacionado às condições de permanência que o território oferece — o que não é o caso de grande parte das cidades brasileiras.

Para Reis (2020), a habitabilidade urbana é a relação da moradia e a influência da mesma na cidade. Para exemplificar, a autora desenvolveu um quadro que correlaciona os requisitos de moradia determinados pela Norma de Desempenho (ABNT, 2013) e os impactos nas condições urbanas (Quadro 01).

O Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a partir do Comentário Geral n.º 4 (1991), cita como direitos humanos reconhecidos pelos Estados o acesso à habitação e nível de vida adequados. Tais direitos devem ser aplicados a todas as pessoas e conseqüentemente, a todas as concepções de família, independentemente de renda ou acesso a recursos econômicos.

Para além do abrigo, a habitação adequada deve agregar também as condições de permanência: garantia de segurança, paz e dignidade. Para além de fatores sociais, econômicos, culturais e físicos, o Comitê defende que outros aspectos devem ser considerados, como: segurança legal da posse; disponibilidade de serviços, materiais, facilidades e infra-estrutura; custo acessível; habitabilidade; acessibilidade; localização e adequação cultural.

Portanto, entende-se que, apesar de abordarem o conceito de habitabilidade completamente voltado para a qualidade da habitação, do abrigo, da construção e as condições de segurança que são oferecidas através da edificação, para o Comitê, o direito à habitação adequada está intrinsecamente relacionado a outros direitos humanos. Os mesmos são definidos em outros instrumentos internacionais aplicáveis, que garantem a qualidade de vida de quem ali habita.

Quadro 01: Requisitos de Moradia e Influência da Cidade

HABITABILIDADE URBANA	
Requisito de Moradia	Influência da Cidade
Conforto Antropodinâmico	Acesso à moradia, relacionado à declividade das vias, calçadas, rampas em calçadas, praças e espaços públicos
Conforto Acústico	Ruídos intensos provocados pelas mais diversas fontes: veículos de uma maneira geral (ambulâncias, viaturas, motores dos veículos), buzinas, máquinas de trabalho em construções
Conforto luminoso	Sombreamentos diversos (sombra dos edifícios, adensamento), poluição do ar (formação de gases na atmosfera)
Conforto Térmico	Impermeabilização do solo, ausência de vegetação, adensamento
Estanqueidade	Impermeabilização generalizada, lençol freático, infraestrutura
Funcionalidade e Acessibilidade	Ocupação desordenada, adensamento e transporte coletivo
Saúde, higiene e qualidade do ar	Poluição, umidade do solo, infraestrutura e a ausência de conforto

Fonte: ABNT (2013), adaptado por Reis (2019).



Ainda no que se refere à habitabilidade urbana, as cidades têm por obrigação fornecer condições iguais de acessos a serviços e equipamentos públicos para todos os habitantes. Democratizar os acessos está dentro da concepção de Direito à cidade, e portanto, o Estado deve se encarregar de propor alternativas capazes de suprimir as desigualdades existentes no território.

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: IX – promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico; X – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos (Lei 10.257, de 10.07.2001, 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2008.) (Lei 10.257/2001)

Contudo, o transporte público, o acesso à cultura e lazer, o saneamento básico e a garantia de infraestrutura ainda são direitos negados à parte da população brasileira. Como afirma o resultado da pesquisa Desigualdades socioespaciais de acesso a oportunidades nas cidades brasileiras (IPEA, 2019), as oportunidades estão concentradas nos centros das cidades brasileiras, ou seja, quanto mais distante dos bairros centrais, menos serviços e equipamentos de qualidade serão encontrados. A partir disso, os autores afirmam que as regiões periféricas estão marcadas por “desertos de oportunidades” — áreas com baixo acesso de serviços públicos. O cenário se torna ainda mais difícil quando se trata da população periférica não-branca: para essa parcela da população, a inacessibilidade aumenta e as oportunidades diminuem.

Para o município de Campina Grande a realidade não é diferente. Entre as décadas de 1940 e 1960, houve um grande processo de êxodo rural decorrente das secas nas lavouras da Paraíba, e parte dos trabalhadores rurais deslocaram-se para Campina Grande na esperança de um destino melhor. A cidade passava por um momento de

expansão devido ao crescimento econômico advindo, em sua maioria, da produção do algodão. Esses novos moradores passaram a ocupar as áreas periféricas do município, e assim, formaram-se algumas periferias que resistem ainda hoje na configuração espacial da cidade.

A falta de contiguidade com relação ao padrão socioespacial entre periferia e centro já era notória. Os moradores das comunidades enfrentavam problemas atuais — mas na época, ainda mais agravados. As redes de transporte público eram mais limitadas e grande parte da população tinha de se locomover grandes distâncias para realizar seus trabalhos e suas funções, agora urbanas e não mais rurais.

Os moradores de Campina Grande [...] viam-se obrigados a aprender a conviver em seus espaços de forma diferente, pois o uso que se fazia dele (o espaço) foi redefinido em função das ocupações, do aglomerado de pessoas, pelo desconforto (Silva, 2012).

## A REQUALIFICAÇÃO

O verbo “requalificar” tem um significado simples, de entendimento geral e aplicabilidade vasta: qualificar novamente; recuperar a qualidade de algo. Entretanto, quando a discussão se expande para os âmbitos arquitetônico e urbanístico, a requalificação urbana passa a ter diferentes sentidos.

De maneira geral, é comum relacionar requalificação urbana com revitalização urbana e, conseqüentemente, associar à recuperação de edificações abandonadas e/ou sem uso dentro das cidades. Porém, para Paes e Silva (2016) a requalificação é mais do que intervir na tentativa de preservar a construção, mas intervir também na área de inserção da mesma, como uma oportunidade de desenvolver economicamente e socialmente aquela região.



Para Sotratti (2015), os profissionais do planejamento urbano não estão de acordo com a diferença entre “revitalização urbana” e “requalificação urbana”. As interpretações variam. Em contrapartida, afirma que cada vez mais as discussões sobre requalificação estão dentro de planos estratégicos das cidades, contemplando propostas de recuperação e valorização das origens, e por consequência, deixando cada vez mais em desuso o termo “revitalização”.

Outra possibilidade é atribuir a requalificação urbana a um processo de modificação do tecido urbano, com a intenção de lhe atribuir novas funções diferentes das atuais, como aponta Duarte (2005).

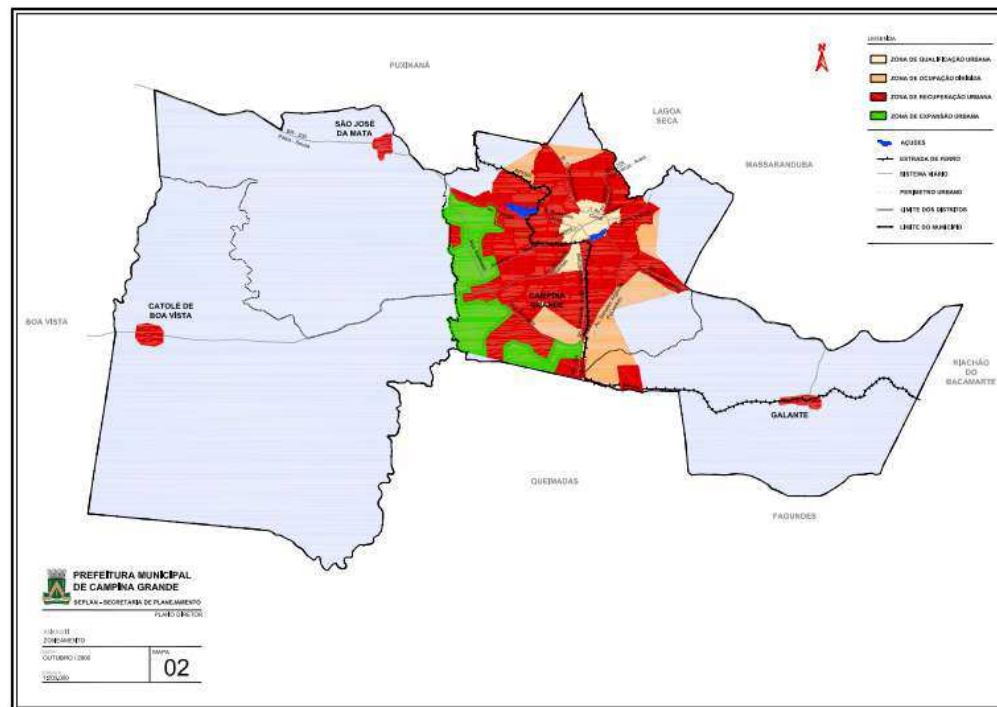
Apesar de tantos significados diferentes terem sido imputados ao mesmo termo, o que todos possuem em comum é o fato de que a requalificação urbana trata de uma modificação dentro do tecido citadino, de maneira a interferir positivamente naquela área — independente da escala da intervenção. O Plano Diretor de Campina Grande (Lei nº 003/2006), por sua vez, tem como função regular as Operações Urbanas dentro da cidade. Nele está presente a subdivisão do município em zonas, dentro do macrozoneamento urbano. As macrozonas são: Zona de Qualificação Urbana, Zona de Ocupação Dirigida, Zona de Recuperação Urbana e Zona de Expansão Urbana (Cartograma 02).

Em relação a essa subdivisão das zonas, a que mais aborda o conceito que estamos atribuindo à requalificação urbana é a Zona de Recuperação Urbana. A mesma tem como objetivos:

- Art. 19. São objetivos da Zona de Recuperação Urbana:
- I – complementar a infra-estrutura básica;
  - II – implantar equipamentos públicos, espaços verdes e de lazer;
  - III – promover a urbanização e a regularização fundiária dos núcleos habitacionais de baixa renda;
  - IV – incentivar a construção de

novas habitações de interesse social;  
V – conter a ocupação de áreas ambientalmente sensíveis (Plano Diretor de Campina Grande, 2006).

Cartograma 02: Macrozona Urbana de Campina Grande



Fonte: ABNT (2013), adaptado por Reis (2019).

Para além disso, o Plano Diretor também cita como um dos Princípios Fundamentais da Gestão Urbana a sustentabilidade urbana e rural, que é definida como:

### TÍTULO III DA GESTÃO URBANA

#### CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA GESTÃO URBANA



Art. 8º A sustentabilidade urbana e rural é entendida como o desenvolvimento local equilibrado, nas dimensões social, econômica e ambiental, embasado nos valores culturais e no fortalecimento político-institucional, orientado para a melhoria contínua da qualidade de vida das gerações presentes e futuras, apoiando-se:

- I – na promoção da cidadania, da justiça social e da inclusão social;
  - II – na valorização e requalificação dos espaços públicos, da habitabilidade e da acessibilidade para todos;
  - III – na ampliação das oportunidades através do trabalho, da educação e da cultura;
  - IV – na melhoria da qualidade de vida e na promoção da saúde pública e do saneamento ambiental;
  - V – na recuperação, proteção, conservação e preservação dos ambientes natural e construído, incluindo-se o patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico;
  - VI – na potencialização da criatividade e do empreendedorismo para o desenvolvimento da economia, da cultura, do turismo, do lazer e dos esportes;
  - VII – na participação da sociedade civil nos processos de decisão, planejamento, gestão e controle social;
  - VIII – na ampliação e manutenção da infraestrutura urbana e dos serviços públicos;
  - IX – no incentivo ao desenvolvimento das atividades econômicas geradoras de emprego, garantia do trabalho e renda.
- (Plano Diretor de Campina Grande, 2006, grifo nosso).

A partir disso, é possível afirmar que a requalificação urbana é um instrumento relacionado ao desenvolvimento urbano garantido por lei, que deve ser utilizado como política pública, e promovê-lo é dever do Estado.

Ademais, de maneira geral, é também obrigação das gestões municipais integrar a população nos processos de planejamento urbano, a exemplo do Plano Diretor Participativo. Uma solução adotada por algumas cidades é realizar oficinas de plano de bairro, onde são discutidos tópicos referentes à infraestrutura, o saneamento e o uso dos espaços do bairro. Assim como está sendo feito na Cidade de São Paulo, com o Plano de Bairro do Jardim Lapenna, desde 2016.

Fotografia 02: Rua Sebastian Pereira Brandão



Fonte: Amanda Renale (2024).



# CAPÍTULO 03



## PARTE 1: UM RESGATE HISTÓRICO DO VELAME

Segundo moradores, o bairro teve origem a cerca de 40 anos atrás, habitado por poucas famílias, quando ainda era conhecido por Sítio Velame. A localização hoje agrega partes de outros bairros, como o Acácio Figueiredo e Presidente Médici. Entretanto, a nomenclatura do local passou por diversas mudanças. Tais mudanças foram iniciativas dos próprios moradores que passavam e ainda passam até hoje por situações de discriminação quando se identificavam como moradores do Velame.

As situações de preconceito são decorrentes da origem da comunidade, quando aconteceram os primeiros processos de ocupação de terras. As ocupações iniciais (Cartograma 04) foram conhecidas como a Invasão, As Gabrielas e a Favelinha e até hoje são áreas menos favoráveis à habitação, devido às más condições de habitabilidade: vias sem pavimentação e acessibilidade, ausência de drenagem urbana, construções irregulares, entre outros.

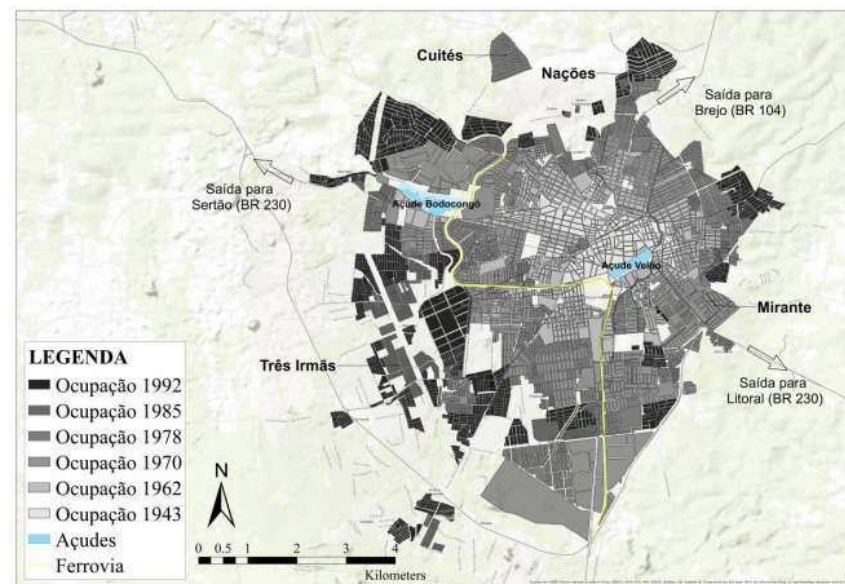
Houve uma mobilização dos participantes da SAB para trocarem o nome do bairro para Jardim Borborema, cuja nomenclatura era a mesma do primeiro loteamento da região. Apesar de ter sido aprovado pela Câmara Municipal, hoje o nome mais popularizado ainda é Velame. Por consequência disso, as discriminações ainda ocorrem e quando a população deseja fugir dessas circunstâncias, utilizam da designação aprovada pelo Poder Legislativo Municipal: Jardim Borborema ou, por vezes, Comunidade Jardim Borborema.

Atualmente a comunidade possui cerca de 7.380 mil habitantes, segundo o IBGE (2022). Entretanto, os próprios moradores acreditam que esse número seja maior e se aproxime das 8 mil pessoas. Entre os anos de 2000 e 2010 o bairro do Velame passou por um crescimento demográfico de mais de 50%, como afirma Carvalho (2020). Esse aumento populacional esteve acompanhado de uma expansão horizontal dispersa (Cartograma 03) nas periferias da cidade, conforme descreve a autora.

Segundo Lima (2022), os bairros localizados em áreas planas da zona sul (Serrotão, Três Irmãs, Cidades, Acácio Figueiredo e Velame) passaram por incentivos à expansão urbana nos últimos 10 anos. Uma maior ocupação do Velame se deu a partir do ano de 2015, pelo aumento de loteamentos e condomínios próximos ou dentro da sua delimitação oficial, como o Palmeira Imperial e o Jardim Walniza (Cartograma 03). Esse processo desencadeou a geração de vazios urbanos dentro do bairro. Muito disso se deve também ao processo de urbanização fragmentada que a área sofreu, como observado no mapa de expansão urbana da cidade.

Esse tipo de urbanização é caracterizado pela dispersão física, descentralização, acentuação da divisão social do espaço e crescimento demográfico periférico, como explica Carvalho (2020). Tal processo desencadeou uma variedade de tipologias de usos dentro do bairro, tendo em vista que a região sofreu grande influência da expansão fabril que ocorreu nos bairros limítrofes da cidade, na década de 1960.

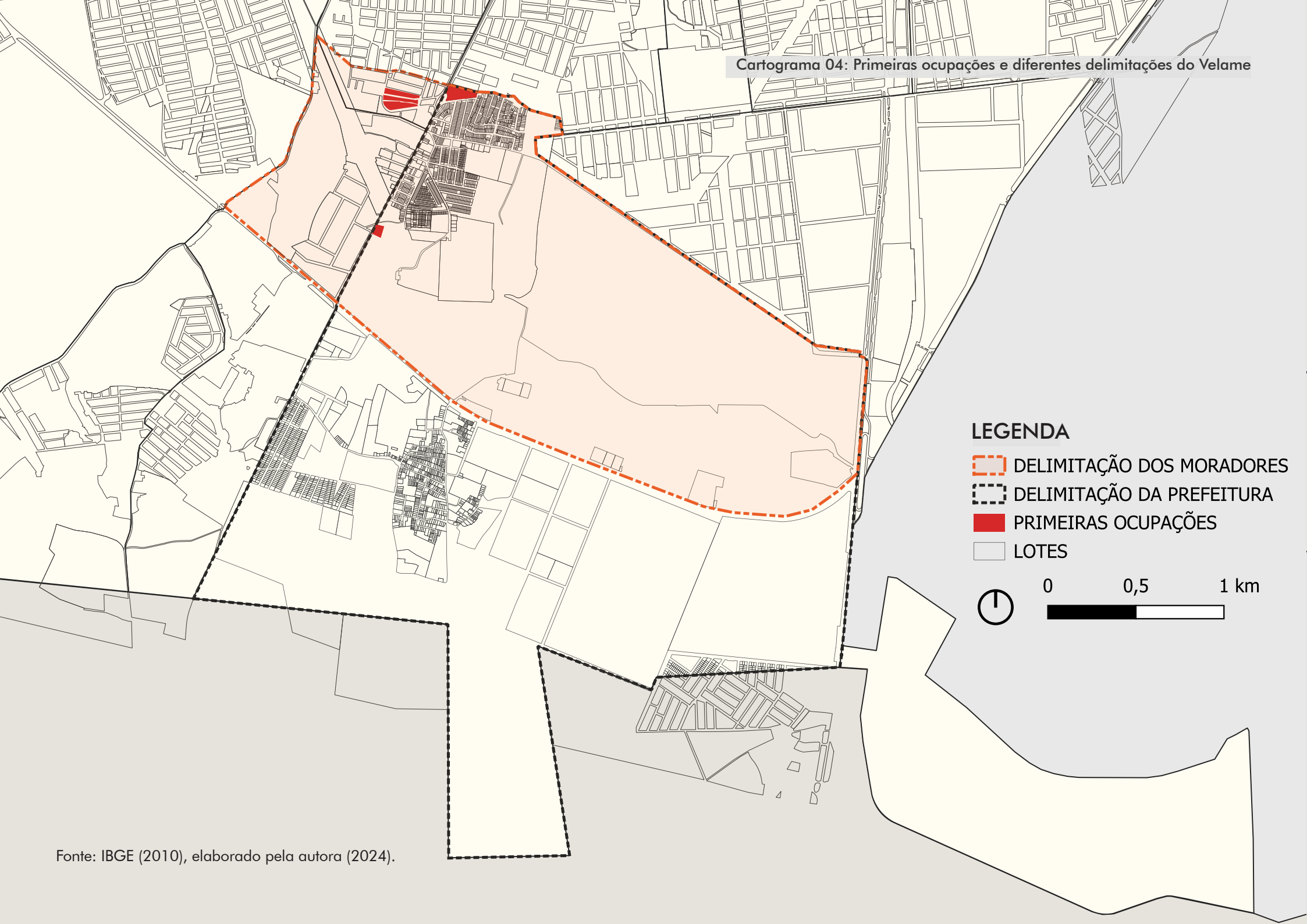
Cartograma 03: Expansão urbana de Campina Grande (1992)







Fonte: Carvalho (2020).

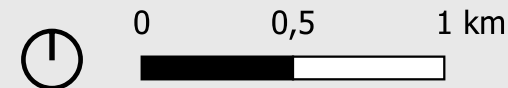


Cartograma 04: Primeiras ocupações e diferentes delimitações do Velame

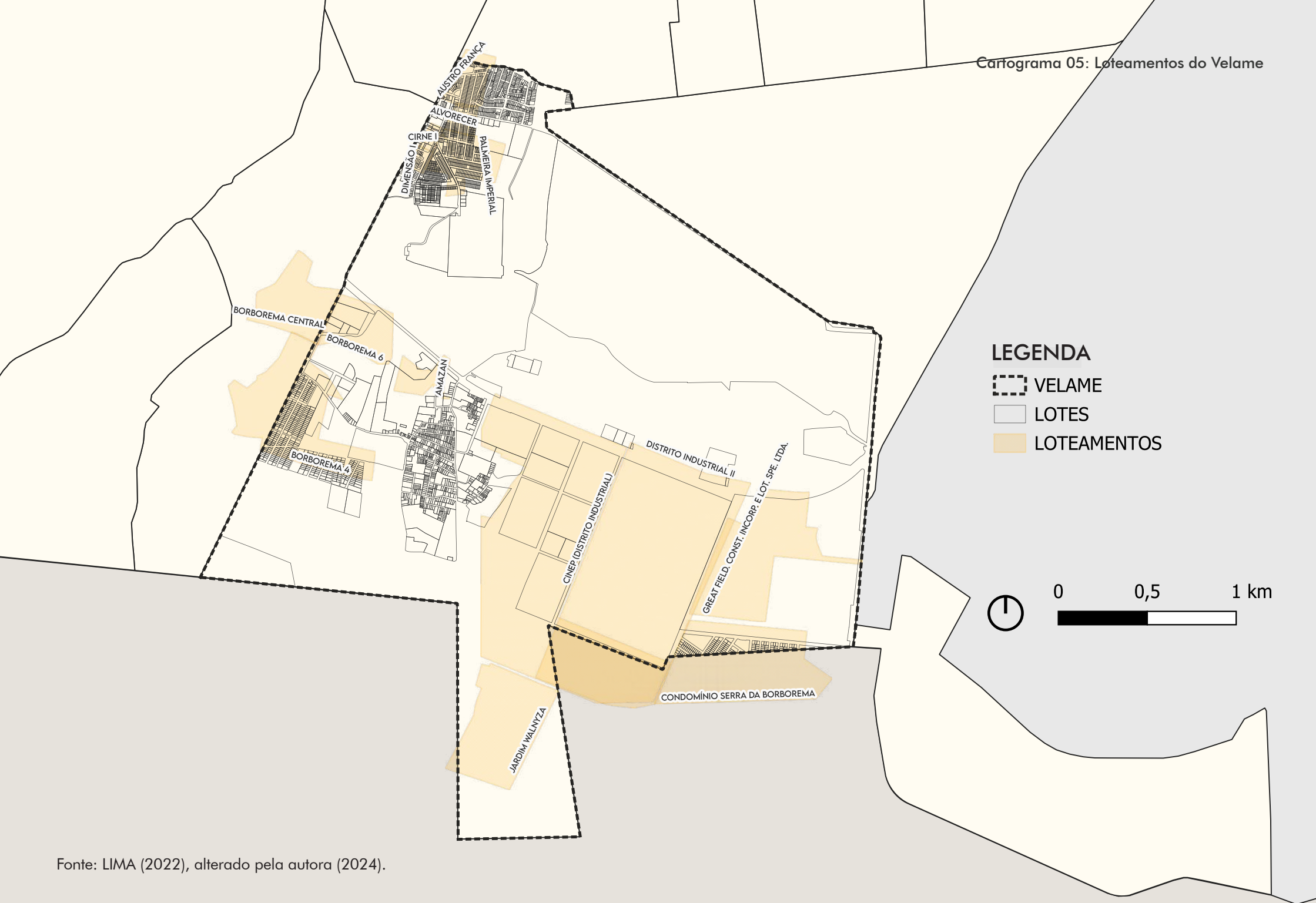


### LEGENDA

-  DELIMITAÇÃO DOS MORADORES
-  DELIMITAÇÃO DA PREFEITURA
-  PRIMEIRAS OCUPAÇÕES
-  LOTES



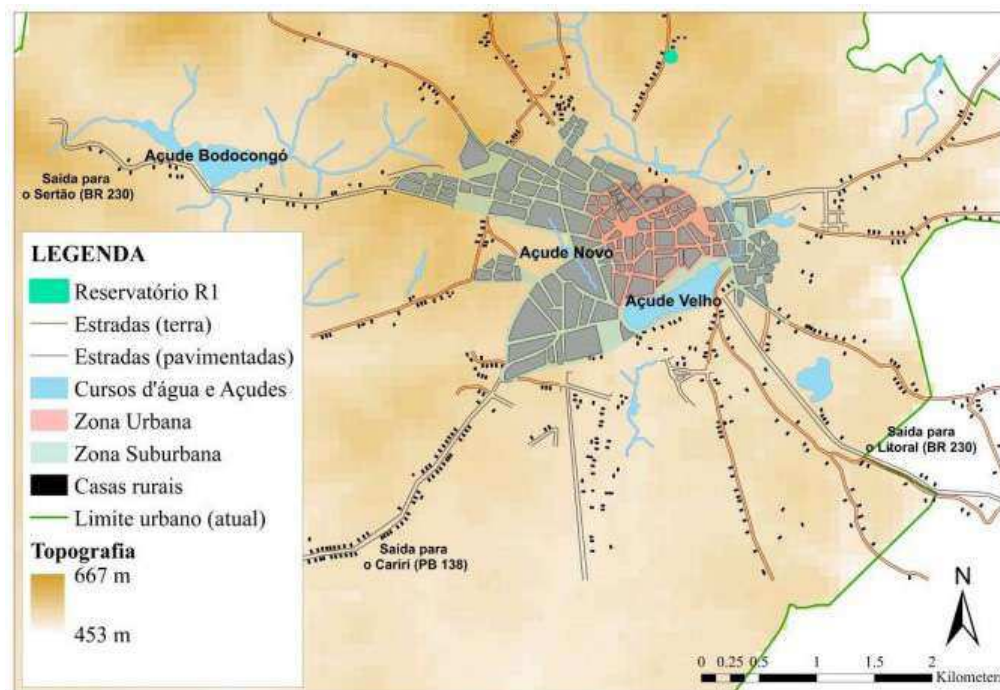






Com a necessidade de realocação das indústrias de Campina Grande para as áreas mais periféricas da cidade, sobretudo daquelas que se localizavam no Centro, as fábricas foram reposicionadas nos subúrbios, numa tentativa de sanar as reclamações acerca da poluição emitida por elas. Entretanto, na década de 60 já existiam residências rurais dentro da atual delimitação oficial do Velame (Cartograma 06), as quais se localizavam junto aos corpos d'água, situação que se justificava pela ausência de infraestrutura de água na região. Com a expansão industrial ocorrendo no bairro do Cruzeiro e logo depois, com a criação do Distrito Industrial, o Velame recebeu suas primeiras indústrias, as quais se localizavam no extremo oposto às residências rurais existentes. Dessa maneira, as áreas centrais do bairro são caracterizadas por grandes vazios urbanos, desde então.

Cartograma 06: Expansão urbana de Campina Grande (1943)



Fonte: Carvalho (2020), adaptado de Queiroz (2008).

As imagens de satélite do Google Earth do bairro estão disponíveis entre os intervalos dos anos de 2005 e 2022, como mostram as Figuras 02 e 03. Através delas é possível observar a evolução urbana e o processo de expansão que a área sofreu durante os anos.

Entre os anos de 2005 e 2009, existe uma crescente na concentração dos lotes ao sudoeste do bairro. Entre 2012 e 2014, o ponto que mais chama atenção é o aumento do parcelamento do solo no sudeste e no nordeste da região. É nesse intervalo de tempo que surge o loteamento do Palmeira Imperial.

Entre 2015 e 2016 a análise torna-se um tanto prejudicada, devido a presença de nuvens nas imagens. Entre os anos de 2017 e 2018 nenhuma mudança relevante foi observada no território. Entre 2019 e 2020, surgem novos loteamentos ao sul do bairro, assim como de 2020 para 2021. Entre 2021 e 2022 não foram encontradas mudanças.



Figura 03: Evolução urbana do Velame entre 2005 e 2016

2005



2009



2012



2014



2015



2016



Fonte: Google Earth (2022), alterado pela autora (2024).



Figura 04: Evolução urbana do Velame entre 2017 e 2022

2017



2018



2019



2020



2021



2022



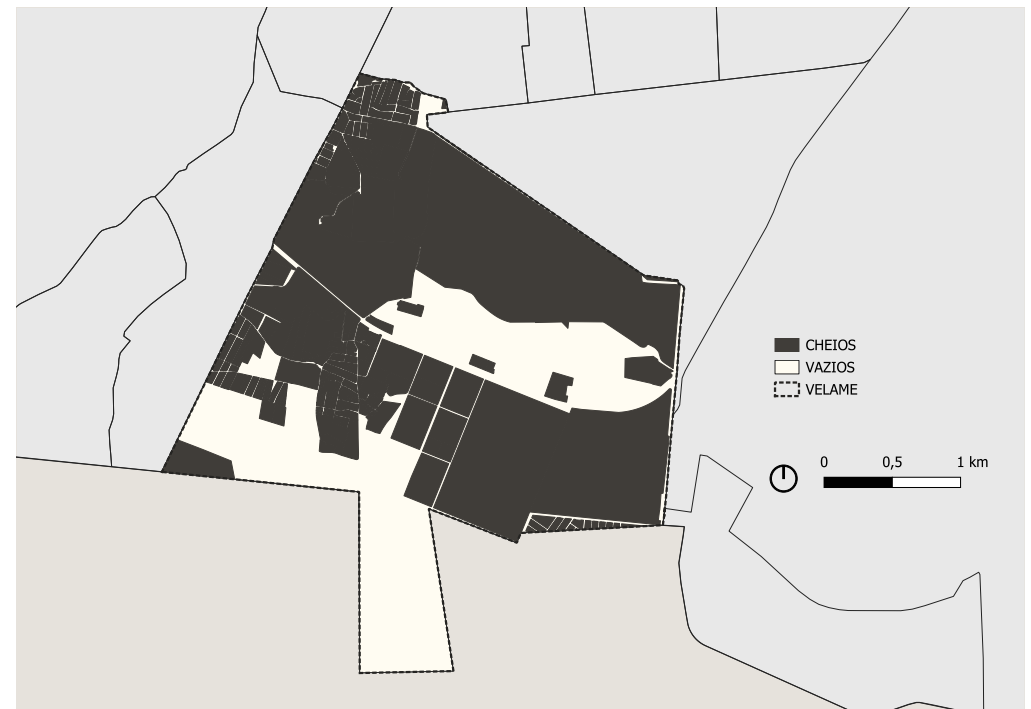
Fonte: Google Earth (2022), alterado pela autora (2024).



Hoje, as porções norte, sul e sudeste do bairro são caracterizadas por grandes vazios ou descampados (Cartograma 07). Por vezes, relacionados a grandes propriedades privadas de indústrias ou de uso agropecuário — o último com prevalência na porção sudoeste da região.

Já as porções noroeste e sudoeste do bairro caracterizam-se pelo uso predominantemente residencial, enquanto o leste, que faz divisa com o Distrito Industrial, é majoritariamente industrial. Ainda próximo a essa divisão está presente o Aeroporto João Suassuna, o primeiro e único aeroporto de Campina Grande, inaugurado na década de 1940. Foi um dos primeiros empreendimentos de grande porte da região, seguido das fábricas.

Cartograma 07: Cheios e Vazios do Velame



Fonte: IBGE (2010), alterado pela autora (2024).



## PARTE 2: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

No ano de 2010, o Brasil passou por uma série de desafios e avanços significativos em relação à educação. Dentre eles, o projeto de lei que foi enviado pelo governo federal ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação (Lei Nº 13.005/2014). Esse plano foi sancionado apenas 4 anos depois, em 2014, e tem como objetivo melhorar a educação, baseando-se em 20 metas que deveriam ser atingidas até o ano de 2024. Essas metas tratam da universalização da educação, alfabetização de crianças e adolescentes, inclusão social, alfabetização de jovens e adultos, qualidade da educação, educação superior e pós-graduação, entre outros temas que estejam englobados nas discussões.

Para alcançar as metas estabelecidas, foram definidas 10 diretrizes, sendo elas:

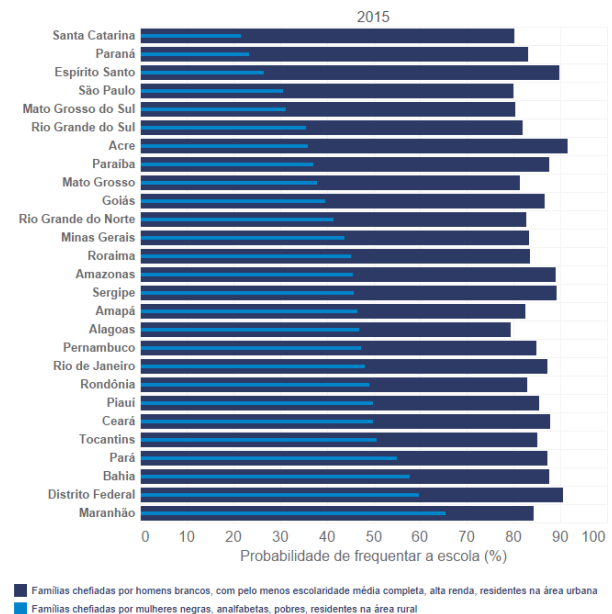
“I - Erradicação do analfabetismo;  
II - Universalização do atendimento escolar;  
III - Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da justiça social, da equidade e da não discriminação;  
IV - Melhoria da qualidade da educação;  
V - Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;  
VI - Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;  
VII - Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país;  
VIII - Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;  
IX - Valorização dos profissionais da educação;  
X - Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.” (Lei Nº 13.005/2014)

Diante de propósitos tão essenciais dispostos no PNE, nota-se que o Governo entende que a educação tem papel fundamental no desenvolvimento humano e impacta diretamente na qualidade de

vida, nos vínculos sociais e nas habilidades físicas e cognitivas do cidadão. Segundo Fernandes e Narita (2001, apud Fernandes, 2010, p. 5), no Brasil, pessoas graduadas no nível médio possuem um salário em torno de 60% mais alto do que aquelas com nível fundamental de ensino. Já aquelas com o nível superior completo possuem, em média, salários 130% mais altos do que aquelas que estão formadas apenas no nível médio. Sobretudo, hoje ainda é um desafio para o Estado promover, de maneira gratuita e igualitária, a educação básica.

Um desses desafios é a evasão escolar. São vastas as razões pelas quais o abandono e a evasão escolar ainda são uma questão presente na educação básica brasileira. Conforme aponta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) (IBGE, 2015), o contexto familiar está intrinsecamente relacionado à probabilidade do aluno frequentar a escola.

Gráfico 01: Probabilidade de frequentar a escola por Estado da Federação, segundo contexto familiar

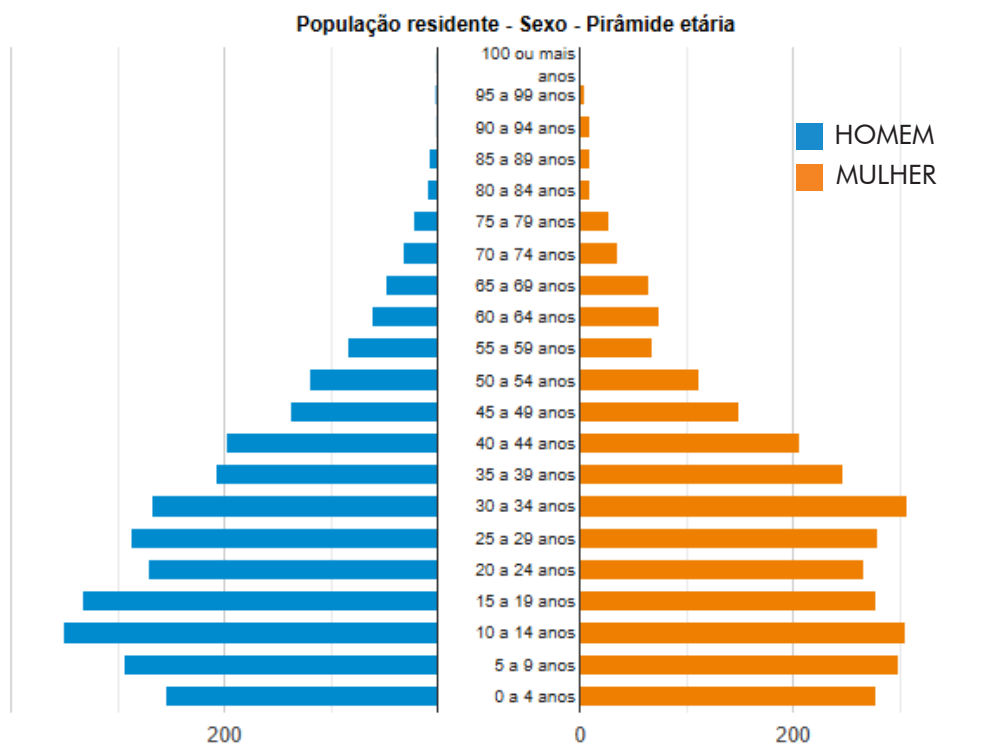


Fonte: IBGE (2015).



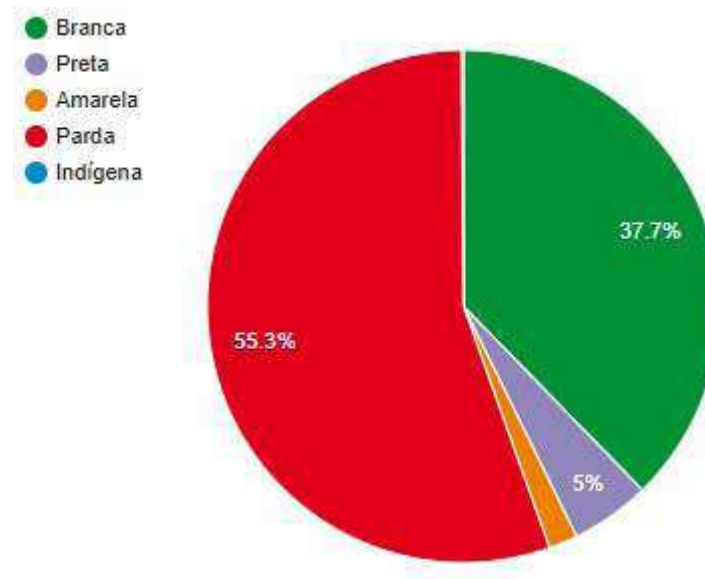
A população do Velame é composta em sua maioria de mulheres jovens, de 25 a 29 anos, e de pessoas autodeclaradas pardas, habitando o bairro que está localizado dentro da macrozona urbana, segundo os dados do IBGE (2010). Dentre os habitantes do bairro, independentemente da cor ou raça, os índices de alfabetização são mais altos entre as mulheres do que entre os homens. Entre elas, as mulheres pardas possuem as maiores taxas de alfabetização. O que torna esse dado alarmante, é o fato de que as mulheres pardas alfabetizadas representam apenas 23% da população geral do bairro.

Gráfico 02: População residente - Sexo - Pirâmide etária



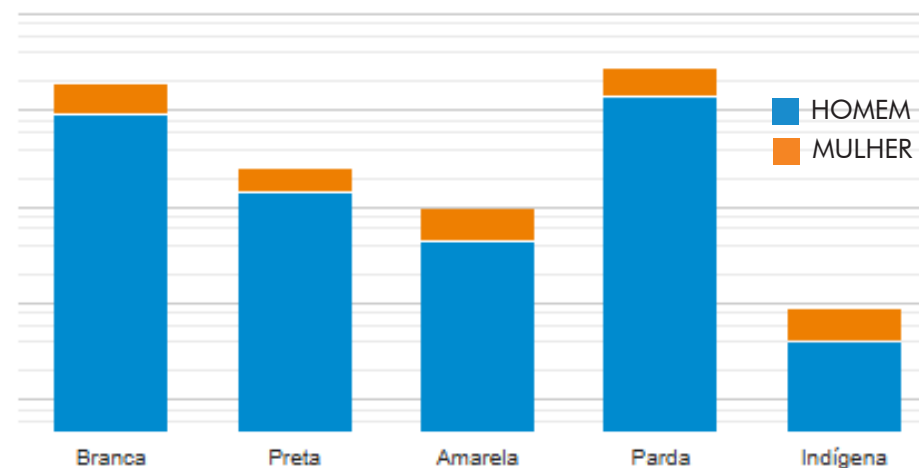
Fonte: IBGE (2010).

Gráfico 03: População residente - Cor ou raça



Fonte: IBGE (2010).

Gráfico 04: População residente de 5 anos ou mais - Cor ou raça - Alfabetizadas

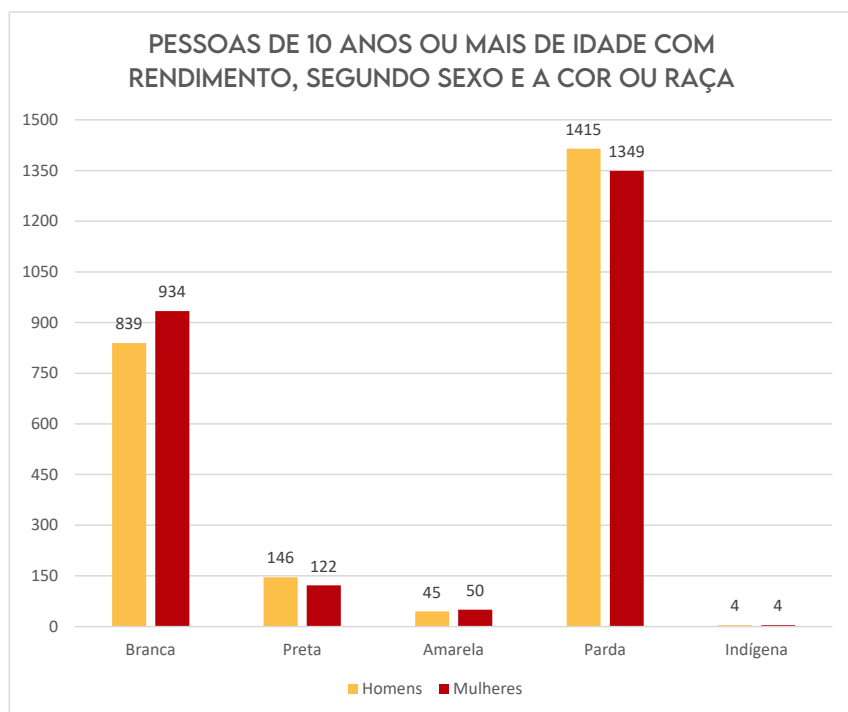


Fonte: IBGE (2010).



De acordo com o IBGE, no ano de 2010, cerca de 80% das pessoas habitantes do Velame com 10 anos ou mais de idade possuíam alguma fonte de renda, sendo a maior parcela representada pelas pessoas pardas, que no geral, possuem as maiores taxas de alfabetização do bairro (Gráfico 05). Além disso, o rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes variava entre R\$372,00 e R\$778,00. Entretanto, nota-se que, justamente nas áreas mais populosas do bairro, o rendimento mensal era menor que um salário mínimo da época, equivalente a R\$510,00. Embora tenham-se passado mais de 10 anos desde o último censo, não foi possível confirmar os dados atuais sobre esse tema, uma vez que ainda não foram disponibilizados pelo Censo 2022. (Cartogramas 08 e 09)

Gráfico 05: Renda, gênero, cor ou raça

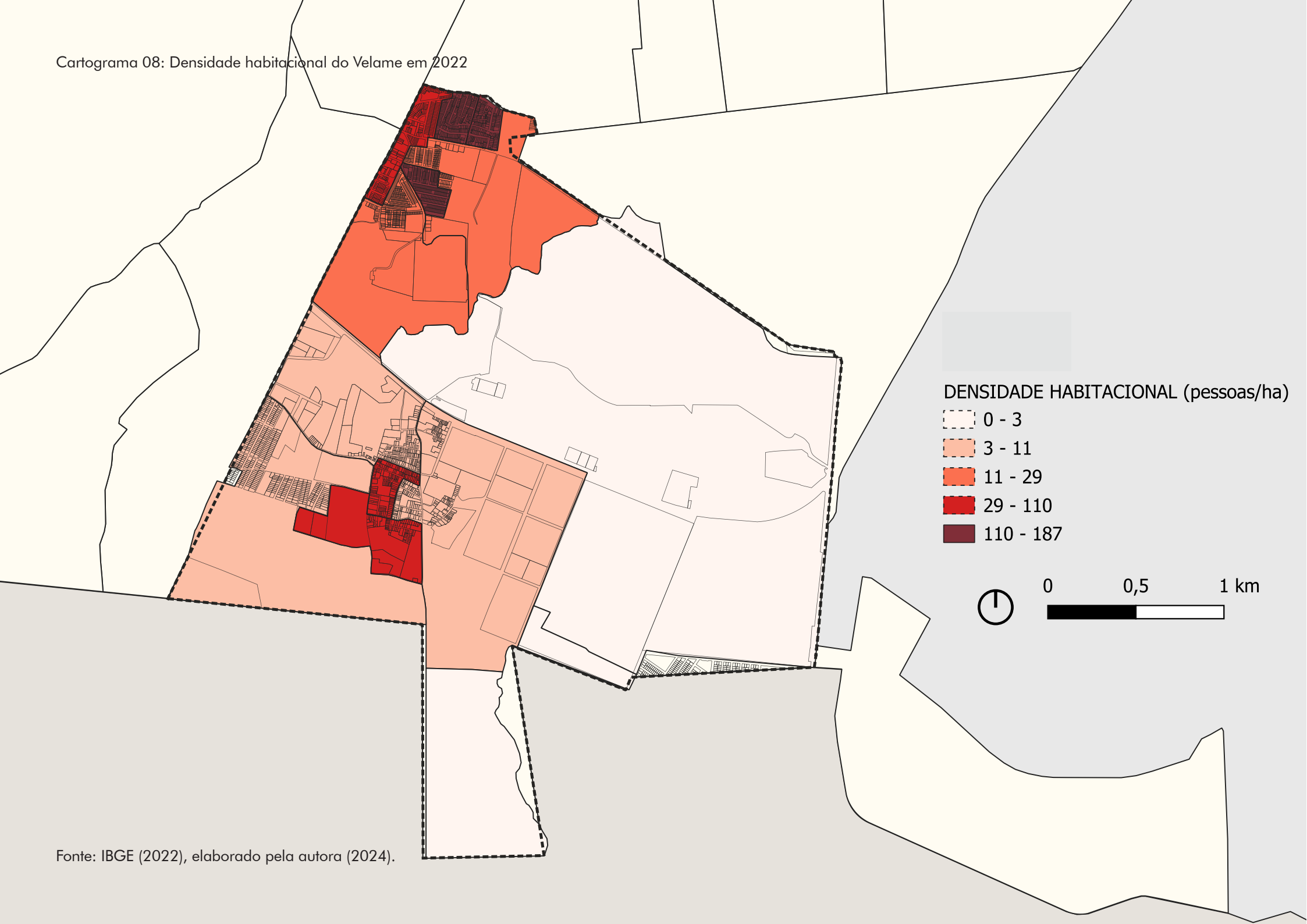


Fonte: IBGE (2010), adaptado pela autora (2024).

Quanto aos tópicos de renda e educação no Velame, um fato curioso é que, apesar das mulheres pardas possuírem as maiores taxas de alfabetização do bairro, são os homens pardos que possuem os maiores índices de rendimento nominal médio mensal da região. Se comparado com as pessoas brancas, as taxas de escolaridade e rendimento são proporcionais e assim, maiores entre as mulheres. Entre pessoas negras, a analogia é semelhante à de pessoas pardas: as mulheres pretas são mais alfabetizadas que os homens pretos, e ainda assim, são os homens que possuem maior taxa de rendimento. Dessa forma, entende-se que o gênero ainda é um fator determinante quando se trata de empregabilidade e ocupações de trabalho. A partir dessa análise poderia-se considerar que as mulheres do bairro ainda são encarregadas do trabalho doméstico e do cuidado familiar, isto é, os serviços não-remunerados, enquanto os homens se encarregam de trazer a renda para casa.



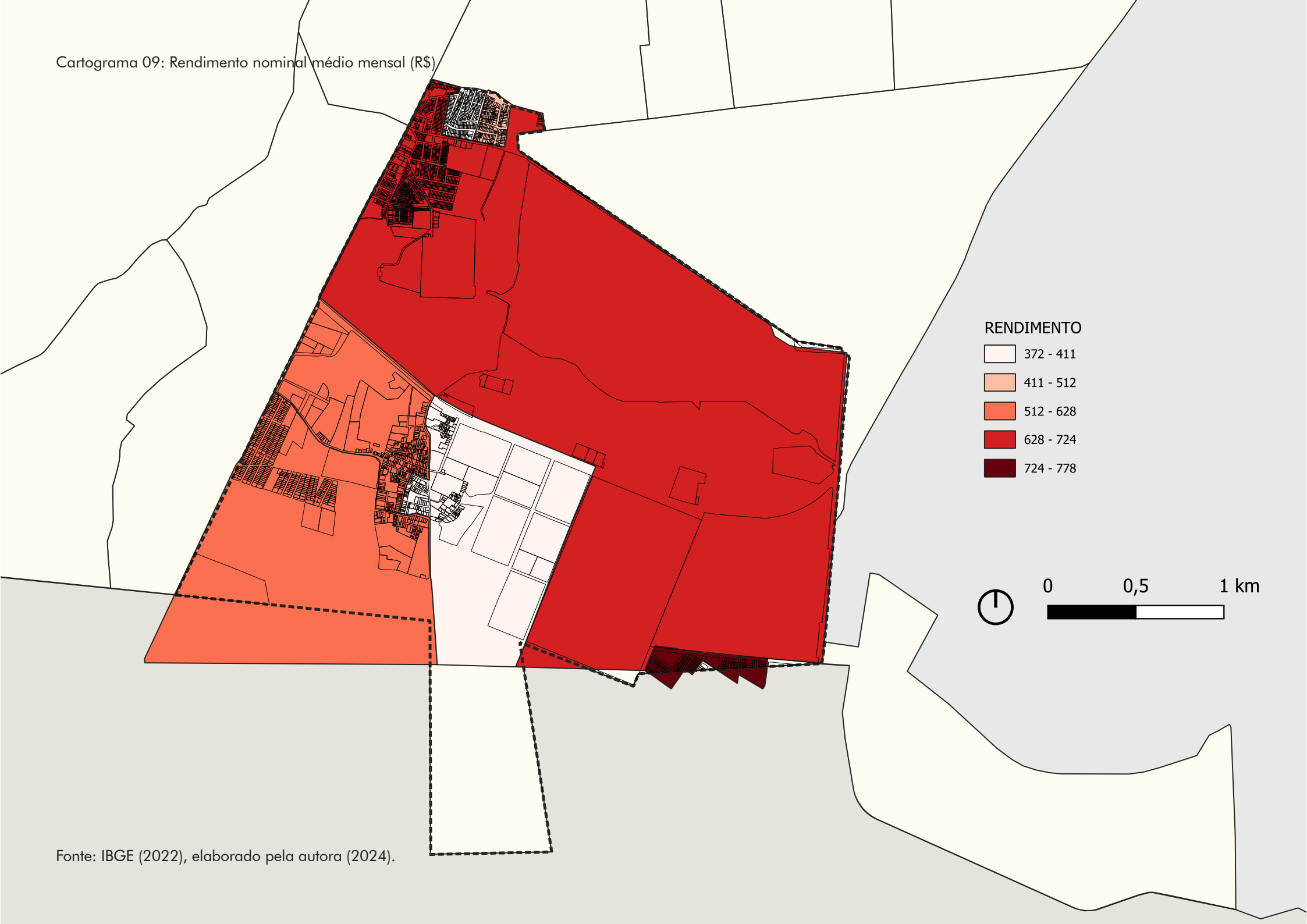
Cartograma 08: Densidade habitacional do Velame em 2022



Fonte: IBGE (2022), elaborado pela autora (2024).



Cartograma 09: Rendimento nominal médio mensal (R\$)



Fonte: IBGE (2022), elaborado pela autora (2024).



### PARTE 3: EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

Acerca dos equipamentos públicos e infraestrutura de serviços, o Ministério das Cidades (2023) determina que:

São equipamentos públicos urbanos as instalações e espaços de infraestrutura urbana destinados aos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de águas pluviais, disposição e tratamento dos resíduos sólidos, transporte público, energia elétrica, rede telefônica, gás canalizado e congêneres. São equipamentos públicos comunitários as instalações e espaços de infraestrutura urbana destinados aos serviços públicos de educação, saúde, cultura, assistência social, esportes, lazer, segurança pública, abastecimento, serviços funerários e congêneres. (Ministério das Cidades, 2023)

Para os equipamentos de uso coletivo, Castello (2008) descreve como:

Fazem parte desse grupo os equipamentos sociais no sentido amplo, as praças e todo o tipo de espaço aberto de lazer e recreação, os estabelecimentos educacionais, o setor de equipamentos ligados à saúde e prevenção de doenças e os equipamentos culturais e esportivos. Fora deste grupo, mas também utilizado coletivamente, estão os estabelecimentos comerciais. (Castello, 2008, p. 135)

Portanto, entende-se que os equipamentos comunitários ou de uso coletivo podem ser públicos ou privados, desde que forneçam algum serviço para a comunidade e possam ser frequentados por todas as pessoas. Castello (2008) ainda subdivide os equipamentos em categorias, sendo eles os Espaços Abertos, Equipamentos Educacionais, Equipamentos de Saúde e Comércio/Serviços. Faz-se importante ressaltar que a autora aborda quatro escalas territoriais num município, sendo elas: a Habitação, a Unidade de Vizinhança, o Bairro, e a Cidade.

Essas escalas viriam a ser úteis na compreensão do planejamento de organização dos equipamentos, uma vez que o conceito de Unidade de Vizinhança foi trabalhado por Clarence Arthur Perry.

Perry (1929), um importante planejador urbano americano, definiu em 1929, no documento *Neighborhood and community planning*, seis princípios básicos de organização de uma unidade coletiva, sendo eles: a Escola, os Espaços Abertos, os Equipamentos Comunitários, as Áreas Comerciais, os Limites e as Vias Locais. Nessa divisão, o ponto central de definição é a Escola. Ela deve definir o tamanho da Unidade de Vizinhança: a população não deve exceder a capacidade de uma escola de ensino fundamental (na época, 5.000 habitantes). Perto das Escolas devem estar os Equipamentos Comunitários, no entorno da praça central da Unidade. Os Espaços Abertos, por sua vez, devem ocupar 10% da área da Unidade. Já as Áreas Comerciais devem se localizar, preferencialmente, em cruzamentos de vias arteriais, possibilitando que a comunidade de outras unidades também faça uso do equipamento. Os Limites são as fronteiras físicas da Unidade, compostas por vias arteriais e rotas de grande fluxo que dividem as unidades entre si e não permeiam as áreas residenciais. Por fim, as Vias Locais devem oferecer condições de circulação e deslocamento nas comunidades residenciais.

Castello (2008), por sua vez, descreve a Unidade de Vizinhança como:

O modelo [...] pretendia, em síntese, apresentar uma célula de viver bem, um espaço habitacional tranquilo, mas totalmente equipado com um grupo de atividades complementares, dispostas e organizadas segundo regras específicas de localização e distribuição, criando um ambiente residencial qualificado e estimulador de espírito gregário e da participação comunitária (Castello, 2008, p. 50).

A partir disso, a autora estabelece os padrões para inserção de equipamentos urbanos através de uma tabela (Quadro 02).



Quadro 02: Equipamentos urbanos: grupos hierárquicos, parâmetros de localização e características gerais

GRUPO	AGENTE		TIPO DE EQUIPAMENTO	PARÂMETROS			CARACTERÍSTICAS
	PÚBLICO	PRIVADO		LOCAL	DIST.	CLIENT.	
1º	X	X	Creche, Pré-Escola	Unidade de vizinhança	400m	322	Relações frequentes e numerosas.
	X	X	Escola 1º Grau				
	-	X	Comércio Cotidiano [abastecimento]			250	Deslocamentos diários a pé.
	X	-	Praça, Playground, Área Verde			-	
	-	X	Igreja, Templo			265	Aproximadamente 10min. de percurso.
2º	X	X	Escola de 2º Grau	Bairro	800m	730	Equipamentos de frequência média.
	X	X	Centro Comunitário [CSU]			± 600	
	-	X	Comércio Eventual [bens pessoais]			± 450	Deslocamentos a pé.
	-	X	Serviços Pessoais [não especializad.]			-	
	X	X	Parques [lazer e esportes]			± 400	Distância tempo de até 30min.
			Posto saúde, Ambulatório, Clínica				

Fonte: Castello (2008), alterado pela autora (2024).

É importante mencionar que nesta pesquisa iremos abordar apenas com os parâmetros de Unidade de Vizinhança e Bairro, tendo em vista que o objetivo principal do presente trabalho é a análise de um bairro da cidade de Campina Grande, o Velame.

espaços de lazer ou esportes, e à noite os trabalhadores retornam aos seus lares para descansar e, logo, trabalhar novamente no dia seguinte.

Quadro 03: Equipamentos urbanos do Velame

Cruzando as informações disponibilizadas pelo IBGE (2022) e a tabela de Castello (2008), entendemos que o Velame é bem servido de equipamentos voltados para a saúde e educação (Quadro 03). Em relação ao comércio, o IBGE disponibiliza o uso nomeado “Outras Finalidades” que inclui lojas, bancos, prédios públicos, shoppings, entre outros. Em contrapartida, nenhum equipamento de cultura, lazer, esporte ou espaços abertos foi identificado. A ausência desses equipamentos e serviços revela uma fragilidade em termos de planejamento urbano para a área, uma vez que um bairro que existe há mais de 30 anos possui uma população de mais de 7 mil habitantes que não tem acesso a atividades que lhes amenizem a rotina e lhes tragam algum prazer ou distração. Diante disso, o Velame revela ter uma dinâmica singular, mas não incomum: durante o dia, crianças e donas de casa habitam e circulam pelo bairro, mesmo que sem

GRUPO	AGENTE		TIPO DE EQUIPAMENTO	QUANTIDADES
	PÚBLICO	PRIVADO		
1º	X	-	Creche, Pré-Escola	1
	X	X	Escola 1º Grau	3*
			Comércio Cotidiano [abastecimento]	Dado indisponível
	X	-	Praça, Playground, Área Verde	-
	-	X	Igreja, Templo	28
2º	X	-	Escola de 2º Grau	1
	X	X	Centro Comunitário [CSU]	-
			Comércio Eventual [bens pessoais]	Dado indisponível
			Serviços Pessoais [não especializad.]	Dado indisponível
	-	-	Parques [lazer e esportes]	-
	X	-	Posto Saúde, Ambulatório, Clínica	2**

Fonte: IBGE (2022), alterado pela autora (2024).



Numa tentativa de contornar a situação, aos finais de semana os moradores ocupam as calçadas estreitas para confraternizarem entre si. O divertimento é sentar e observar as crianças brincando na rua. Estas, por sua vez, improvisam como podem. Na ausência de ciclofaixas, brincam de bicicleta em lotes ainda não edificadas. Na inexistência de uma quadra de esportes, criam campinhos de futebol em terrenos e áreas ainda vazias. Essa situação expõe uma problemática em relação à saúde dessas crianças, tendo em vista que nem sempre esses locais possuem manutenção adequada para serem ocupados. Geralmente tratam-se de terrenos baldios onde há descarte inadequado de lixo. Evidenciando, ainda mais, a necessidade da implantação de espaços voltados ao lazer para que a população do bairro possa fazer uso.

Em relação à educação, o Velame possui uma creche municipal, três escolas de 1º grau, sendo duas dentro da delimitação oficial do bairro e uma no bairro do Presidente Médici, a qual também abastece a população desse bairro, além de uma escola de 2º grau, a qual, por sua vez, não consegue abastecer todo o perímetro do bairro. A outra escola pública de 2º grau mais próxima fica a 900m de distância do setor do bairro desabastecido por esse serviço, localizada no bairro do Cruzeiro, portanto, em tese, não consegue abarcar as necessidades da população dessa parcela da região. Para a análise desses equipamentos, foram utilizados raios de influência de 400m para as creches e escolas de 1º grau, e de 800m para a escola de 2º grau (Cartograma 10). Nesse cenário, constata-se ainda que não há nenhuma universidade ou faculdade na região ou próximas ao bairro. Os equipamentos de educação desse tipo se concentram em outros bairros da cidade, sobretudo nos bairros Universitário, Itararé e Centro.

Quanto à saúde, foram identificadas duas Unidades Básicas de Saúde (UBS) relevantes para a análise, sendo a primeira a UBS do Velame, localizada fora da delimitação oficial do bairro, e a segunda a UBS do Catolé do Zé Ferreira, localizada dentro da delimitação oficial (Cartograma 11). Para a análise, foi considerado um raio de influência de 800m para ambos os equipamentos. A partir disso, são poucas as

residências que não são abarcadas pela área de abrangência das duas UBS. Entretanto, além delas, nenhum outro equipamento de saúde foi identificado na região. Considerando os demais equipamentos de saúde na cidade, afirma-se que o hospital mais próximo é o Hospital Regional de Urgência e Emergência e o Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes, no bairro das Malvinas, que fica a 4,9 km de distância do limite do Velame e a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) mais próxima é a UPA Adhemar Dantas, no bairro do Dinamérica, que fica a 3km de distância do limite do Velame

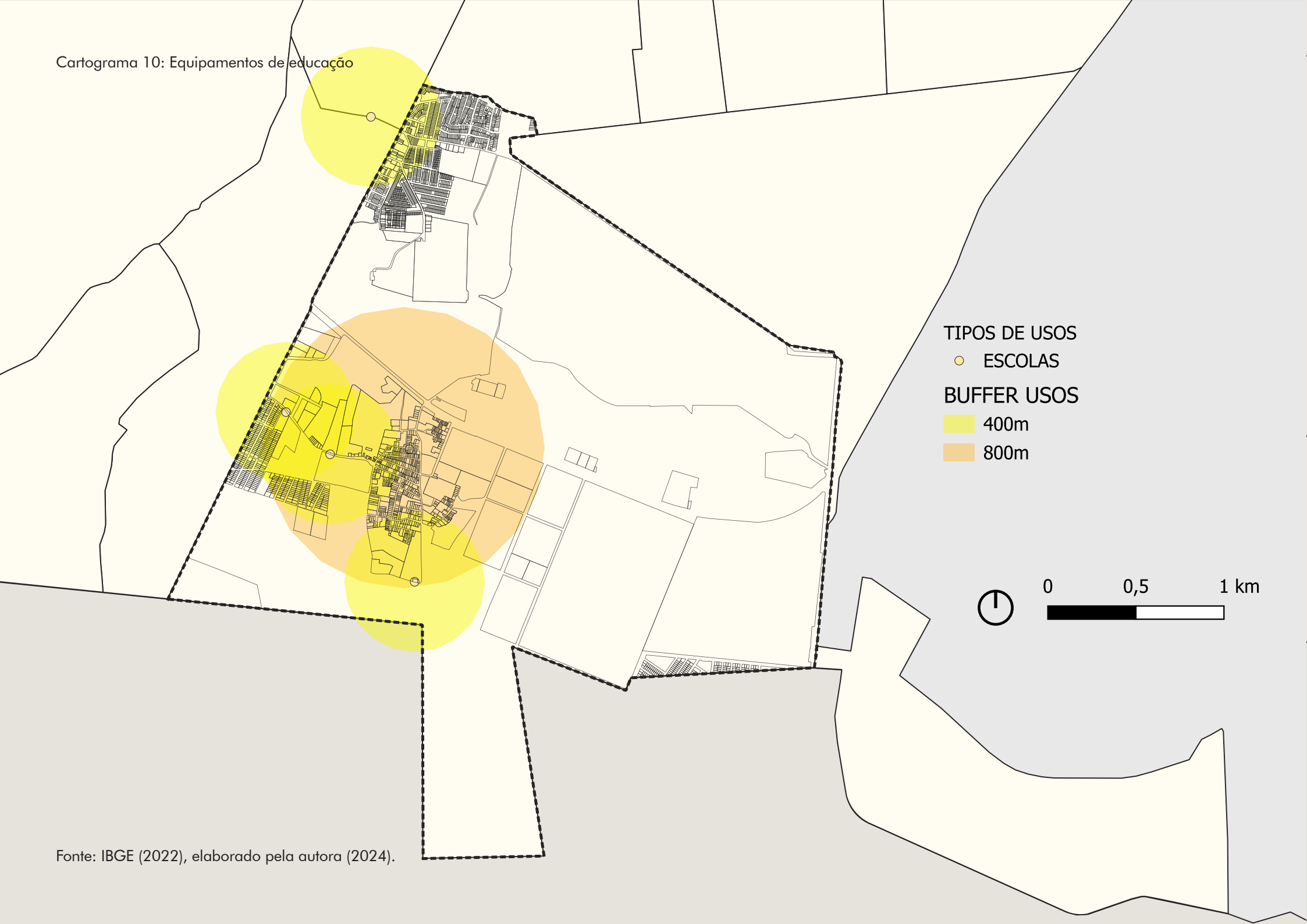
Fotografia 03: Finais de semana no Velame



Fonte: Amanda Renale (2024).



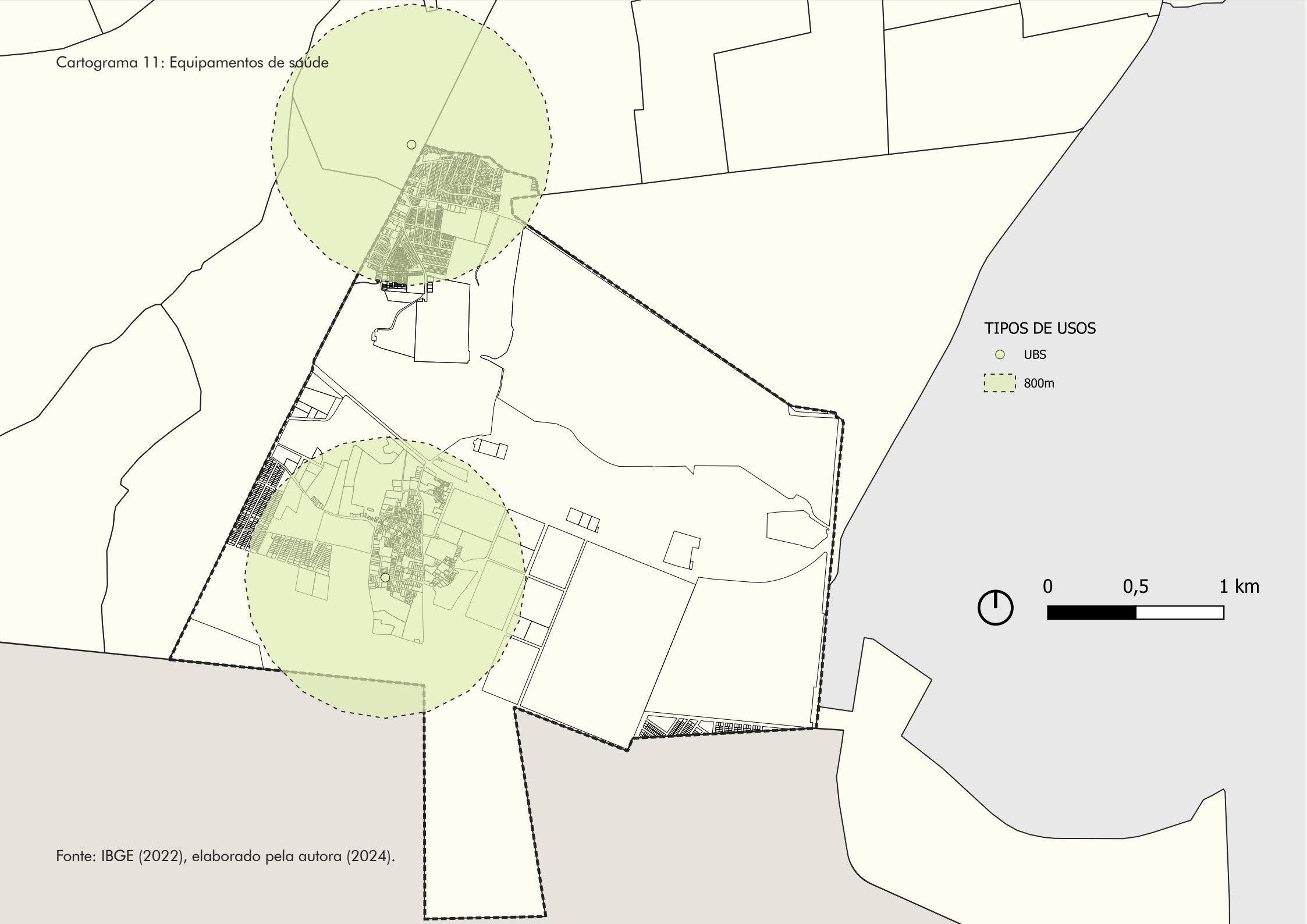
Cartograma 10: Equipamentos de educação



Fonte: IBGE (2022), elaborado pela autora (2024).



Cartograma 11: Equipamentos de saúde



Fonte: IBGE (2022), elaborado pela autora (2024).



É importante mencionar também a presença dos estabelecimentos agropecuários (Cartograma 12), uma vez que possuem grande influência na região, tanto pela relação com a renda quanto pelo modo de vida da população. Para o IBGE, os estabelecimentos agropecuários são todos aqueles que têm como objetivo produção, seja para venda ou subsistência, com atividades agropecuárias, florestais e aquícolas. Na Paraíba, segundo o Censo 2022 do IBGE, as produções mais valorosas estão entre cana-de-açúcar, abacaxi e banana na agricultura e rebanhos de galináceos, bovinos e caprinos na pecuária.

Quanto aos estabelecimentos religiosos, o Censo 2022 do IBGE estabelece que os mesmos se tratam de igrejas, templos, sinagogas e terreiros de todas as religiões. É importante ressaltar que, segundo o veículo de comunicação G1 (2024), o Brasil possui mais templos religiosos do que hospitais e escolas juntos. Essa realidade se reflete também no bairro do Velame: somando os equipamentos de saúde e educação há um total de 7 unidades, ao passo que o bairro possui, em toda sua extensão, cerca de 28 instalações religiosas, o que equivale ao quádruplo de equipamentos de saúde e educação. Essa constatação não seria um problema, se a saúde do bairro não fosse um tema preocupante. Em 2023 o Velame foi um dos 10 bairros da Cidade de Campina Grande que se encontravam sob alto risco de infestação por *Aedes aegypti*, segundo os dados divulgados pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Campina Grande. Dos 10 bairros mencionados pela SMS, 7 localizam-se na Zona Sul, como o Velame.

O uso comercial, detalhado por Castello (2008) como Comércio Cotidiano e Comércio Eventual é identificado pelo IBGE (2024) como “Outras Finalidades” (Cartograma 13). Dessa maneira, como o dado fornecido não é específico sobre os tipos de comércio, torna-se inviável analisá-los conforme o detalhamento da autora. Entretanto, através da localização de cada um desses pontos comerciais, é possível perceber que no bairro do Velame, em grande parte, tratam-se de edificações de usos mistos.

Quanto às edificações em construção, o Censo 2022 considera todas as edificações com obra em andamento ou não concluída, a partir da

fundação, ou toda propriedade que esteja passando por uma obra de manutenção e não possua morador no dia de coleta de dados da pesquisa. A partir disso, é possível observar uma crescente aposta do setor imobiliário no bairro nos últimos 10 anos, com a construção de novos loteamentos e condomínios, o que contrasta com a ausência de infraestrutura urbana que contemple essa população que deve chegar ao bairro.

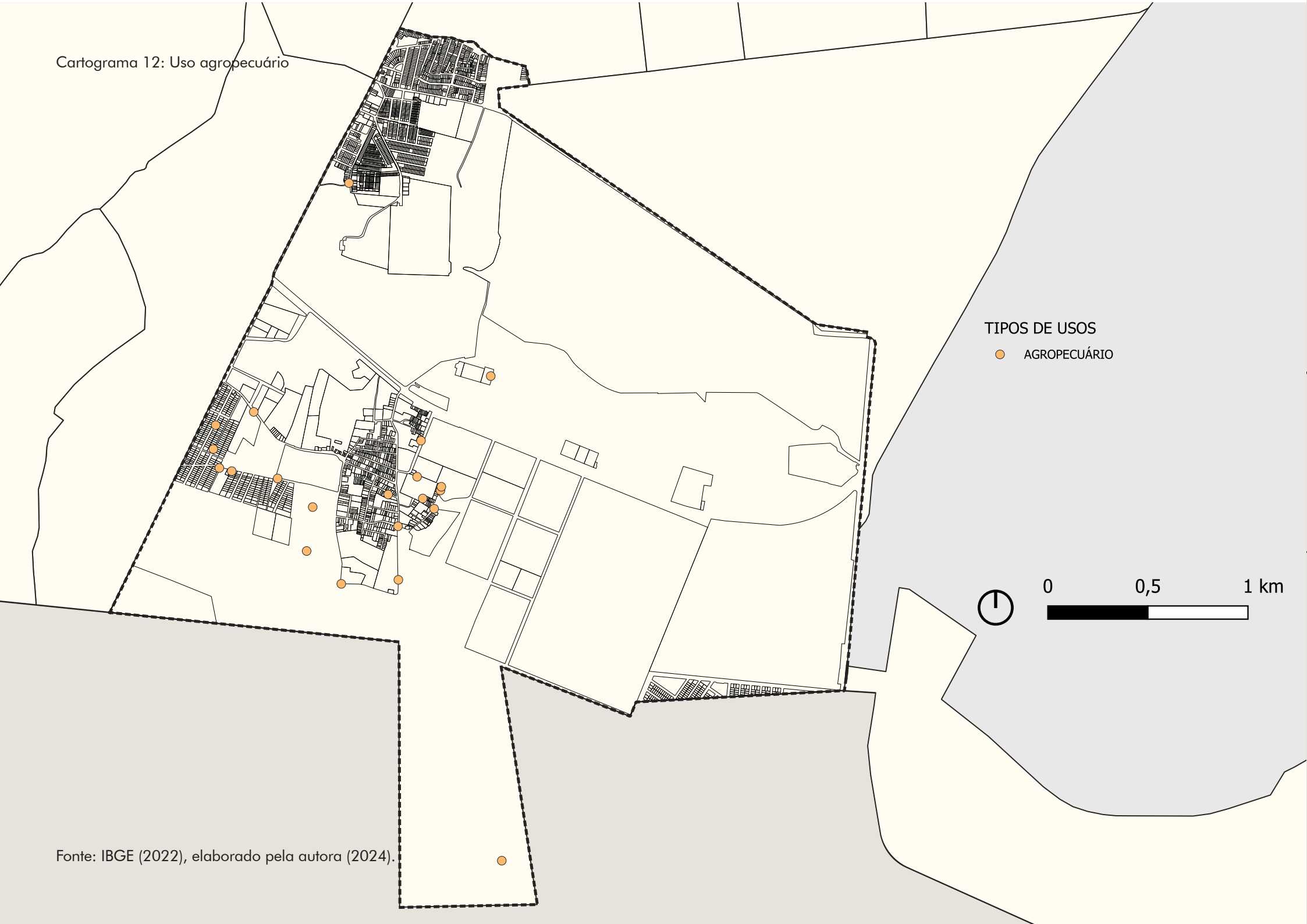
Fotografia 04: Novos condomínios em construção no bairro do Velame



Fonte: Amanda Renale (2024).



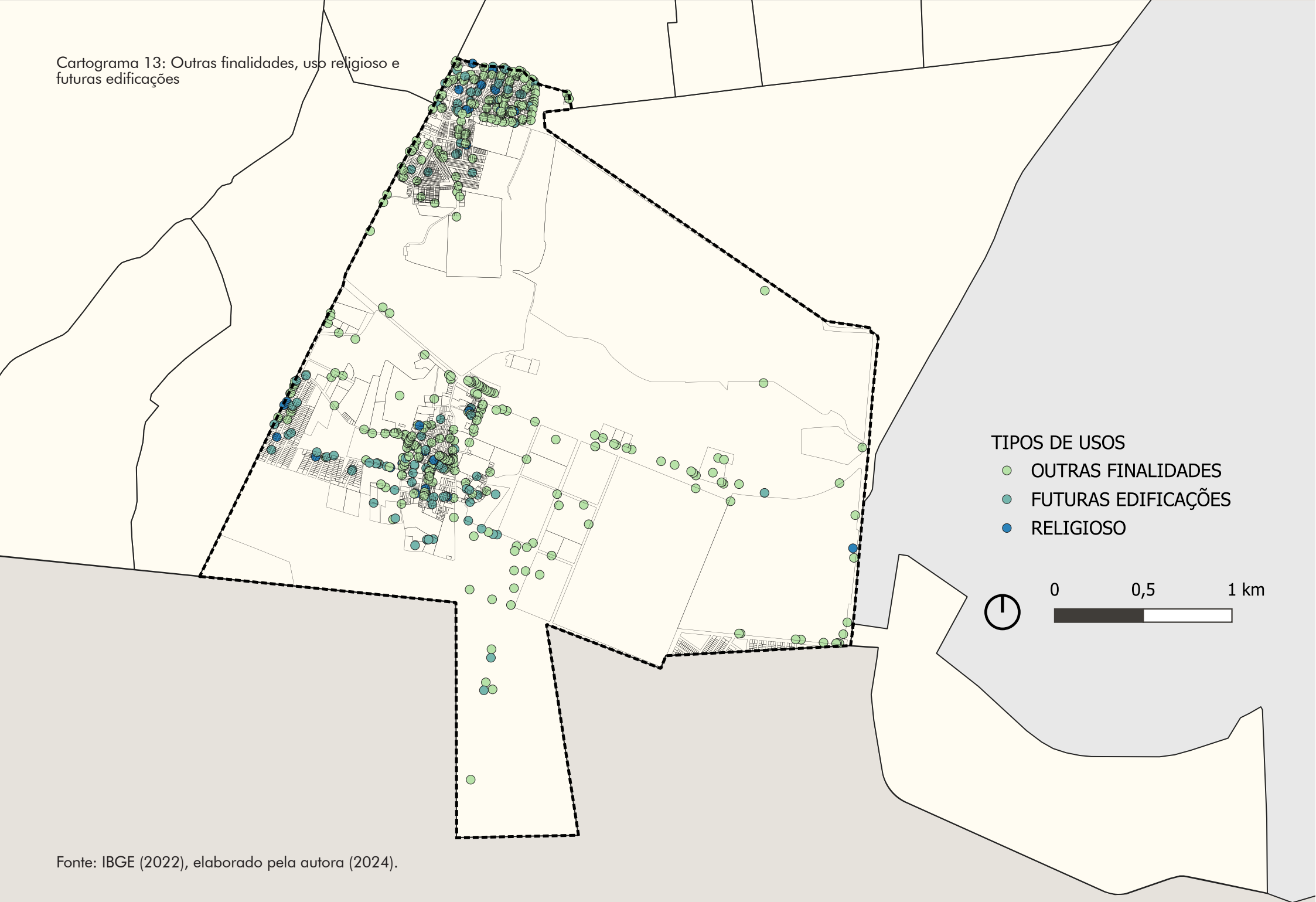
Cartograma 12: Uso agropecuário



Fonte: IBGE (2022), elaborado pela autora (2024).



Cartograma 13: Outras finalidades, uso religioso e futuras edificações



Fonte: IBGE (2022), elaborado pela autora (2024).



## PARTE 4: INFRAESTRUTURA URBANA

Conforme apresenta o Ministério das Cidades (2011), a infraestrutura urbana é o universo de modalidades atreladas ao desenvolvimento urbano e que contribuem para a qualidade de vida da população, dentre elas: o saneamento, o abastecimento de água, a coleta de esgoto e lixo, o transporte público, a acessibilidade, o acesso à moradia e urbanização, entre outros. Promover a infraestrutura urbana é um dever do Estado e garanti-la é uma maneira de assegurar que a população possua dignidade e boas condições de permanência.

Para analisar não somente a existência dos serviços de infraestrutura urbana — dado este disponibilizado pelo IBGE, sendo 2010 o ano de referência mais recente dessas informações —, foi possível entender também a qualidade (ou falta dela) do fornecimento destes serviços através de conversas informais com populares.

A Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA) é o órgão responsável pelo abastecimento de água desde a captação, adução e tratamento até a distribuição. Além disso, são responsáveis também pelo esgotamento sanitário, da coleta, tratamento e reintegração do produto ao meio ambiente, após o tratamento. Sobre o abastecimento de água, nota-se pelo Cartograma 14 que a tubulação de água chega em todas as quadras que existiam em 2010. As demais quadras, que aparentam estarem desabastecidas deste serviço ao analisar o mapa, surgiram após o ano de 2010. Entretanto, atualmente para os moradores, esse é um serviço bem implementado na região: não existem reclamações quanto a distribuição e tratamento de água no bairro.

Por outro lado, uma questão muito crítica é em relação ao esgotamento sanitário. Como observado no Cartograma 15, o atendimento do esgotamento sanitário não compreende todas as quadras do bairro. Na verdade, esse direito básico torna-se um privilégio dos loteamentos mais recentes da região, dentre eles, o Palmeira Imperial. Entende-se o serviço de esgotamento sanitário como uma necessidade para os novos imóveis

e para os novos moradores, enquanto as quadras e os lotes mais antigos tornam-se desprezados no que se diz respeito às melhorias trazidas para a área. Nesse contexto, nas vias mais antigas do bairro, incluindo a Avenida Juscelino Kubitschek, é comum observar esgoto a céu aberto. Os moradores relatam que por isso é comum haver infestação de animais — entre ratos, aranhas, baratas e sapos — nas casas próximas a essas vias, e que essa situação coloca a população em risco quanto à segurança ambiental e de saúde, uma vez que uma quantidade relevante de moradores já adquiriram doenças graves como resultado desse descaso com o esgotamento sanitário pelas autoridades, a exemplo de leptospirose.

Quanto aos pontos da rede de drenagem identificados no bairro, nota-se que não se encontram em grandes quantidades. Entretanto, não foram identificadas áreas de risco de alagamento na região. Essa questão também não foi levantada pelos moradores quando questionados em relação às problemáticas da infraestrutura urbana no bairro. Nesse cenário, considera-se como fator contribuinte para evitar a interdição das vias por alagamento e trazer transtorno para os moradores, a existência de muitas vias ainda não pavimentadas no bairro do Velame, o que possivelmente auxilia na absorção de água da chuva no solo. Contudo, não se pode afirmar que a pavimentação atual das vias é a ideal. Com grande parte das ruas sendo de terra e apresentando calçadas irregulares, a acessibilidade é inadequada, sobretudo para os pedestres. Esse cenário se intensifica nos dias de chuva, nos quais torna-se impossível circular pelas ruas a pé, como citam os próprios moradores. A força da água revela ruas esburacadas e perigosas de caminhar. A situação piora drasticamente se o pedestre em questão possuir mobilidade reduzida, visto as calçadas inacessíveis e irregulares.

Para além da caminhabilidade, a pavimentação das vias também é uma questão de saúde, segurança e transporte. É preciso dar condições aos automóveis para acessarem as vias, sobretudo àqueles que realizam e proporcionam serviços à comunidade, a exemplo do caminhão do lixo, de



ambulâncias, dos bombeiros, entre outros. Nesse ponto, as situações de preconceito com os moradores são observadas com maior intensidade, por vezes, sob a justificativa das vias em más condições, carros de aplicativos e entregadores se negam a acessar a região, como relatam os moradores.

Quanto ao transporte público, hoje o Velame conta com 24 pontos de ônibus dentro do seu perímetro (IBGE, 2022) (Cartograma 16). Usando um raio de abrangência de 400m para cada um deles, é possível observar que algumas quadras e lotes ficam sem cobertura, principalmente ao sul, sudeste e sudoeste do bairro. As condições desses pontos de ônibus também não são adequadas: são mal sinalizadas e algumas não possuem cobertura para permitir a permanência dos moradores no momento de espera do ônibus. No que diz respeito às linhas de ônibus, de acordo com a Superintendência de Trânsito e Transporte Público (STTP) atualmente as linhas 004, 044, 090A, 090B, 900 e 944.1 possuem rotas dentro do bairro (STTP, 2024). No entanto, o centro e a região sul do Velame são as áreas mais desabastecidas desse serviço. A grande questão levantada pelos moradores é em relação à pouca quantidade de ônibus que circulam pela região, uma vez que durante a semana, o transporte público da região só funciona das 5h às 19h. Foi relatado ainda esperas recorrentes de cerca de 40 minutos entre um ônibus e outro. No final de semana, a frota que já é escassa, fica ainda mais reduzida.

Hoje em Campina Grande, a empresa responsável pelo abastecimento de energia elétrica é a ENERGISA. Foi relatado pelos moradores que todos os imóveis possuem acesso ao serviço de distribuição de energia elétrica, porém, a iluminação urbana nas vias foi constatada como insuficiente pelos moradores. Em 2013, o jornal Bom Dia Paraíba registrou um protesto organizado pelos moradores, reivindicando a implementação de iluminação no trecho da Avenida Juscelino Kubitschek que cruza o bairro. Nesse ano, foram registradas duas mortes por acidentes de trânsito à noite no mesmo trecho, causadas pela má sinalização das vias e a falta de iluminação adequada. O

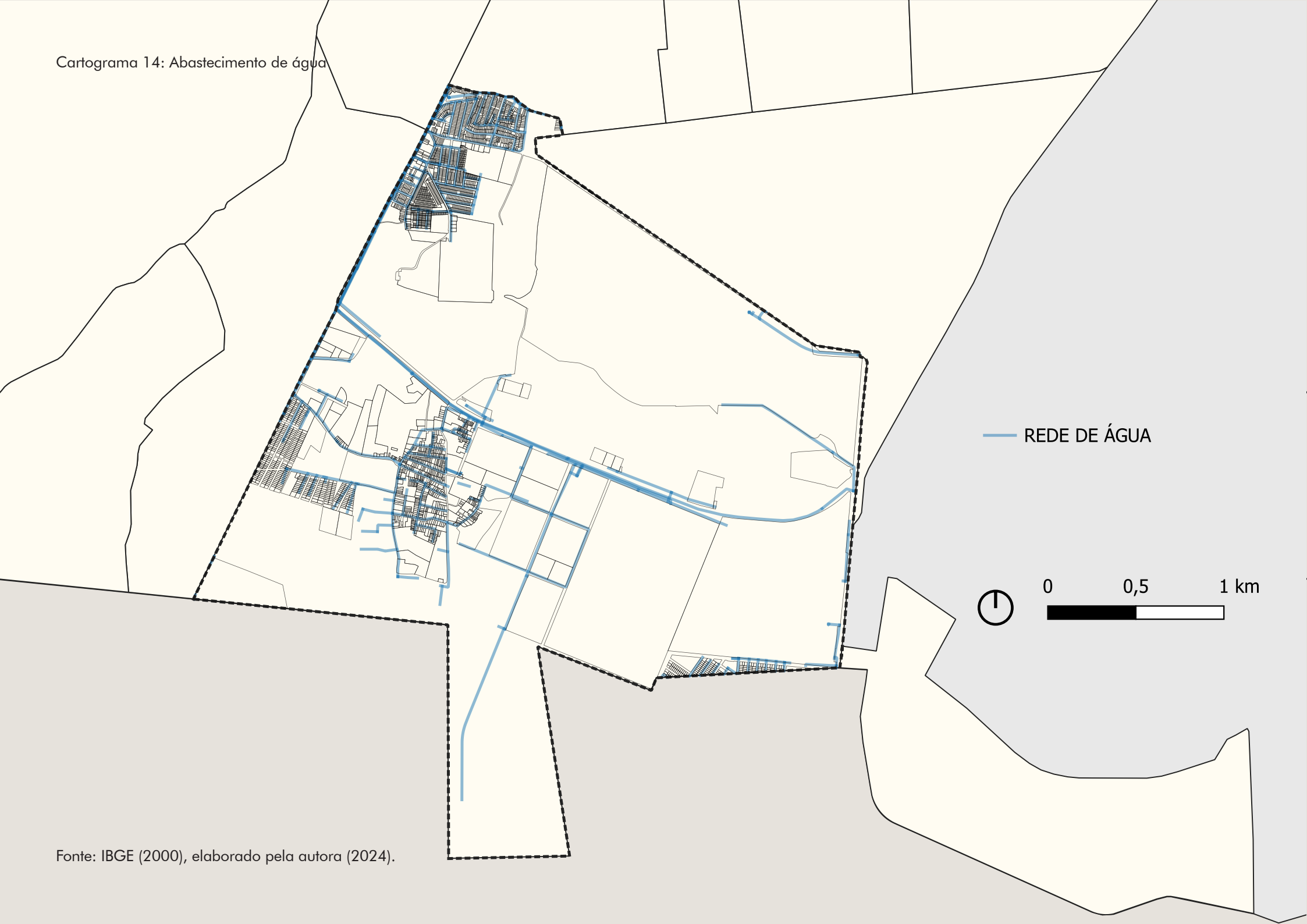
protesto se deu também pelo fato de que a avenida passou por uma revitalização em anos anteriores e a extensão dela que está localizada no bairro do Velame não foi contemplada, por desacordos judiciais com os moradores que não concordaram em deixar suas casas para ampliar a via (Ferreira, 2014, apud Brito, J. P. S., 2022, p 16).

Outra particularidade em relação ao abastecimento de energia elétrica no bairro é a presença de uma linha de alta tensão, localizada no assentamento Macaíba (Cartograma 17). Nesse assentamento existem habitações inseridas na faixa de domínio da linha de alta tensão (Oliveira, 2019). Dessa forma, é possível caracterizar esses imóveis como construções irregulares em áreas de risco, tendo em vista que desrespeitam as normas de segurança.

Atualmente, o órgão responsável pela coleta de resíduos sólidos em Campina Grande é a empresa cearense Ecco Liberty Soluções Ambientais Ltda, que conta com o apoio da SESUMA, até que a mesma esteja atuando em toda a cidade. No Velame, a coleta de resíduos ocorre três vezes na semana: às segundas-feiras, quartas-feiras e sextas-feiras, pela manhã. Segundo relato dos moradores, a coleta é frequente e atende às necessidades voltadas para o descarte de lixo domiciliar. Porém, ainda assim, existe descarte incorreto de resíduos sólidos em terrenos baldios ou nas próprias vias. Muitos deles são resíduos da construção civil, acúmulo de entulhos de obras, que não são responsabilidade das empresas de coleta de resíduos, mas que ainda representam uma questão de ordem pública, ao comprometer o espaço público em diversas esferas.



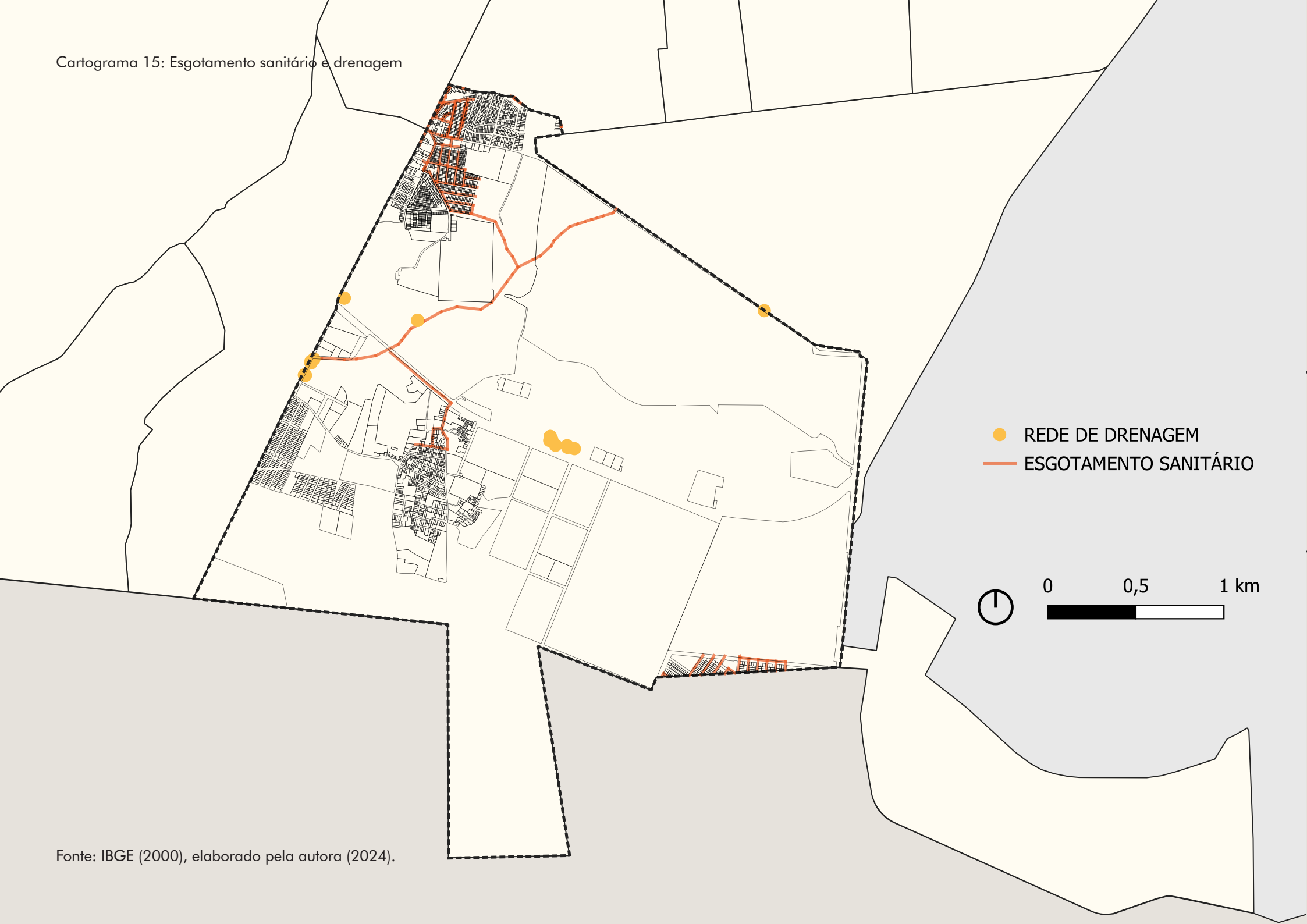
Cartograma 14: Abastecimento de água



Fonte: IBGE (2000), elaborado pela autora (2024).



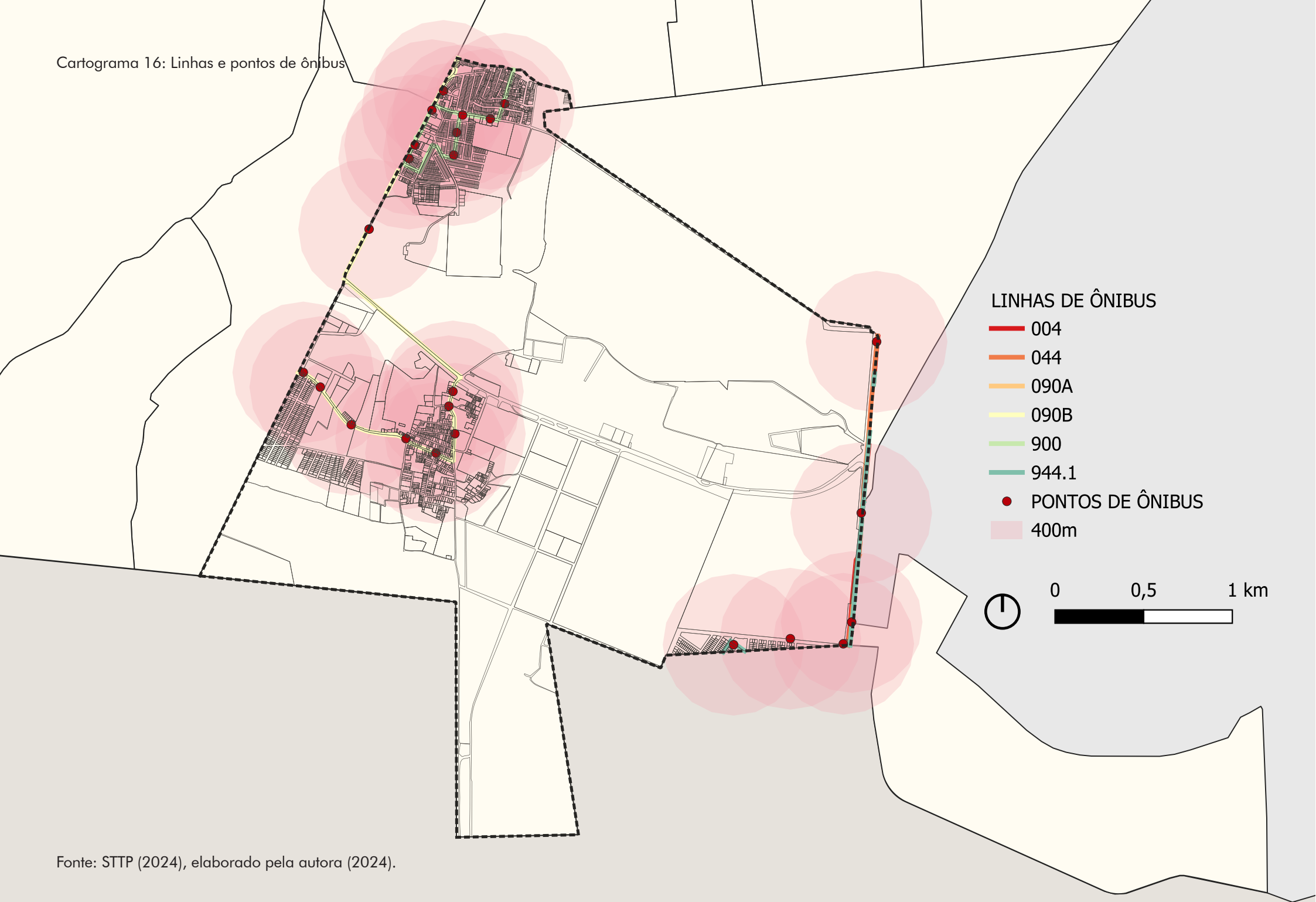
Cartograma 15: Esgotamento sanitário e drenagem



Fonte: IBGE (2000), elaborado pela autora (2024).



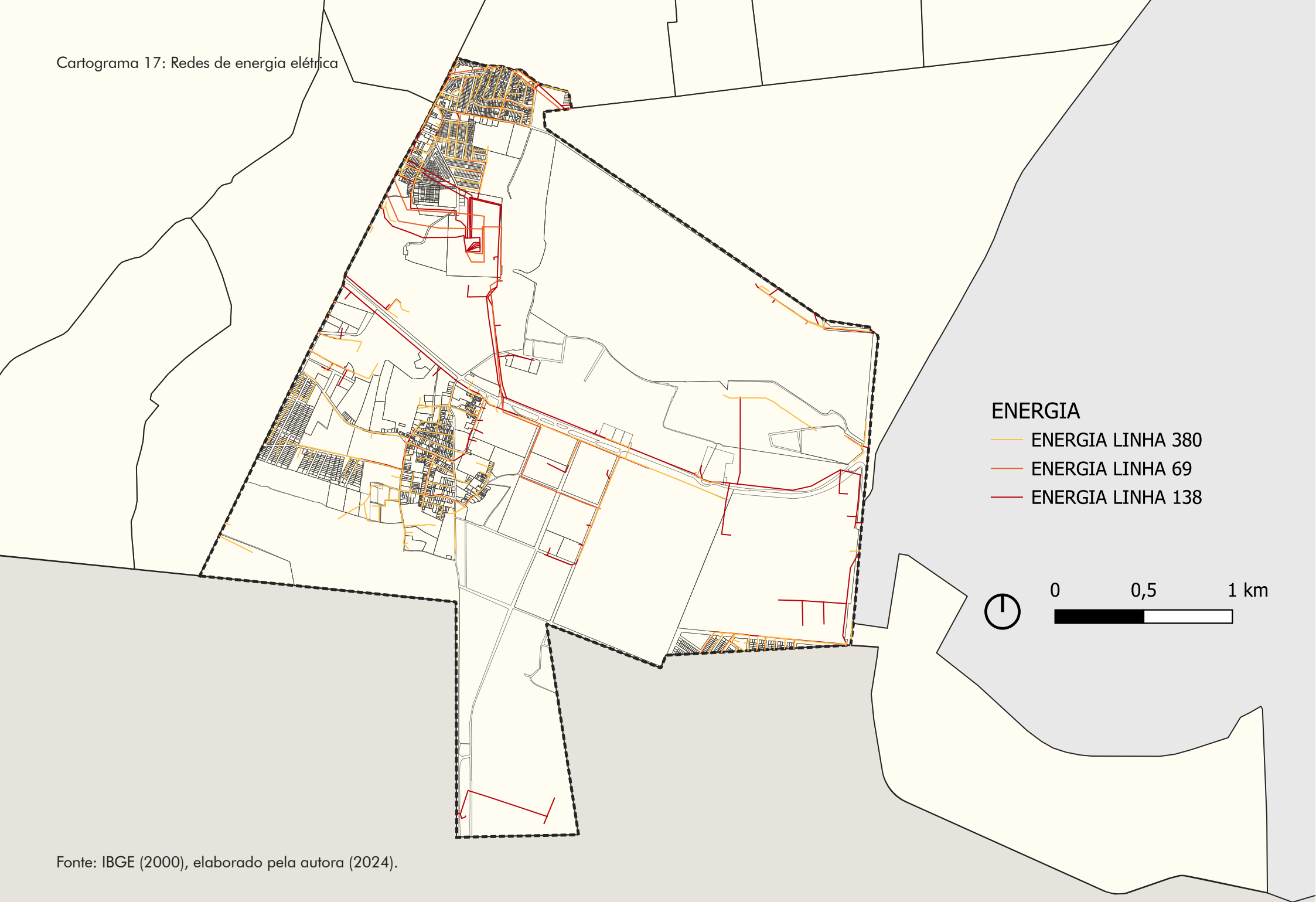
Cartograma 16: Linhas e pontos de ônibus



Fonte: STTP (2024), elaborado pela autora (2024).



Cartograma 17: Redes de energia elétrica



Fonte: IBGE (2000), elaborado pela autora (2024).



## PARTE 5: SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

Para permitir a habitabilidade segura e com a possibilidade da manutenção da qualidade de vida, é necessária a disponibilização de diversos serviços, como o saneamento, o abastecimento de água, a coleta de esgoto e lixo, o transporte público, entre outros, bem como assegurar que as habitações possuam boas condições de permanência e situadas em locais adequados. Nesse sentido, levando em consideração o que dispõe o Ministério das Cidades (2011) sobre infraestrutura urbana, que o pontua como o universo de modalidades atreladas ao desenvolvimento urbano e que contribuem para a qualidade de vida da população, pode-se considerar que o bairro do Velame apresenta fatores positivos e negativos em sua oferta de serviços públicos.

De acordo com a análise realizada, o bairro apresenta certa irregularidade quanto à distribuição de equipamentos públicos em sua extensão territorial, por vezes sem apresentar nenhum equipamento de determinado segmento, ou estando bem servido de outro tipo de equipamento público. Dessa forma, foi constatado que o Velame não possui a quantidade e distribuição de equipamentos necessários. Pode-se considerar ainda, nesse cenário, que os segmentos de saúde e educação são os que mais se aproximam do que seria considerado ideal, uma vez que quanto aos equipamentos de saúde foram identificadas duas Unidades Básicas de Saúde, e hospitais e unidade de pronto atendimento relativamente próximos, e quanto aos equipamentos de educação foram identificadas creches e escolas de primeiro e segundo grau, revelando a necessidade de implementação de uma escola de ensino médio na região norte do bairro, que permanece desabastecida desse serviço.

Em relação às atividades de esporte, cultura e lazer, não foram identificados equipamentos ou estabelecimentos facilitadores da realização dessas atividades pela população. Até o momento da realização do presente trabalho, o bairro não possuía nenhum equipamento voltado para esses usos. Nesse caso, subentende-se que o direito de acesso a essas atividades não são garantidos aos moradores do bairros, salvo pela obrigatoriedade

de deslocamento para os bairros vizinhos, tendo que percorrer grandes distâncias para utilizarem espaços de esporte, cultura e lazer.

Nessa conjuntura, cabe destacar a discrepância de instalação entre equipamentos públicos e estabelecimentos religiosos no bairro. Entendendo, a partir da definição do IBGE (2022) que estabelecimentos religiosos tratam-se de igrejas, templos, sinagogas e terreiros de todas as religiões, constata-se que no bairro do Velame há mais estabelecimentos religiosos que equipamentos de saúde e educação juntos. Conforme indicado na análise, o bairro do Velame apresenta um total de 7 edificações de equipamentos de saúde e educação, ao passo que cerca de 28 instituições religiosas. Esse valor equivale ao quádruplo de equipamentos de saúde e educação. Apesar de tratar-se de equipamentos com diferentes gestões, sendo um gerido por entidades públicas e o outro por iniciativa privada, esse panorama é interessante para mostrar a insuficiência de equipamentos públicos em geral no bairro do Velame, sobretudo pelo fato do bairro possuir uma grande extensão territorial.

Quanto às edificações caracterizadas como comercial ou de prestação de serviço, identificadas pelo IBGE (2022) como “Outras Finalidades” no levantamento sobre o tipo de uso no território municipal, a disponibilidade de estabelecimentos comerciais e de serviços no bairro do Velame se destaca pela característica de uso misto em sua implementação, geralmente nos formatos: uso comercial e uso residencial; e uso de serviço e uso residencial. Em outra nota, o Censo 2022 identificou cerca de 99 edificações com potencial de futura edificação, isto é, todas as edificações com obra em andamento ou não concluída, a partir da fundação, ou toda propriedade que esteja passando por uma obra de manutenção e não possua morador no dia de coleta de dados da pesquisa (IBGE, 2022). Com essa constatação, pode-se observar uma certa aposta no bairro por parte do setor imobiliário. No entanto, a construção de novos loteamentos e condomínios, contrasta com a ausência de infraestrutura urbana que venha a contemplar os novos moradores que devem chegar ao bairro.



No âmbito do saneamento básico, foi constatado que o abastecimento de água chega a todos os moradores do bairro, apesar de os mapas identificarem determinadas quadras desabastecidas desse serviço que passaram a existir após o ano de 2010. Por outro lado, a questão do esgotamento sanitário destaca-se por ser bastante crítica, uma vez que o seu atendimento não compreende todas as quadras do bairro. Foi identificado que os novos imóveis em novas quadras do bairro receberam a implementação do esgotamento adequado, enquanto quadras antigas do bairro permanecem sem esse serviço. Destaca-se, não positivamente, que é possível observar esgoto a céu aberto nas vias mais antigas do bairro, sendo um reflexo da ausência do saneamento adequado na área. Essa situação abre margem para outros problemas de ordem pública, ao colocar a população em risco quanto à segurança ambiental e de saúde, ao expor os moradores à contração de doenças graves. A coleta de resíduos, por outro lado, ocorre três vezes na semana, nas segundas, quartas e sextas-feiras, no horário da manhã, sendo considerada frequente e eficaz, atendendo às necessidades dos moradores quanto ao descarte de lixo domiciliar. Os pontos da rede de drenagem identificados no bairro, por sua vez, também não representam um ponto negativo, visto que não foram identificadas áreas de risco de alagamento na região. Nesse cenário, considera-se como fator contribuinte para evitar a interdição das vias por alagamento e trazer transtorno para os moradores, a existência de muitas vias ainda não pavimentadas no bairro do Velame, o que possivelmente auxilia na absorção de água da chuva no solo.

Sem embargo, não se pode afirmar que a pavimentação atual das vias no bairro do Velame é a ideal. Com grande parte das ruas sendo de terra e apresentando calçadas irregulares, a acessibilidade é inadequada, sobretudo para os pedestres. A inacessibilidade se intensifica em dias de chuva, nos quais a força da água revela ruas esburacadas e perigosas de caminhar, tornando-se barreiras para os pedestres. Entendendo as vias como importante meio de acesso para automóveis que proporcionam serviços à comunidade, a exemplo do caminhão do lixo, de ambulâncias, dos bombeiros, entre outros, a pavimentação de determinadas ruas no bairro se torna essencial. Entretanto, ao se idealizar a pavimentação

das vias no bairro, deve-se acompanhar o pensamento de parâmetros regulares de esgotamento sanitário e drenagem de águas pluviais, de forma a não perpetuar execuções irregulares que induzem o aparecimento de novos problemas de infraestrutura e qualidade de vida.

Quanto ao transporte público, foi constatado que o Velame possui cerca de 24 pontos de ônibus dentro do seu perímetro (IBGE, 2022). Esses pontos de ônibus se encontram mal sinalizados e alguns não possuem cobertura para permitir a permanência dos moradores no momento de espera do ônibus. A análise desses pontos expôs que algumas quadras e lotes ficam sem cobertura, principalmente ao sul, sudeste e sudoeste do bairro. Pode-se considerar, portanto, que os pontos de ônibus no bairro do Velame não são suficientes, tampouco proporcionam estrutura adequada para a permanência dos moradores que utilizam esse tipo de serviço. No que diz respeito às linhas de ônibus, foi constatado a existência de 6 diferentes linhas funcionando atualmente no bairro, de acordo com a Superintendência de Trânsito e Transporte Público (STTP; 2024). No entanto, apesar de ser uma quantidade relevante de linhas, constatou-se que ainda há áreas dentro do bairro que onde não chega esse serviço. Outro aspecto que se destaca negativamente quanto ao transporte público é a pouca quantidade de ônibus que circulam pela região mesmo com um número elevado de linhas, além do horário de circulação de ônibus durante a semana, de 5h às 19h, ser insuficiente. No final de semana, a frota que já é escassa, fica ainda mais reduzida.

No que se refere ao abastecimento de energia elétrica foi constatado que todos os imóveis do bairro possuem acesso ao serviço de distribuição de energia elétrica. Contudo, através da análise foi observado que a iluminação urbana nas vias é insuficiente. Outra particularidade em relação ao abastecimento de energia elétrica no bairro é a presença de uma linha de alta tensão, que atravessa o assentamento Macaíba, o qual possui construções irregulares em áreas de risco à vida, tendo em vista que desrespeitam as normas dispostas sobre o afastamento necessário para a execução de obras e verticalização, em função da linha de alta tensão.



Com base no exposto, pode-se considerar que o Velame, bairro de vasta extensão territorial localizado ao sul do município de Campina Grande, que se subdivide em duas partes separadas pela rodovia Alça Sudoeste, apresenta deficiência em diversos eixos e serviços, ao mesmo tempo que é bem servido de outras determinadas infraestruturas. Considerando todos os pontos levantados pela análise do bairro, averigua-se que tratar da habitabilidade urbana no bairro do Velame e buscar qualificar a área é uma necessidade real e pujante.

Fotografia 05: Reivindicação dos moradores por pavimentação de vias



Fonte: Amanda Renale (2024).



# CAPÍTULO 04



## PARTE 1: ESTUDOS DE CASO

### **Diversidade e vitalidade: desenho urbano para os bairros Aeroporto e Progresso, em Erechim - RS**

O município de Erechim (RS) teve seu desenvolvimento atrelado à presença de uma linha férrea criada em 1918. Na década de 1990, ocorreu o abandono do trecho ferroviário que passa pela cidade. Como consequência, relacionada ao fato de que havia uma parcela da população sem moradia, as áreas de ocupação informal ao longo da faixa de domínio da linha férrea começaram a surgir.

De maneira geral, o referido trabalho tem como objetivo desenvolver um projeto de desenho urbano que apresente melhorias das condições de infraestrutura em uma área localizada entre os bairros Progresso e Aeroporto — áreas distantes do centro da cidade, com pouca infraestrutura, que surgem a partir da realocação de 103 famílias devido a tentativa de reativação da ferrovia.

A proposta aborda: 1) a inserção de espaços e equipamentos públicos e comunitários para os bairros em questão; 2) projeto de novos acessos e sistemas de mobilidade; 3) novo desenho para o perfil das vias; e 4) a proposição de ajustes nos indicadores urbanísticos do espaço de desenho, e de seu entorno imediato.

A escolha da área a ser trabalhada atendeu a dois critérios: região afastada do centro e carente de infraestrutura. O ponto principal é conseguir proporcionar o acesso à cidade e inserir os habitantes do bairro num contexto social mais equânime.

A proposta tem como diretrizes iniciais o planejamento, a conectividade, a diversificação de usos, a paisagem urbana, o desenvolvimento de áreas verdes e de proteção ambiental, os espaços públicos de lazer e cultura, a implantação de equipamentos institucionais e comunitários e a revisão de índices urbanísticos.

No que diz respeito aos equipamentos públicos, a proposta mantém as escolas — os únicos equipamentos pré-existent, e cria um Centro de Apoio ao Cidadão (com prestação de serviços básicos e assistência social), um Centro Comunitário (com áreas esportivas, oficinas e áreas culturais), um Centro de Reciclagem (realocação de um centro de reciclagem existente, com a implementação de uma área voltada para os catadores), e a Sede Parque Ambiental (área remetida a realização de cursos e pesquisas relacionadas às questões ambientais).

Dentre o que foi desenhado, a mobilidade foi abordada: as propostas se dividem entre alterações do sistema viário, definição dos principais eixos de conexão, rede de transporte coletivo, circulação de pedestres e circulação de bicicletas.

Para a circulação de pedestres, entende-se que o próprio projeto acarreta no aumento de circulação de pedestres, com o aumento da densidade local e criação de áreas comerciais e espaços públicos. Para isso, foram propostos passeios e rotas mais seguros e confortáveis em pontos estratégicos, além da criação de fachadas ativas diretamente ligadas aos passeios, e a escolha de vegetação e iluminação que proporcionem segurança ao usuário.

Em relação às bicicletas, a intenção é incentivar o transporte cicloviário para diminuir a utilização de veículos. Para tal, serão instalados bicicletários em pontos estratégicos junto a espaços públicos, áreas comerciais e abertas, além de estarem alinhados com as paradas de ônibus que foram propostas. O sistema viário também incluirá ciclovias e ciclofaixas de acordo com o fluxo previsto para as vias.



Figura 05: Intervenção da proposta em Erechim, RS



FICHA TÉCNICA:

Local: Erechim, RS

Data: 2015

Autora: Flávia Regina Oldoni



Fonte: Oldoni (2015).

ESCALA: 1/2500





## Parklet da Lá da Favelinha, MG

A iniciativa de criar um parklet partiu do Movimento Gentileza e da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. A ideia era reutilizar e reciclar materiais guardados no depósito da Prefeitura. O parklet foi construído na frente do Centro Cultural Lá da Favelinha, cujo fundador é Kdu dos Anjos, realiza ações em prol da comunidade do aglomerado da Serra.

A metodologia do projeto contou com visita aos galpões da prefeitura para checagem dos materiais disponíveis, seleção do que seria utilizado, organização de workshops com a comunidade, desenvolvimento do projeto de arquitetura a partir dos workshops, aprovação do projeto pela PMBH e por fim, a execução dividida em: pré-fabricação nas oficinas e montagem no local.

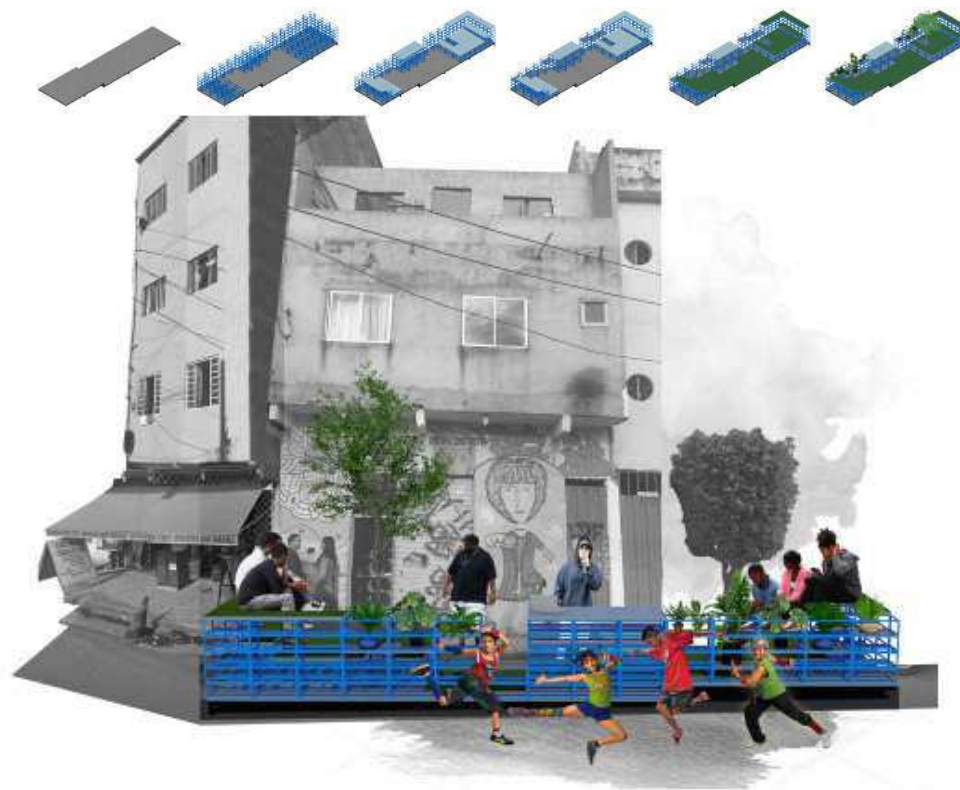
As peças escolhidas para concepção do parklet devem ser utilizadas como módulos, sendo a estrutura de mesas de estudos e prateleiras as peças principais. Através da combinação desses dois elementos pode-se gerar diversas soluções arquitetônicas.

O workshop se dividiu em dois momentos: o primeiro, para entedimento do potencial de uso público de um parklet. No segundo momento os participantes listaram todos os tipos de usos desejáveis para este espaço na Favelinha.

O projeto arquitetônico final foi o resultado das contribuições. Nele, podemos observar que existe uma demanda local por ambientes mais verdes, com espaços de permanência e descanso, apresentações musicais etc.

Além disso, explicita-se a relevância do parklet como uma ferramenta de conexão do centro cultural com a rua.

Figura 06: Proposta de equipamento urbano para a Favelinha



Fonte: Maculan (2018).

### FICHA TÉCNICA:

Local: Belo Horizonte, MG

Data: 2018

Autoria: Coletivo Micrópolis e arquiteto Fernando Maculan



## PARTE 2: CONSOLIDAÇÃO DE SUBÁREAS

Para propor soluções às questões encontradas no Velame, é importante entender que o bairro possui diferentes características e portanto, não pode ser tratado como um território uniforme. Por isso, o bairro foi dividido entre três subáreas, classificadas entre categorias de consolidação, sendo elas: a área consolidada, a área não consolidada e a área consolidável.

Segundo a Lei n. 12.651/2012, área consolidada é aquela que:

- a) está incluída no perímetro urbano ou em zona urbana pelo plano diretor ou por lei municipal específica;
- b) dispõe de sistema viário implantado;
- c) está organizada em quadras e lotes predominantemente edificados;
- d) apresenta uso predominantemente urbano, caracterizado pela existência de edificações residenciais, comerciais, industriais, institucionais, mistas ou direcionadas à prestação de serviços;
- e) dispõe de, no mínimo, dois dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana implantados (1. drenagem de águas pluviais; 2. esgotamento sanitário; 3. abastecimento de água potável; 4. distribuição de energia elétrica e iluminação pública; e 5. limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos) (Lei Nº 12.651/2012).

Para Denaldi (2009), as áreas consolidadas são aquelas que possuem assentamentos já integrados urbanisticamente, possuem infraestrutura básica e não são necessárias intervenções físicas que alterem sua morfologia. A autora define as áreas consolidáveis como aquelas que apresentam condições favoráveis de recuperação urbanística, ambiental e de reordenamento urbano, podendo haver ou não a necessidade de reassentamentos. Já as áreas não consolidáveis são aquelas que ao contrário das consolidáveis, não apresentam condições de recuperação urbanística, ambiental e de reordenamento

urbano e/ou apresentam áreas comprometidas por situações de risco e insalubridade não solucionáveis, e são objetos de intervenção de reassentamento e realocação de imóveis para novas áreas.

Quadro 04: Critérios para consolidação de subáreas, com base na Lei nº 12.651/2012 e em Denaldi (2009)

CRITÉRIOS PARA CONSOLIDAÇÃO DE SUBÁREAS	
<b>ÁREA CONSOLIDADA</b>	
ESTÁ INCLUIDA NO PERÍMETRO URBANO OU EM ZONA URBANA DEFINIDA PELO PLANO DIRETOR	
DISPÕE DE SISTEMA VIÁRIO IMPLANTADO	
ESTÁ ORGANIZADA EM QUADRAS E LOTES PREDOMINANTEMENTE EDIFICADOS	Lei nº 12.651/2012
USO PREDOMINANTEMENTE URBANO (EDIF. RESIDENCIAIS, COMERCIAIS, INDUSTRIAIS, INSTITUCIONAIS, MISTAS ETC)	
DISPÕE DE, NO MÍNIMO, DOIS EQUIPAMENTOS DE INFRAESTRUTURA URBANA IMPLANTADOS	
ASSENTAMENTOS JÁ INTEGRADOS URBANISTICAMENTE	
POSSUI INFRAESTRUTURA BÁSICA	(Denaldi, 2009, p. 112)
NÃO SÃO NECESSÁRIAS INTERVENÇÕES FÍSICAS QUE ALTEREM SUA MORFOLOGIA	
<b>ÁREA CONSOLIDÁVEL</b>	
APRESENTA CONDIÇÕES FAVORÁVEIS DE RECUPERAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL E DE REORDENAMENTO URBANO	(Denaldi, 2009, p. 112)
PODE HAVER OU NÃO A NECESSIDADE DE REASSENTAMENTO	
<b>ÁREA NÃO CONSOLIDÁVEL</b>	
NÃO APRESENTA CONDIÇÕES DE RECUPERAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL E DE REORDENAMENTO URBANO	
ÁREAS COMPROMETIDAS POR SITUAÇÕES DE RISCO E INSALUBRIDADE NÃO SOLUCIONÁVEIS	(Denaldi, 2009, p. 112)
OBJETO DE INTERVENÇÃO DO TIPO "REMOÇÃO" E REASSENTAMENTO EM NOVAS ÁREAS	

Fonte: elaborado pela autora (2024).

Considerando os critérios para consolidação de subáreas citados, o Velame foi classificado entre as três subáreas mencionadas anteriormente (Cartograma 18). A área consolidada está distribuída pelo território, mas tem maior concentração entre o nordeste e o sudeste do bairro, onde se localiza o Aeroporto João Suassuna e predominam as edificações industriais. A pequena porção de área consolidada ao noroeste, trata-se do loteamento do Palmeira Imperial, que conta com condomínios horizontais fechados, e que possui um parcelamento do solo mais homogêneo do que as demais áreas, com lotes e quadras planejadas e bem distribuídas. De maneira geral, as ruas da área consolidada são pavimentadas com asfalto ou paralelepípedo e são dotadas de outros serviços de infraestrutura urbana, como rede de esgoto e energia elétrica.

As áreas consolidáveis possuem o maior percentual de distribuição no território do bairro. Esse é um fator

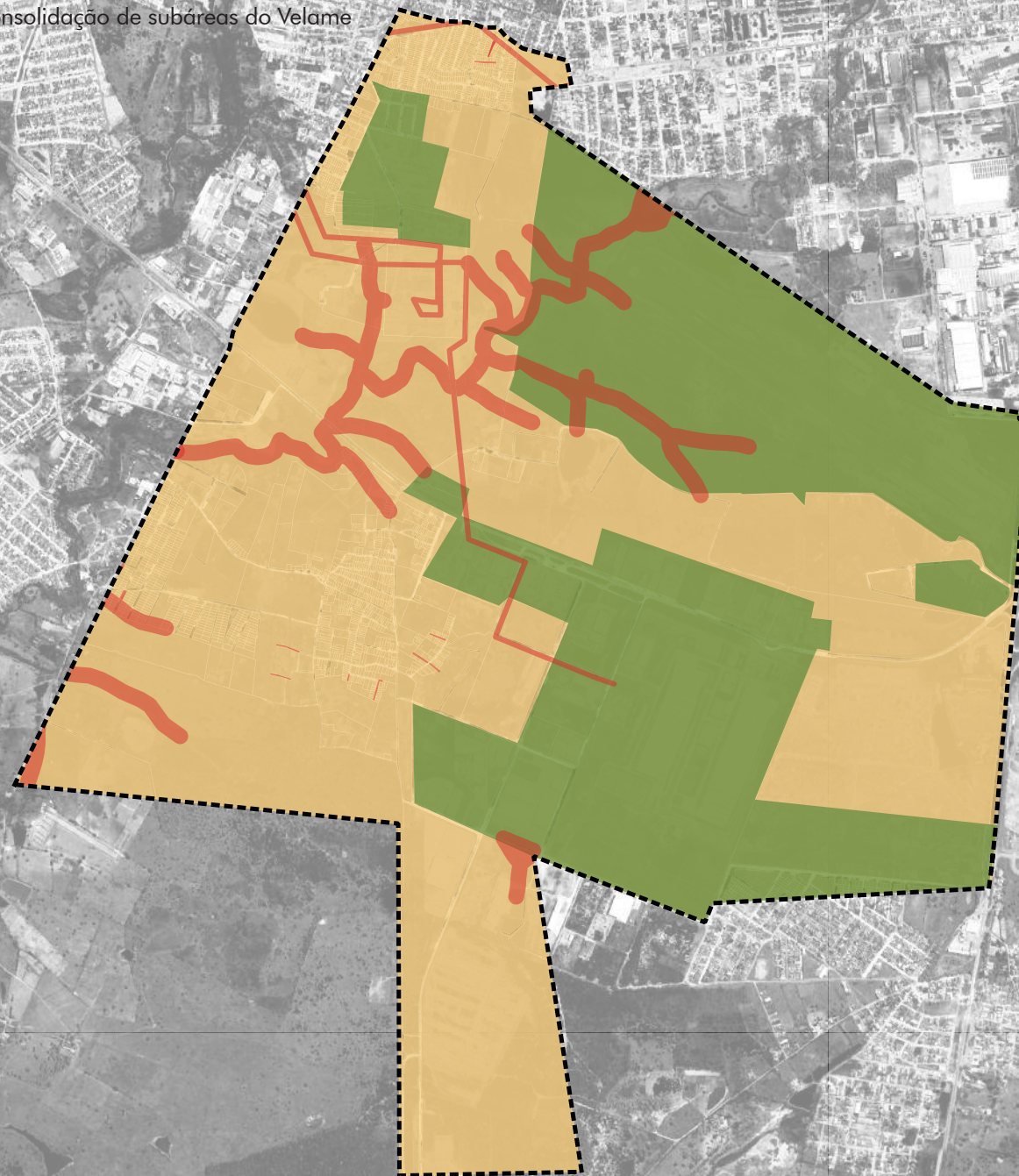


positivo, tendo em vista que isso significa que mesmo em um bairro de tamanha extensão como o Velame, é possível recuperar e requalificar urbanisticamente a região, que apresenta condições favoráveis para tal. Nessa subárea o uso é predominantemente residencial, com o uso comercial logo em seguida. Também são encontrados lotes com uso agropecuário e religioso. As maiores carências da região são em relação a equipamentos públicos — sendo na porção norte especificamente, uma escola de ensino médio, e nas demais distribuições equipamentos voltados para o lazer, cultura e esporte. A infraestrutura urbana também é precária, com a maioria das vias sem pavimentação, quadras sem serviço de esgotamento sanitário, calçadas inacessíveis e ausência de ciclofaixas. Nota-se, também, que de maneira geral, o parcelamento do solo possui formas orgânicas, sem planejamento urbano. As vias dessa subárea também sofrem com o manejo inadequado do resíduo sólido, por vezes descartados de maneira incorreta nas ruas e lotes não-edificados. Não existem pontos de coleta seletiva na região e a limpeza das vias, muitas vezes, ficam sob responsabilidade dos moradores.

As áreas não consolidáveis foram delimitadas a partir dos parâmetros de Denaldi (2009), considerando as áreas de risco, as que não possuem possibilidade de reordenamento urbano e as que possuem necessidade de reassentar determinados imóveis. Dessa maneira, para o Velame foram usadas as faixas non aedificandi das áreas de risco, as vias sem saída e/ou aquelas que possuem largura menor que 7 metros para compor as áreas não consolidáveis. Essa dimensão foi tomada como dimensão mínima para as vias, tendo em vista que a cartilha de orientação para calçadas de Campina Grande (Calçada Normatizada, 2019) sugere que as calçadas devem ter largura mínima de 2 metros, sendo 1,20m de faixa de circulação e 0,80m de faixa de serviço (NBR 9050/2015). Para a faixa de circulação de veículos, foi utilizada uma largura mínima de 3m. Em relação às faixas non aedificandi, foram considerados buffers de 20m para a linha de alta tensão e 15m de distância da margem dos corpos d'água.



Cartograma 18: Consolidação de subáreas do Velame



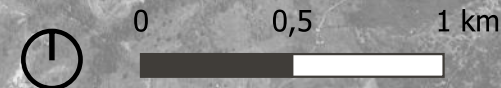
CONSOLIDAÇÃO DE SUBÁREAS

ÁREA NÃO CONSOLIDÁVEL

ÁREA CONSOLIDADA

ÁREA CONSOLIDÁVEL

Google Satellite





### PARTE 3: PROBLEMAS E POTENCIALIDADES

Como resultado do diagnóstico, foram encontrados 18 problemas e 5 potencialidades no bairro. Os mesmos estão destrinchados no Quadro 05 e correlacionados com os temas: características socioeconômicas, condicionantes ambientais, saneamento e esgotamento sanitário, mobilidade urbana e circulação, ocupação, usos do solo e dinâmica imobiliária. Em relação aos problemas encontrados, o tema de maior incidência é o de ocupação, usos do solo e dinâmica imobiliária, que se repete 9 vezes. Coincidentemente, é um dos temas que mais se repetem quando se refere às potencialidades, acompanhado do tópico de características socioeconômicas.

Para entender melhor exatamente onde esses problemas e potencialidades estão concentrados, foi elaborado um cartograma síntese (Cartograma 19) com essas informações, seguindo a enumeração presente no Quadro 05. É importante destacar que nem todos podem ser localizados, tendo em vista que tratam-se de fatores comuns entre todo o bairro do Velame.

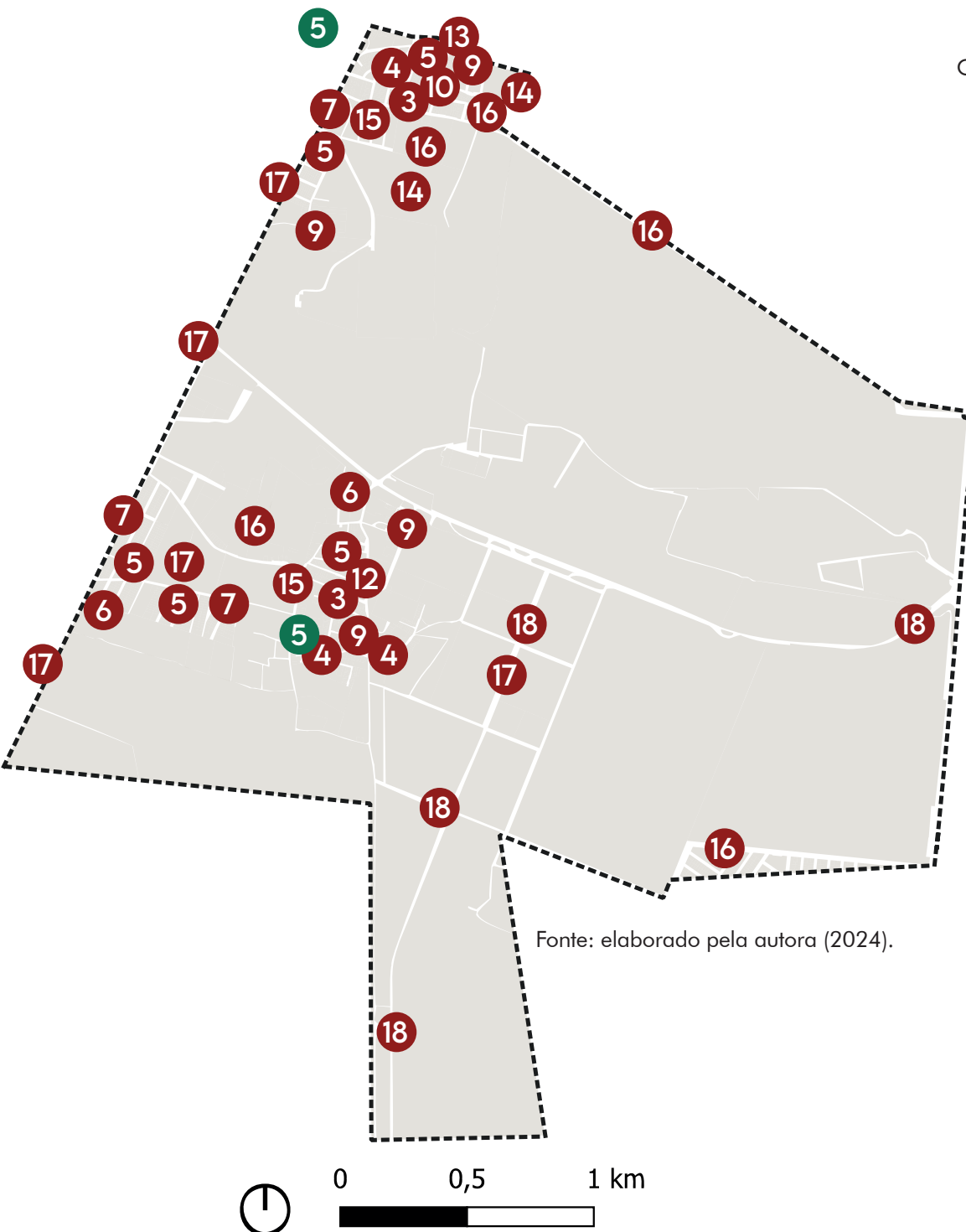
Quadro 05: Problemas e potencialidades do Velame

PROBLEMAS	CORRELAÇÃO COM OS TEMAS				
	Características socioeconômicas	Condicionantes ambientais	Saneamento e esgotamento sanitário	Mobilidade urbana e circulação	Ocupação, usos do solo e dinâmica imobiliária
1 15% dos jovens de 5 a 19 anos não são alfabetizados	X				
2 As mulheres pretas, pardas e indígenas do bairro ainda possuem os menores índices de renda	X				
3 Existem também lotes com a testada menor do que a dimensão mínima indicada pelo Código de Obras de Campina Grande					X
4 Existem vias com larguras menores do que 7m, com insuficiência ou inexistência de calçadas.				X	
5 Grande parte das vias não obedecem as normas de acessibilidade no que diz respeito a quantidade e/ou dimensionamento das calçadas.				X	
6 Existem 45 lotes que invadem a faixa marginal do curso natural de água, segundo o que define a Lei nº 12.851/2012		X			X
7 72% dos lotes não tem acesso à serviço de esgotamento sanitário			X		
8 Não há ciclofaixas ou ciclovias no bairro					
9 Os imóveis em sua maioria caracterizam-se pela autoconstrução					X
10 Alta densidade construtiva em determinadas áreas					X
11 Ausência de equipamentos de lazer, esporte e cultura					X
12 Escolas com vagas insuficientes para a demanda da comunidade	X				X
13 Existem 40 construções irregulares invadindo a faixa de servidão de uma rede de alta tensão					X
14 Há muito descarte inadequado de resíduos sólidos na região			X		
15 Os loteamentos são muito distantes, não havendo nenhuma relação socioespacial entre eles				X	X
16 Risco de gentrificação					X
17 Iluminação insuficiente das vias				X	
18 Ausência de rota do transporte público				X	
POTENCIALIDADES	Características socioeconômicas	Condicionantes ambientais	Saneamento e esgotamento sanitário	Mobilidade urbana e circulação	Ocupação, usos do solo e dinâmica imobiliária
1 82% da população geral é alfabetizada	X				
2 81% da população geral possui alguma renda	X				
6 Grande diversidade de comércio					X
4 O abastecimento de água cobre toda a região			X		
5 UBS com raios de abrangência suficientes para a comunidade					X

Fonte: elaborado pela autora (2024).



Cartograma 19: Síntese de problemas e potencialidades do Velame



### PROBLEMAS

- 3 TESTADA MÍNIMA DOS LOTES
- 4 LARGURA DAS VIAS ABAIXO DE 7M
- 5 VIAS E CALÇADAS SEM ACESSIBILIDADE
- 6 LOTES NA MARGEM DOS CURSOS D'ÁGUA
- 7 AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO
- 9 AUTOCONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS
- 10 ALTA DENSIDADE CONSTRUTIVA
- 12 ESCOLAS COM VAGAS INSUFICIENTES
- 13 CONSTRUÇÕES EM FAIXA DE SERVIDÃO DE REDE DE ALTA TENSÃO
- 14 DESCARTE INADEQUADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
- 15 LOTEAMENTOS COM BAIXA CONECTIVIDADE
- 16 RISCO DE GENTRIFICAÇÃO
- 17 ILUMINAÇÃO INSUFICIENTE DAS VIAS
- 18 AUSÊNCIA DE ROTA DO TRANSPORTE PÚBLICO

### POTENCIALIDADES

- 5 UBS SUFICIENTES PARA A COMUNIDADE



A partir dessa análise, averigua-se que a maior concentração de problemas está próximo aos lotes residenciais, com prevalência daqueles que localizam-se nas áreas consolidáveis e não consolidáveis. Parte desses problemas foram gerados pela ocupação orgânica que ocorreu na região, como a autoconstrução, alta densidade construtiva, lotes com testada abaixo da dimensão mínima, a ocupação em áreas de risco e as vias e calçadas sem acessibilidade. Esses lotes possuem concentrações em diferentes regiões do bairro, sem relação entre si. Esse fator causa distintas concepções sobre o território e o pertencimento do local para os moradores, que se enxergam em comunidades distintas, sem unidade. Além disso, as distintas concentrações geraram vazios urbanos que sofrem com o risco de gentrificação, tendo em vista o atual interesse do mercado imobiliário, com a construção de novos loteamentos e condomínios, na Zona Sul da Cidade de Campina Grande.

Em relação aos equipamentos públicos, foram pontuadas como problema a ausência de equipamentos de lazer, cultura e esporte e as escolas que não abastecem todo o bairro. Essa questão é potencializada quando temos um panorama de 15% dos jovens de até 19 anos não alfabetizados na comunidade. Como potencialidade, as UBSs que atendem à região e a diversidade ampla de comércios.

No tocante à infraestrutura urbana, os serviços de esgotamento sanitário e descarte de resíduos sólidos são localizados entre as parcelas norte, noroeste e sudoeste da região. A partir do momento que existem áreas descobertas da coleta e reintegração do esgotamento sanitário, e ao mesmo tempo, não existem programas que incentivem à população o descarte consciente de resíduos, há o risco de contaminação e oclusão desses efluentes, podendo gerar transbordamentos e alagamentos de vias ou imóveis. A distribuição de energia elétrica também deixa a desejar quando se trata da iluminação das vias, que é inadequada. Os postes utilizados são altos e por vezes, a iluminação é obstruída pelas copas das árvores. Ainda, o abastecimento de água foi identificado como uma potencialidade, já que tem uma boa cobertura do território e chega para todas as residências.

Quanto ao transporte público, não foram identificadas rotas que permeiam a região central do bairro, onde se localizam as indústrias. Esse fator gera um problema ainda maior, quando se trata de moradores que habitam o bairro e trabalham nesses locais. Esses têm de buscar outras alternativas, que não o transporte público, para se locomover aos seus locais de trabalho.

Tratando-se das características socioeconômicas, de maneira geral, o bairro apresenta um bom percentual de alfabetização e renda. Como problema e ponto de atenção no que diz respeito a este último tópico, as mulheres pretas, pardas e indígenas são a parcela da população local que possui os menores índices de renda.



## PARTE 5: PROPOSTA DE DIRETRIZES

A partir dos problemas e potencialidades identificados no Cartograma 18, foram pensadas diretrizes gerais com os temas de Sustentabilidade, Integração, Acessibilidade e Mobilidade e Qualificação Urbana. As diretrizes específicas de cada tema se dividem em ações para solucionar as problemáticas e aprimorar as potencialidades encontradas nas subáreas do território. No total, foram elaboradas 13 diretrizes específicas que devem garantir boas condições de habitabilidade a partir da qualificação urbana do bairro.

As diretrizes de Sustentabilidade têm como missão garantir que todo e qualquer tipo de intervenção urbana que venha a acontecer no bairro mantenha a preservação do meio ambiente e garanta o uso consciente dos recursos naturais sem comprometer o bem-estar das gerações futuras.

Quanto à Integração, o objetivo dessas diretrizes é assegurar as relações socioespaciais entre diferentes áreas do bairro do Velame e promover uma identificação entre a população e o local, além de proporcionar o fortalecimento de vínculos comunitários entre os moradores.

As diretrizes de Acessibilidade e Mobilidade buscam viabilizar a caminhabilidade, o acesso e a segurança de pedestres e ciclistas. Para além da requalificação das calçadas, as faixas de veículos também devem sofrer alterações, com o propósito de regular a velocidade dos carros.

Em relação às diretrizes de Qualificação Urbana, a proposta é intervir no parcelamento do solo, com o reassentamento de imóveis e reparcelamento do território, implementando equipamentos urbanos e serviços, para garantir o saneamento e a infraestrutura urbana.

Assim como os problemas, as diretrizes também possuem maior concentração nas áreas consolidáveis e não consolidáveis, como observado no Cartograma 18.

Figura 07: Diretrizes gerais e específicas para intervir no Velame

### 1. SUSTENTABILIDADE



- 1.1 Implementar áreas permeáveis;
- 1.2 Adicionar mobiliário urbano para coleta de lixo;

### 2. INTEGRAÇÃO



- 2.1 Implementar equipamentos que ofereçam lazer, esporte e cultura para a comunidade;
- 2.2 Integrar o bairro com o entorno através da requalificação das vias;
- 2.3 Estruturar novos trajetos para o transporte público;

### 3. ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE



- 3.1 Revitalizar as calçadas;
- 3.2 Criar vias de pedestre e vias compartilhadas;
- 3.3 Inserir ciclofaixa, conectando com outras já existentes fora do perímetro do bairro;
- 3.4 Adequar e inserir sinalizações;

### 4. REQUALIFICAÇÃO URBANA



- 4.1 Realocar imóveis que estão em áreas não consolidáveis;
- 4.2 Reparcelar o solo em áreas com alta densidade construtiva;
- 4.3 Implantar equipamentos urbanos que atendam às necessidades do bairro;
- 4.4 Inserir serviço de esgotamento sanitário;
- 4.5 Aprimorar a iluminação das vias;

Fonte: elaborado pela autora (2024).



## PARTE 5: INTERVENÇÕES

### 5.1 REASSENTAMENTOS E REPARCELAMENTOS

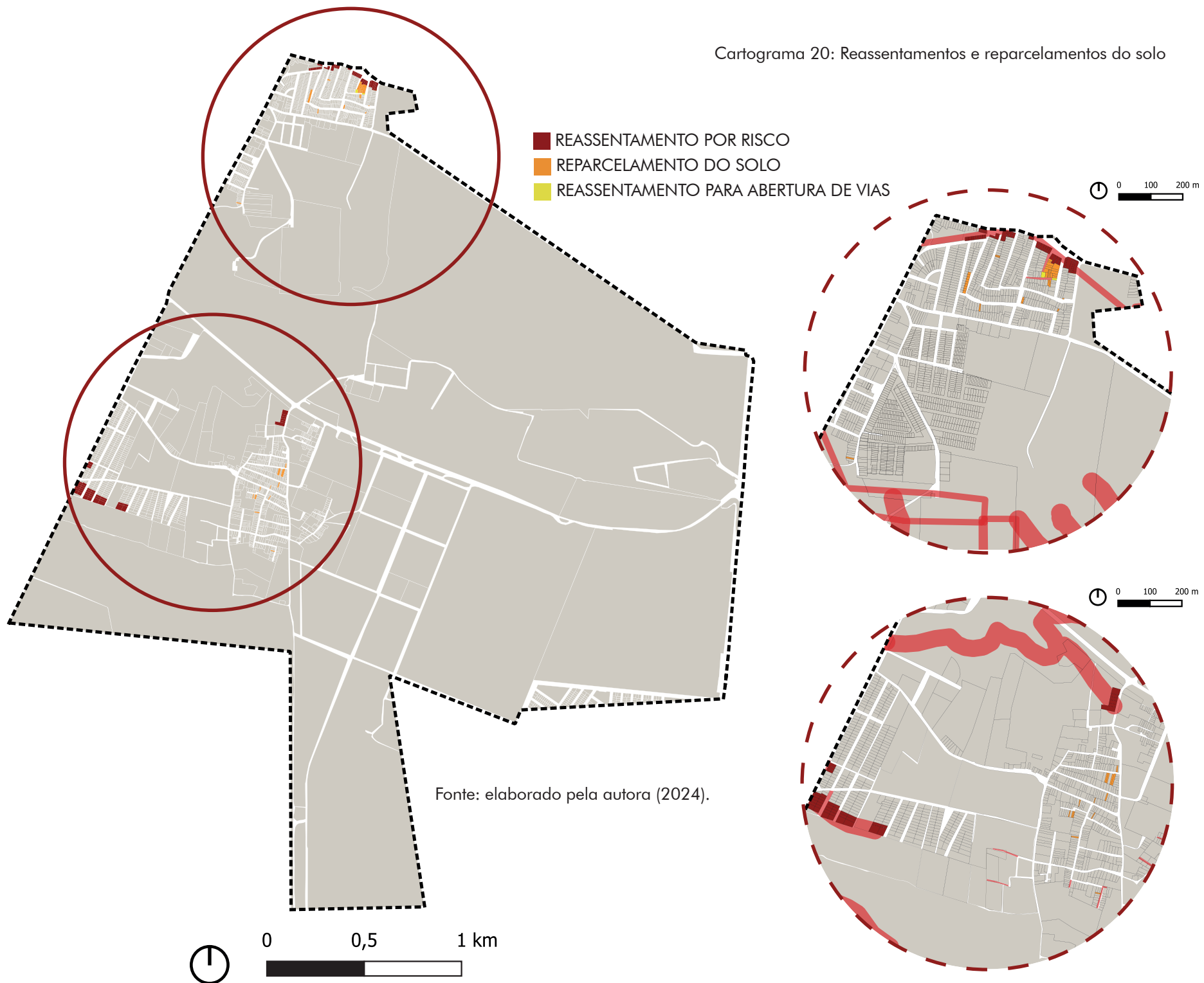
É certo que nem sempre é necessário reassentar lotes ou reparcelar o solo para garantir uma boa intervenção urbana. Entretanto, no Velame, é inevitável que isso aconteça, tendo em vista que a expansão urbana sem planejamento do bairro gerou consequências cujas soluções envolvem essas estratégias.

Foram localizados 45 lotes em faixa marginal do curso d'água, assim como 40 imóveis irregulares invadindo a faixa de servidão de uma rede de alta tensão. Em ambas as situações, urge a necessidade de reassentar essas famílias para outras áreas, buscando maneiras de conter os prejuízos a essa parcela da população. Dessa forma, é necessário remanejar essas pessoas para áreas próximas de suas antigas moradias, considerando que existe uma relação socioespacial com o lugar e os seus vizinhos.

Se tratando do reparcelamento do solo, no Velame existem áreas com alta densidade construtiva e lotes com dimensões de testada abaixo do mínimo sugerido pelo Código de Obras da Cidade de Campina Grande. Portanto, nessas situações, reparcelar é sinônimo de requalificar, tornando-se indispensável para garantir boas condições de habitabilidade urbana.



Cartograma 20: Reassentamentos e reparcelamentos do solo





## 5.2 VIAS DE PEDESTRE

Propondo a requalificação das vias, foram dimensionadas duas vias de pedestre. Elas se encontram em diferentes porções do bairro, uma dentro do assentamento Macaíba — a Travessa Sebastiana Pereira Brandão, via sem saída com 3,4m de largura, e a outra no assentamento Catolé do Zé Ferreira — Rua sem nome, que cruza a Rua Antônio de Souza Barbosa, com 3,65m de largura.

Devido às medidas de largura das duas vias, é impossível garantir a passagem de veículos e calçadas de qualidade simultaneamente. Por isso, com a proposta, tornam-se vias de pedestre. É importante mencionar que, apesar de serem vias estreitas, elas possuem grandes extensões: 60,4m e 104m de comprimento. A partir do momento que é estabelecido que nenhum veículo terá a possibilidade de permear tais vias, é primordial que tenha-se as atenções voltadas para as condições de segurança fornecidas aos moradores daquela região: é necessário garantir que a rua permita a passagem de macas e em caso de incêndio, haja possibilidade de saná-lo. Por isso, foram garantidas as faixas de circulação com 1,20m e a instalação de hidrantes urbanos, espaçados a cada 15m.

No caso das duas vias em questão, ambas não são pavimentadas. Portanto, para garantir a drenagem pluvial a proposta é pavimentá-las com bloco drenante intertravado de concreto, além de inserir canteiros permeáveis com 0,80m, que funcionarão também, como faixa de serviço. Estas, por sua vez, terão mobiliário urbano de coleta seletiva, bancos e árvores que garantirão o sombreamento durante o dia. A iluminação das vias também foi planejada, e a sugestão é que postes de luz mais baixos que as copas das árvores assegurem a boa visibilidade da rua durante a noite.

Figura 08: Proposta de vias de pedestres



Fonte: elaborado pela autora (2024).



### 5.3 VIAS COMPARTILHADAS

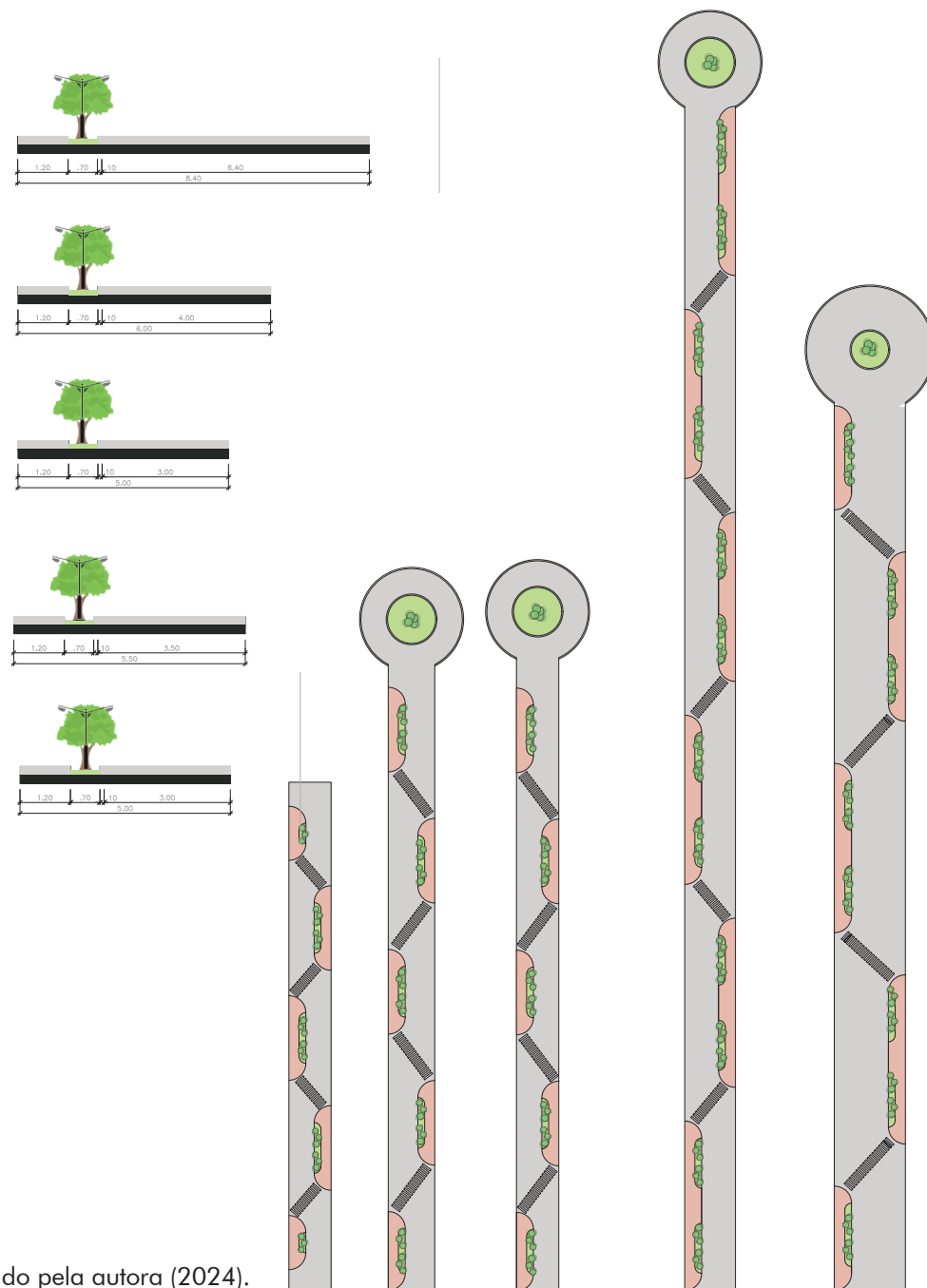
As vias compartilhadas foram soluções para vias sem saída, sem possibilidade de reassentar nenhum lote para abrir a passagem, mas que possuíam larguras suficientes para permitir a caminhabilidade e a acessibilidade do pedestre, e ainda assim admitir a circulação de baixo fluxo de veículos, tendo em vista que o acesso dos carros será restringido aos veículos dos moradores da rua. Para garantir a entrada e a saída dos carros, foram criados cul-de-sac — estratégia francesa para solucionar o fluxo de veículos de bairros planejados.

Foram propostas cinco vias compartilhadas, sendo elas:

1. Via sem nome, que cruza a Rua Maria Pereira Brandão, com 5m de largura e 60m de comprimento;
2. Via sem nome, que cruza a Rua Maestro Arnóbio Araújo, e possui 6m de largura e 140 de comprimento;
3. Via sem nome, que cruza a Rua Antônio Vicente, com 5m de largura e 75m de comprimento;
4. Via sem nome, que cruza a Rua Dulce Amorim, com 8,4m de largura e 105m de comprimento;
5. Via sem nome, que cruza a Rua José Vicente Daniel, com 5,5m de largura e 74m de comprimento.

Essas vias devem ser pavimentadas com bloco drenante intertravado de concreto, e com exceção dos canteiros permeáveis, não deve existir diferença de nível do solo. Para a intervenção, a solução para garantir a segurança dos pedestres é criar barreiras físicas com os canteiros permeáveis, de maneira que o veículo tenha que diminuir a velocidade para seguir o trajeto curvo. Estes canteiros, por sua vez, garantirão o escoamento da água da chuva e possuem 0,80m de largura. Além disso, servirão como faixa de serviço, com mobiliários urbanos de coleta seletiva, árvores e postes

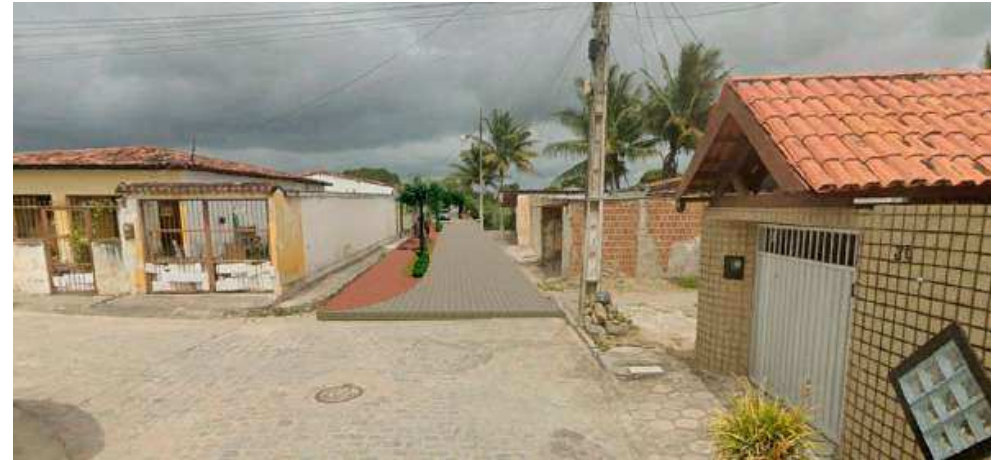
Figura 09: Proposta de vias compartilhadas



Fonte: elaborado pela autora (2024).



Figura 10: Perspectivas das vias compartilhadas



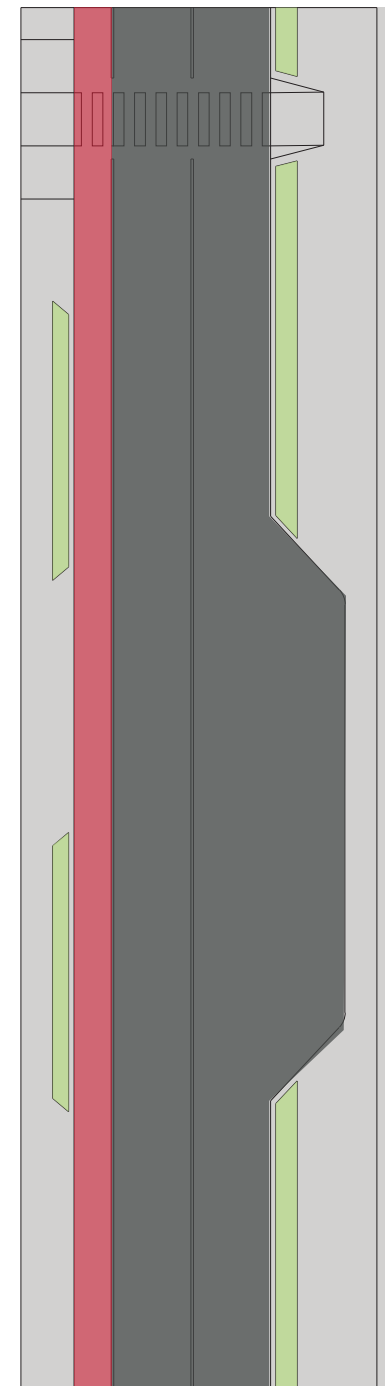
Fonte: elaborado pela autora (2024).



## 5.4 AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHKEK

A Avenida Juscelino Kubitschek possui, no total, 3km de extensão e liga os bairros do Velame, Presidente Médici, Cruzeiro e Liberdade. Anos atrás a via foi beneficiada com um projeto urbano de revitalização, que favoreceu a população local. Entretanto, os moradores do Velame não foram amparados por esse projeto, tendo em vista questões judiciais em relação ao reassentamento de imóveis do bairro, para ampliação da via e replicação da solução pensada para os demais trechos. Entretanto, não foram investigadas formas de adaptar o projeto para agregar as melhorias ao segmento da via localizado no Velame. Pensando nisso, o presente trabalho buscou investigar a melhor forma de intervir nessa avenida, no trecho do bairro Velame. Dessa maneira, a proposta prevê a uniformização das calçadas, a acessibilidade, a caminhabilidade, a implementação de canteiros permeáveis, a instalação de mobiliários urbanos, o redesenho das faixas de veículos com vagas para estacionamento — tendo em vista que existe grande concentração de comércio local nessa avenida. De maneira geral, a intervenção na Juscelino Kubitschek prevê a requalificação urbana da área, tendo em vista que busca o estabelecimento da infraestrutura urbana, adequando o serviço de esgotamento sanitário, a iluminação e a mobilidade.

Figura 11: Proposta para a Juscelino Kubitschek



Fonte: elaborado pela autora (2024).





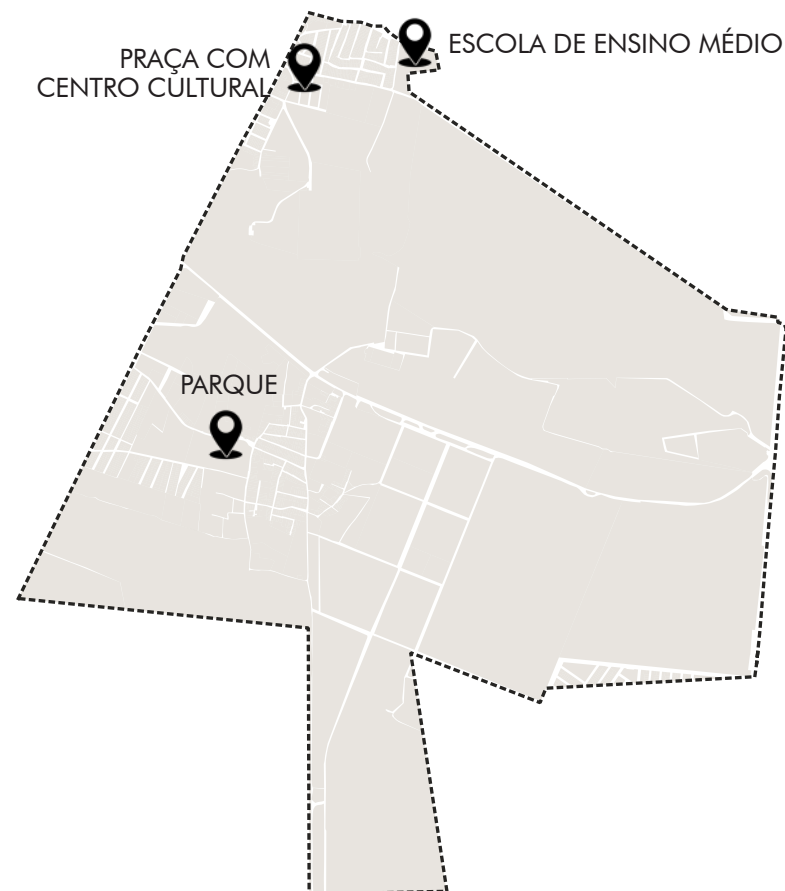
## 5.5 EQUIPAMENTOS URBANOS

No desenvolvimento deste trabalho, nota-se que determinados equipamentos urbanos do bairro são escassos ou por alguma razão, não abastecem a comunidade de forma satisfatória. Dentre eles, podemos citar a ausência de mais uma escola de ensino médio para atender à população da porção norte do bairro e a inexistência de equipamentos de lazer, cultura e esportes.

Portanto, visando atender tais necessidades, foram propostas as instalações desses equipamentos. O terreno escolhido para a escola fica ao norte do bairro, na Rua da Conceição, e possui 21.175m<sup>2</sup>, dimensão suficiente para uma escola de ensino médio. Visando atender o lazer e o esporte, um parque foi escolhido para ocupar um terreno dentro do assentamento Catolé do Zé Ferreira, com extensão de 5.880m<sup>2</sup>. Pensando no lazer, na educação e cultura, uma praça com Centro Cultural deve ser implementada na região norte, num canteiro de 1.620m<sup>2</sup> que localiza-se entre o cruzamento das ruas Judivan Cabral, Hermes Ferreira Ramos e Josefa Paulino da Costa.

Dessa maneira, esses equipamentos devem assegurar que haja boas condições de habitabilidade no bairro e evitar que a população tenha de procurar bairros mais distantes quando desejarem utilizar os equipamentos.

Figura 12: Implantação dos equipamentos urbanos



Fonte: elaborado pela autora (2024).





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões sobre habitabilidade urbana e requalificação urbana não são recentes, mas não atingem todas as parcelas da população. Abordar estes conceitos é, também, conscientizar a população acerca dos seus direitos e deveres. É uma forma de reivindicar melhores condições de vida.

Mediante a relevância desses temas, a decisão de elaborar este trabalho tem a intenção de expor diferentes perspectivas e soluções para as questões encontradas. Formas distintas e simples de intervir, que podem gerar grande impacto, melhorando a qualidade de vida da população local.

É importante mencionar que o presente trabalho buscou, também, diagnosticar o território do Velame mais a fundo. O interesse pelo tema veio a partir da curiosidade de entender mais sobre a história e a formação do bairro, documentar as informações reunidas e abordar um bairro omitido das discussões urbanas da cidade.

Para a realização deste trabalho, os desafios foram diversos. Desde o acesso à informações sobre o bairro, até o diagnóstico e concepção das propostas. O Velame possui dinâmicas socioespaciais muito particulares, se diferenciando dos demais bairros de Campina Grande pela sua vasta extensão, diversidade de usos e processo de urbanização.

A partir do diagnóstico foi possível enxergar o nível de precarização da região e a necessidade de voltar os olhares do poder público para uma área com grande potencial de desenvolvimento urbano. O resultado dessa análise confirma que o bairro carece de serviços básicos, de infraestrutura urbana e de requalificação urbana: trazer as condições de habitabilidade que nunca estiveram presentes na região.

O presente trabalho tem como propósito, também, abrir as discussões sobre o bairro do Velame, a quem possa interessar. Simboliza um incentivo para debates sobre intervenções urbanas em subúrbios e/ou áreas periféricas de Campina Grande e a

elaboração de diretrizes para tal. A metodologia utilizada pode ser facilmente aplicável para outros bairros periféricos, que também carecem de análises a semelhança do Velame.

Por fim, fica evidente que intervir em áreas periféricas requer conhecimento técnico, histórico e cultural sobre a área. É preciso ter sensibilidade ao tratar dos temas abordados e sensatez para propor soluções. É necessário estar atento aos detalhes e entender as questões particulares trazidas por aquele território e aqueles moradores.



## REFERÊNCIAS

- BARROS, Sandra A. Leão. Que Recorte Territorial Podemos Chamar de Bairro?: O caso de Apipucos e Poço da Panela no Recife. **Revista de Urbanismo**, [s. l.], n. 9, p. 60–89, 2004. DOI: <https://doi.org/10.5354/ru.v0i9.5085>.
- BRASIL. Estatuto da Cidade 3a Edição – Subsecretaria de Edições Técnicas, Senado Federal. Brasília, 2008 p. 102.
- CAMPINA GRANDE. **Lei N° 4.806**, de 23 set. 2009. Regulamenta as zonas especiais de interesse social de Campina Grande e dá outras providências. Campina Grande, PB: Prefeitura Municipal de Campina Grande - Gabinete do Prefeito, 2009.
- CAMPINA GRANDE. **Lei complementar N° 003**, de 09 out. 2006. Promove a revisão do Plano Diretor do Município de Campina Grande. Campina Grande, PB: Prefeitura Municipal de Campina Grande - Gabinete do Prefeito, 2006.
- CAMPINA GRANDE. **Projeto de Lei complementar N° 004**, 2015. Institui o Plano Diretor de mobilidade urbana do município de Campina Grande - PB, estabelece as diretrizes para o acompanhamento e o monitoramento de sua implementação, avaliação e revisão periódica e dá outras providências. Campina Grande, PB: Câmara Municipal de Campina Grande (Casa de Félix Araújo), 2015.
- CARVALHO, M. B. **A estrutura e a infraestrutura**: análise da relação entre o desenvolvimento do sistema de abastecimento de água e a estrutura intraurbana de Campina Grande - PB. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, 2020.
- CASTELLO, Iara. Bairros, Loteamentos e Condomínios: Elementos para o Projeto de Novos Territórios Habitacionais. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2008.
- CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos. **Dicionário da arquitetura brasileira**. São Paulo: Edart-São Paulo Livraria Editora, 1972.
- D’ARC, Hélène Rivière. A respeito da renovação/reabilitação urbana: da Europa à América Latina, da América Latina à Europa. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, São Carlos, Brasil, n. 5, p. 197–202, 2007. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v0i5p197-202>.
- DENALDI, Rosana. Assentamentos precários: identificação, caracterização e tipos de intervenção. In: **Planos Locais de Habitação de Interesse Social**. Brasília: Ministério das Cidades. 2009.
- DUARTE R. G. O processo de reabilitação e renovação urbana na Cidade do Rio de Janeiro e suas perspectivas. **Revista eletrônica de Geografia Y Ciencias Sociales**. Barcelona: 143 Universidad de Barcelona, v. 9, n. 194, 2005.
- FERNANDES, Reynaldo. **Ensino Médio**: Como aumentar a atratividade e evitar a evasão? Instituto Unibanco - Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 44, 2011. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/ensino-medio-como-aumentar-a-atratividade-e-evitar-a-evasao,dd82a5d5-2270-46ba-9fde-b4104f18543b>. Acesso em: 22 maio 2024.



- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 25 maio 2024.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: WMF Martins Fontes, 3. ed., 2011.
- LAMAS, J. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004.
- LIMA, J. B. da S. **Bairros planejados?** Análise de uma tendência de parcelamento urbano em Campina Grande (PB). Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande - PB, p. 167, 2022. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/29058>. Acesso em: 25 maio 2024.
- LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Tradução: Maria Cristina Tavares Afonso. Cambridge: The M.I.T. Press, 1960.
- MORAES, D. A. de. **Entre a subcidadania e o direito à cidade** - estudos críticos sobre urbanização de favelas e as zonas especiais de interesse social (ZEIS) no Recife - PE. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, p. 279, 2019.
- MORAES, Demóstenes.; MIRANDA, Livia.; ALMEIDA, Ana.; CARVALHO, Myrian.; LACERDA, Josete. **Condicionantes institucionais e normativas para a implementação de políticas de urbanização de favelas** - avaliação do ciclo recente em Campina Grande / PB. mar. 2021.
- NASCIMENTO, M. O. T. do. **Riscos de deslizamentos e inundações e condições de moradia em aglomerados subnormais na bacia do rio Sanhauá**: avaliação e análise integrada. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, p. 143, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5457>. Acesso em: 25 maio 2024.
- NEVES, F. H. Planejamento de equipamentos urbanos comunitários de educação: algumas reflexões. **Cadernos Metrópole**, v. 17, n. 34, p. 503–516, nov. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3410>.
- NOGUEIRA, T. B.; GONSALES, C. H. C.; DURANTE, J. **Habitabilidade Urbana**: o cidadão e sua apropriação do espaço público. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 16.; ENCONTRO DE PÓS GRADUAÇÃO, 9., [s.l.], 2007.
- PACHECO, João Batista. O CONCEITO GEOGRÁFICO DE BAIRRO: uma aplicação à questão do Sítio Campinas/Basa e da Ilhinha. **Revista de Políticas Públicas**, v. 5, n. 1.2, p. 90–104, 24 jul. 2015. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3702>. Acesso em: 22 maio 2024.
- PAES, M. T. D.; SILVA, T. C. do N. Estratégias contemporâneas de intervenção urbana e o projeto Porto Maravilha (RJ). **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2, n. 6, p. 345-364, 2016.
- PIANUCCI, Marcela Navarro; SEGANTINE, Paulo César Lima; HIROSUE, Fernando Hideki. Transporte público urbano e qualidade de vida: análise da acessibilidade através da distância real de caminhada do usuário de ônibus. **Revista dos Transportes Públicos**, p. 37-50, 2019. Disponível em: [https://repositorio.usp.br/directbitstream/69791a9e-7383-4fc5-b0c0-73471df0388b/sysno3160595%5BArt%20per%5D%20Pianucci\\_Transporte%20p%C3%BAblico%20urbano.pdf](https://repositorio.usp.br/directbitstream/69791a9e-7383-4fc5-b0c0-73471df0388b/sysno3160595%5BArt%20per%5D%20Pianucci_Transporte%20p%C3%BAblico%20urbano.pdf). Acesso em: 22 maio 2024.



PMCG. Prefeitura Municipal de Campina Grande. Plano Diretor Municipal. Lei Complementar no 003, de 09 de outubro de 2006. Campina Grande, 2006.

PREFEITURAMUNICIPALDE CAMPINA GRANDE. Calçada Normatizada - Cartilha de orientação. Campina Grande: Prefeitura Municipal de Campina Grande, 2019. Disponível em: [https://sapl.campinagrande.pb.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2022/53408/req\\_1799\\_2022.pdf](https://sapl.campinagrande.pb.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2022/53408/req_1799_2022.pdf). Acesso em: 25 maio 2024.

REIS, A. C. R. Habitabilidade urbana: instrumentos da NBR 15.575 aplicados à cidade. Dissertação (Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em Desenvolvimento e Planejamento Territorial). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, p. 140, 2020. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/4525>. Acesso em: 25 maio 2024.

RODRIGUES, T. M. V. S. Avaliação da Integração Sócio-Urbana dos Empreendimentos de Habitação Social: Aplicação ao caso do Bairro 2 de Maio. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Instituto Superior Técnico - ULisboa, Lisboa, 2013.

SANTOS-GAREIS, Maria Da Guia. O urbano - uma experiência em comum: os bairros de periferia e a ação das associações de bairro em Campina Grande. **Territórios**, p. 173-193, 2004. ISSN 0123-8418. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35701109>. Acesso em: 23 maio 2024.

SILVA, Rejane do Nascimento; ARAÚJO, Sérgio Murilo Santos de. Riscos e vulnerabilidades socioambientais decorrentes de eventos climáticos e geomorfológicos na cidade de Campina Grande - PB. **Revista GeoSertões**, [S. l.], v. 5, n. 10, p. 257-276, 2021. DOI: <https://doi.org/10.56814/geosertoes.v5i10.1531>.

SILVA, S. R. M.; OLIVEIRA, J. M. A.; CUNHA, G. N.; JÚNIOR, A. M. S.;

FERNANDES, R. T. V. Mapeamento dos raios de abrangência das unidades de saúde em conjuntos habitacionais de Natal - RN. **ANAIS CONAPESC**, 4., Campina Grande, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/56979>. Acesso em: 25 maio 2024.

SOTRATTI, Marcelo Antônio. Revitalização. In: REZENDE, Maria Beatriz.; GRIECO, Bettina.; TEIXEIRA, Luciano.; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6. Disponível em: Acesso em: 26 maio 2024.

SPINK, M. J. P.; MARTINS, M. H. da M.; SILVA, S. L. A.; SILVA, S. B. da. O Direito à moradia: reflexões sobre habitabilidade e dignidade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003207501>. Acesso em: 23 maio 2024.

TSUYUGUCHI, C. B.; MIRANDA, L. I. B. de. Mapeamento dos assentamentos populares e das assessorias técnicas de Campina Grande. **ANAIS CNPQ**, 17., 2021.